

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS (PPGCS)

MICHELLI DE SOUZA POSSMOZER

**TRÁFICO DE DROGAS: O MERCADO QUE ADOTA CRIANÇAS E NÃO
DISPENSA TRABALHADORES**

Uma experiência etnográfica no município de Vitória

**VITÓRIA
2017**

MICHELLI DE SOUZA POSSMOZER

**TRÁFICO DE DROGAS: O MERCADO QUE ADOTA CRIANÇAS E NÃO
DISPENSA TRABALHADORES**

Uma experiência etnográfica no município de Vitória

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Ciências Sociais.

Orientadora: Profa. Dra. Marcia Barros Ferreira Rodrigues.

VITÓRIA

2017

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

P856t Possmozer, Michelli de Souza, 1985-
Tráfico de drogas : o mercado que adota crianças e não
dispensa trabalhadores. *Uma experiência etnográfica no
município de Vitória* / Michelli de Souza Possmozer. – 2017.
140 f. : il.

Orientador: Marcia Barros Ferreira Rodrigues.
Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade
Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e
Naturais.

1. Brasil. Estatuto da criança e do adolescente (1990). 2.
Tráfico de drogas. 3. Crianças - Uso de drogas. 4. Jovens - Uso
de drogas. I. Rodrigues, Márcia Barros Ferreira. II. Universidade
Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e
Naturais. III. Título.

CDU: 316

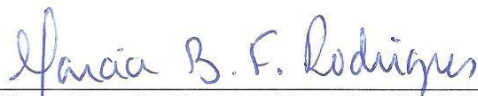
MICHELLI DE SOUZA POSSMOZER

“Tráfico de drogas: o mercado que adota crianças e não dispensa trabalhadores. Uma experiência etnográfica no município de Vitória”

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas e Naturais, da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Ciências Sociais.

Aprovada em 31 de maio de 2017.

Comissão Examinadora:



Dra. Marcia Barros Ferreira Rodrigues
Orientadora e Presidente da Comissão - UFES



Dra. Maria Cristina Dadalto
Membro Titular Interno - UFES



Dr. Pablo Ornelas Rosa
Membro Titular Externo - UVV

Aos adolescentes e jovens em conflito com a lei que, a partir de seus depoimentos, deram voz a este trabalho e possibilitaram o acesso ao olhar de quem vivencia o tráfico de drogas.

Aos informantes feitos no decorrer da pesquisa de campo. Sem eles, uma etnografia não teria sido possível.

AGRADECIMENTOS

A minha orientadora, professora Doutora Marcia Barros Ferreira Rodrigues, que pacientemente me apresentou o embasamento teórico necessário à realização deste trabalho, orientando-me nas pistas e indícios a serem seguidos, sem interferir na minha autonomia de pesquisadora. Sou grata à professora Marcia Rodrigues também por ter abraçado o meu objeto de estudo e acreditado na minha intuição e potencial em me aventurar em um terreno desconhecido e perigoso, como um local de comércio de drogas.

Ao professor Doutor Claudio Marcio Coelho por diversas vezes ter me escutado e sugerido leituras, levando-me a reflexões que foram de extrema importância e que constam no corpo desta pesquisa. O apoio do professor nas vias de conclusão da escrita deste trabalho foi de fundamental importância para o processo de revisão e refinamento do texto. Também não posso esquecer das colegas do Núcleo de Estudos Indiciários (NEI) Lohaine Jardim e Edilene Souza da Silva Neves, que também me auxiliaram com sugestões de textos relevantes na área das Ciências Sociais.

À professora Maria Angela Rosa Soares, que me apoiou desde o início do Mestrado, compartilhando do seu saber e conhecimento sociológico e estando sempre solícita a ler meus textos e esclarecer dúvidas. Jamais esquecerei do seu carinho na leitura de meus textos e o cuidado e apreço que teve em cada apontamento.

A minha amiga Jeanne Bilich, que me ensinou a arte de escrever e de fazer jornalismo e que prontamente me incentivou a investir na carreira acadêmica quando tomei a decisão de migrar para o campo das Ciências Sociais. Agradeço imensamente pelos conselhos e sugestões de leituras no decorrer deste percurso de um pouco mais de dois anos, pois foram preciosos e muito me socorreram quando precisei de apoio emocional e intelectual.

A minha amiga e colega de mestrado, Marianne Malini, que por incontáveis vezes me socorreu emocionalmente, oferecendo seu ombro amigo e escuta atenta, além de ter compartilhado comigo o seu conhecimento sociológico em pesquisa, ensinando-me muito a respeito de sistematização e análise de dados. Inclusive, parte das análises presentes no decorrer desta dissertação é fruto das provocações da Marianne, que pacientemente lia os parágrafos que eu escrevia e me fazia enxergar o quão belo é escutar o que diz o campo de pesquisa, que pode ir de encontro ao que se gostaria de ouvir.

À equipe da Secretaria de Assistência Social (Semas), da prefeitura de Vitória, que acatou a minha solicitação e autorizou o meu acesso aos prontuários de atendimento nos Conselhos Tutelares e Centros de Referência Especializados em Assistência Social (Creas), a fim da realização da pesquisa documental. Agradeço também ao convite para participar da IV Jornada Científica PMV, em novembro de 2016, quando dividi uma mesa com outros três pesquisadores e pude compartilhar dados parciais da minha pesquisa e discutir questões importantes acerca da vivência de crianças no tráfico de drogas, no município de Vitória.

Aos conselheiros tutelares das unidades do Centro e de Maruípe e aos técnicos de referência dos Creas do Centro, Maruípe e Bento Ferreira, que prontamente me receberam e contribuíram para o enriquecimento deste estudo. Agradeço especialmente aos psicólogos e assistentes sociais que serviram de ponte para que eu pudesse chegar até os familiares entrevistados, o apoio de cada um de vocês foi fundamental.

Aos familiares dos casos coletados que compreenderam a importância desta pesquisa e, mesmo tendo o receio de falar sobre o tráfico de drogas, concederam-me entrevistas e me receberam na intimidade de seus lares.

Aos informantes que fiz no decorrer da pesquisa de campo, em especial aqueles que participaram comigo mais ativamente da última etapa do campo empírico, que foi a pesquisa etnográfica em uma comunidade de Vitória. Foram muitos dias que pessoas de influência nessa comunidade me acompanharam em um local de práticas ilícitas relacionadas ao tráfico de drogas e em entrevistas com moradores, que também foram solícitos em me oferecer um ponto de apoio e os deliciosos cafés no meio da tarde.

Ao meu marido, Edvaldo Nogueira, pela compreensão e apoio no decorrer dos últimos dois anos. Embora não concordasse com minha incursão em um ambiente de comércio de drogas e temesse pelos riscos que poderiam ocorrer na realização da pesquisa de campo, entendeu o quanto essa experiência significava para mim. Obrigada, meu amor, por respeitar as noites em claro e os dias de isolamento pelos quais passei para me dedicar à escrita acadêmica e por assumir as tarefas domésticas no meu lugar naquele período.

A minha filha, Luísa Possmozer Villela, que apesar de ter apenas 8 anos, foi compreensiva o suficiente para entender que a mamãe não poderia dar a atenção que ela merecia em determinados momentos. Também sou grata a meus pais, Jocarli Possmozer e Maurina de

Souza Possmozer, e a minha irmã Mikaella de Souza Possmozer, que por algumas vezes tomaram conta da minha pequena para que a escrita deste trabalho fosse concretizada.

Cada um de vocês citado aqui – e aqueles os quais não foi possível dizer os nomes – é parte desta dissertação.

A criança tá ali no meio, tipo, ela não vai ficar no meio, mas ela tá ali brincando naquele lugar, ela vai crescendo e vai vendo aquilo, né? Vai crescendo e vai vendo aquilo... e passa ali, vai crescendo... aí depois já começa a fumar. Aí depois já começa a fumar de bicho, aí depois já começa a fumar com os cara [sic]. Aí começa a sentar lá, pá, começa a conversar com os cara [sic], trocar uma ideia, não sei o quê... depois já começa a vender. Depois começa a vender ali, já era, fi! A criança já aprende assim. Vai brincando, depois começa e quer saber o que é, igual eu, queria saber o que que era, fui experimentar e já era!

(Adolescente em conflito com a lei, 15 anos)

RESUMO

Situa historicamente que a criança contemporânea marginalizada é fruto de um cenário demarcado por permanências históricas (NEDER, 2005) no que diz respeito à história social da infância no Brasil. Contextualiza que as crianças e adolescentes atraídos precocemente para prestar serviços ao tráfico de drogas em comunidades de Vitória são reflexo do sistema capitalista, em que predomina a lógica do *homo oeconomicus* (Michel Foucault). Desmistifica, portanto, o discurso legalista e moralista que classifica atualmente o jovem traficante como protagonista da violência urbana e traz à tona a visão neoliberal de mercado que movimenta o comércio de drogas nas periferias urbanas. Nesse contexto, compreende como ocorre a vivência de crianças no tráfico, classificadas segundo nomenclatura do Estatuto da Criança e do Adolescente (Ecriad) com até 12 anos incompletos. Utiliza os seguintes procedimentos metodológicos, em três etapas: 1) pesquisa documental, resultante da coleta de 38 prontuários de atendimentos nos Creas e Conselhos Tutelares, referentes a crianças e adolescentes com vivência no tráfico de drogas desde o período da infância; 2) entrevistas em profundidade com familiares, atores institucionais, adolescentes em conflito com a lei, traficantes, ex-traficantes e moradores; e 3) etnografia em uma comunidade de Vitória, por um período de três meses. Ao final da pesquisa empírica, foram estabelecidos diálogos com 58 interlocutores. Os resultados indicam que as crianças expostas a uma vivência no tráfico de drogas no cotidiano de suas comunidades passaram, anteriormente, por uma série de violações de direitos que contradizem o que preconiza o Ecriad. A vivência no tráfico não possui o mesmo significado que o envolvimento, pois a criança, em tese, não é arregimentada como integrante do movimento e passa a receber um valor fixo por seu trabalho, mas é a chamada *formiguinha*, que presta favores, como comprar comida e itens solicitados por traficantes em troca de uma pequena quantia em dinheiro ou lanches. As conclusões deste estudo apontam que as *formiguinhas* são quase imperceptíveis na dinâmica do tráfico de drogas nas comunidades e, por isso, dá-se pouca importância a elas, voltando-se o olhar para os adolescentes, que geralmente estão mais visíveis e constituem atualmente um maior número na linha de frente do comércio de drogas. Entretanto, enquanto essas crianças vivenciam e reproduzem um repertório do crime nas suas brincadeiras cotidianas e passam parte da infância prestando favores ao tráfico local, são adotadas por traficantes e internalizam a lógica neoliberal do mundo do crime, reconhecendo no comércio de drogas a alternativa de trabalho promissor que lhes foi apresentada.

Palavras-chave: Tráfico de drogas. Crianças. Negócio.

ABSTRAC

It historically situates the marginalized contemporary child as the result of a scenario well-marked by historical stays (NEDER, 2005) regarding the social history of childhood in Brazil. Contextualizes that the children and adolescents early attracted to provide services to the drugs trafficking in communities of Vitoria are a reflection of the capitalist system, in which the logic of *homo oeconomicus* (Michel Foucault) predominates. Therefore, it demystifies the legal and moralistic discourse that currently classifies the young drug dealer as the protagonist of urban violence and brings to light the neoliberal market view which moves the drugs trade in the underprivileged urban areas. In this context, it understands how the experience of children in drugs trafficking occurs, classified according to the nomenclature from the Children and Adolescents' Statute (Ecriad) with up to 12 years old. Uses the following methodological procedures, in three stages: 1) documentary research, resulting from the collection of 38 attendance logs in the Creas and Guardianship Councils, referring to children and adolescents with experience in drugs trafficking since childhood; 2) in-depth interviews with family members, institutional actors, teenagers in conflict with the law, drug dealers, ex-drug dealers and local residents; and 3) ethnography in a underprivileged community of Vitória, for a period of three months. At the end of the empirical research were established dialogues with 58 interlocutors. The results indicate that children exposed to an experience in drugs trafficking in their communities' daily routine have previously experienced a series of rights violations that contradict the Ecriad. The trafficking experience does not have the same meaning as the active involvement, because in theory the child is not recruited as a member of the trafficking activities and starts to receive a fixed amount for his work, but is called a *formiguinha* (a young ant), who lends favors such as buying food and items ordered by the drug dealers, in exchange for a small sum of money or snacks. The conclusions of this study point out that the *formiguinhas* are almost imperceptible in the drugs' trafficking dynamics in communities, and because of that, little importance is given to them, turning the attention to teenagers, whom in general are more visible and currently constitute a larger part of the drugs trade's front line. However, while these children are living and reproducing a criminal repertory in their daily plays and spend part of their childhood lending favors to local trafficking, they are adopted by drug dealers and internalize the crime world's neoliberal logic, recognizing in the drug trafficking the promising alternative work opportunity presented to them.

Keywords: Drugs trafficking. Children. Business.

LISTA DE SIGLAS

BO – Boletim de Ocorrência

Cajun – Projeto Caminhando Juntos

CapsI – Centro de Atenção Psicossocial Infanto-Juvenil

CIDH – Comissão Interamericana de Direitos Humanos

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

Creas – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

CRIAM – Centro de Recursos Integrados de Atendimento ao Menor

CT – Conselho Tutelar

DPCA – Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente

Ecriad – Estatuto da Criança e do Adolescente

FCBIA – Fundação Centro Brasileiro Para Infância e Adolescência

Funabem – Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor

GAO – Grupo de Apoio Operacional

MEC – Ministério da Educação

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONG – Organização Não-Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PM – Polícia Militar

PPCAM – Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte

Semas – Secretaria Municipal de Assistência Social

Seme – Secretaria Municipal de Educação

Sinase – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

Unicef – Fundo das Nações Unidas para a Infância

US – Unidade de Saúde

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Desenho feito por criança que ilustra a atuação do tráfico de drogas no bairro onde ela morava.....	85
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número de casos coletados por bairro no município de Vitória	58
Tabela 2 - Número de casos da pesquisa qualitativa mediante os entrevistados que aceitaram participar do estudo	60
Tabela 3 - Agentes institucionais entrevistados em cada entidade.....	61
Tabela 4 - Casos de abandono e/ou baixa frequência escolar associados a outras violações...	78
Tabela 5 - Casos com abandono e/ou baixa frequência escolar que tiveram relatos de mau comportamento na escola	81
Tabela 6 - Relação entre a violação de maus tratos e os históricos de dependência química na família e envolvimento no crime	87
Tabela 7 - Relação entre Idade/ano de início de envolvimento no tráfico de adolescentes e jovens entrevistados em comunidade de Vitória	99

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Perfil dos entrevistados	54
Gráfico 2 - Distribuição dos casos por sexo	73
Gráfico 3 - Número de casos em que houve violações de direitos antes da vulnerabilidade ao tráfico de drogas	74
Gráfico 4 - Tipos de violações sofridas pelas crianças e adolescentes da pesquisa	76
Gráfico 5 - Percentual de casos sem registro de paternidade	92

SUMÁRIO

PRÓLOGO.....	17
INTRODUÇÃO	21
CAPÍTULO 1 - INFÂNCIA NO BRASIL: EXCLUSÃO, CONTROLE SOCIAL OU PROTEÇÃO?	26
1.1 Ideia de infância.....	28
1.2 O trabalho como salvação ou regeneração.....	38
1.3 A estratégia biopolítica de “deixar morrer” os pequenos considerados delinquentes.....	43
CAPÍTULO 2 - NARRATIVAS DE UM CAMPO MINADO.....	52
2.1. Como é pesquisar um objeto que “não existe”	55
2.2. Quando os agentes da pesquisa não querem falar sobre o assunto	59
2.3. O campo minado	62
2.3.1. Como lidar com as incertezas do campo	64
2.3.2. Consentimento não pode ser formalizado	66
2.3.3. De frente com o patrão.....	69
CAPÍTULO 3 – CRIANÇAS “SEM” DIREITOS, UMA INFÂNCIA DE VIOLAÇÕES	72
3.1. O antagonismo entre o a legislação e a violação de direitos.....	75
3.2. Os entraves na atuação dos atores institucionais	93
3.3. Lei do veterano X Lei do mais novo: <i>a inauguração de uma lei protetiva possibilitou a exploração da infância e adolescência pelo tráfico de drogas?</i>	96
CAPÍTULO 4 – SÓ COMPRA QUEM QUER, FI!: O TRÁFICO COMO NEGÓCIO .	101
4.1. A dinâmica do tráfico de drogas em Vitória.....	104
4.2. Andar pelo certo na favela: a docilização do corpo como dispositivo disciplinar.....	107
4.3. Os dispositivos de segurança do tráfico para administrar bem a favela	114
4.4. Traficar na favela: fonte de renda para adolescentes e a garantia do lanche para crianças	118
4.5. Dos relacionamentos ao uso de drogas: o início do envolvimento.....	125
CONCLUSÃO.....	130
REFERÊNCIAS	134

PRÓLOGO

O tema abordado nesta dissertação perpassa a minha trajetória profissional, durante os anos em que trabalhei como repórter especial da editoria de polícia, em um jornal local. Foi ali, na rotina diária de entrevistas e produção de textos que, por vezes se relacionavam ao envolvimento de crianças no tráfico de drogas, onde surgiu o desejo de pesquisar profunda e cientificamente esta temática. Uma das diferenças do processo jornalístico para o acadêmico foi que o primeiro era demasiadamente permeado pelo senso comum. No fazer jornalístico, que exigia pressa na apuração dos casos, não havia tempo hábil para a investigação e reflexão, de modo que as notícias que eu produzia a respeito de parte da realidade envolvendo o tráfico de drogas na Grande Vitória não passavam do âmbito da informação. Dessa maneira, a compreensão de tal realidade permanecia obscura e, no meu entender, incompleta.

Ao final desses dois anos de pesquisa, continuo acreditando que não esgotei os questionamentos acerca do envolvimento de crianças no tráfico, muito pelo contrário. Todo esse tempo serviu para gerar ainda mais perguntas no que concerne à vivência de meninos que começam tão cedo o encantamento pelo mundo do crime. Entretanto, o fazer acadêmico me possibilitou adquirir um olhar que está para além do senso comum. No processo de investigação e análise dos dados – e não apenas de apuração, como ocorre no jornalismo – pude enxergar traficantes, adolescentes em conflito com a lei e crianças arregimentadas no tráfico de drogas nas suas relações de sociabilidade. O contato com a teoria de Foucault (2008), sobretudo, possibilitou-me perceber a lógica neoliberal que movimenta o tráfico de drogas, sendo, portanto, um comércio/ negócio. Logo, a teoria foucaultiana, junto à reflexão de outros autores, denotou que por trás da visão de que ser traficante estaria ligado aos aspectos morais e legais (como o afrouxamento da lei) se sobressai a lógica do capital e a constituição de discursos de verdade que remetem ao enriquecimento rápido e iludem crianças, adolescentes e jovens com a promessa de ascensão e inserção social.

O tráfico enquanto negócio ficou visível logo no primeiro contato com um gerente do tráfico da “boca de fumo”¹, situada na comunidade de Vitória, onde passei os últimos três meses do

¹ A expressão é utilizada entre aspas, por se tratar de uma categoria nativa, falada pelos próprios interlocutores no decorrer da pesquisa de campo, quando se referiam ao local onde ocorrem as práticas ilícitas relacionadas ao tráfico de drogas.

trabalho de campo. Foi a ocasião da minha primeira visita bem sucedida à “boca de fumo”, quando o gerente questionou sobre a finalidade da pesquisa e indagou em qual meio as informações seriam divulgadas, se o nome do bairro seria revelado e que tipo de perguntas seriam feitas aos interlocutores. Ao tomar conhecimento de que se tratava de uma pesquisa acadêmica e que os nomes dos entrevistados e da comunidade seriam mantidos no anonimato, e que as questões não se referiam às movimentações financeiras e a relações comerciais da “firma milionária”², o gerente autorizou a realização do estudo. “[...] Mas fica ligada se algum deles falar alguma coisa, assim, que pode prejudicar a ‘boca’³, você apaga, não anota não, porque às vezes os meninos muito novo [sic], assim, não tem noção e fala umas paradas que podem atrapalhar a gente, morou [sic]?”. Essa foi a única ressalva feita pela liderança do crime local. Desde que a minha presença na região não significasse um problema ao negócio existente no tráfico de drogas eu seria bem-vinda a desenvolver o estudo.

Durante esse período específico pude vivenciar sentimentos contraditórios, de conquista e frustração, de medo e coragem e, sobretudo, de insegurança e, ao mesmo tempo, segurança. É como se eu morasse em uma cidade partida (VENTURA, 1995) tendo em vista que em um mesmo município há duas realidades que destoam completamente. Em um bairro qualquer de uma cidade metropolitana, um indivíduo visivelmente armado no meio da rua causaria espanto aos demais transeuntes, postura que poderia resultar na prisão dele. Mas não é o que geralmente ocorre na favela. No alto dos morros, adolescentes, jovens e adultos andam naturalmente com pistolas na cintura e não há, aparentemente, reação de espanto por parte dos demais moradores. Antes de ir para campo, eu tinha o costume de ver armas somente na posse de policiais civis e militares e ter contato com uma realidade divergente desta me causou medo no primeiro momento.

Tanto que minha primeira tentativa de diálogo com um gerente na “boca de fumo” foi frustrada em decorrência do medo e insegurança que senti ao me deparar com um adolescente, de aproximadamente 13 anos, manuseando uma pistola cromada. Enquanto tentava explicar ao gerente o que motivava a minha presença no local, um tremor tomou conta da minha voz quando vi o adolescente mexer na arma e segurar o pente carregado de munições com tanta naturalidade. Enquanto fumava um cigarro de maconha e me escutava atentamente com um dos ouvidos – pois o outro estava antenado no radiocomunicador que segurava na mão esquerda –

² Expressão utilizada pelos trabalhadores do tráfico entrevistados no decorrer da pesquisa de campo para se referir ao tráfico de drogas.

³ Gíria que significa “boca de fumo”, local onde é realizado o comércio de drogas.

o gerente percebeu o meu nervosismo e pediu que eu o procurasse um outro dia, fora do ambiente do comércio de drogas, para que pudéssemos conversar a respeito do meu estudo. Sem conseguir me acalmar, a única opção foi ir embora sem nenhum depoimento, acompanhada do informante que havia me levado até o alto do morro.

No entanto, um tempo depois de me habituar à realidade da favela até então desconhecida, o medo e a insegurança foram dando lugar à coragem e a uma sensação de segurança. Ao circular diariamente pela comunidade com um informante e conversar com moradores, sempre observando, de longe, os jovens e adolescentes do tráfico, eu fui logrando êxito em compreender a realidade daquela comunidade sem tanta estranheza até eu conseguir me aproximar novamente da “boca de fumo” e, de fato, iniciar a observação. Com o passar dos dias naquela comunidade, eu percebi que não havia perigos em andar com minha bolsa e meu celular à mostra, pois eu não seria assaltada. Que eu poderia subir com meu veículo e deixá-lo estacionado na rua, pois todas as vezes que eu retornava do campo, a moto estava no mesmo lugar. Uma segurança que eu não sinto quando estou no meu próprio bairro de moradia ou em qualquer bairro nobre de Vitória.

A partir deste momento de maior proximidade com a comunidade, passei a vivenciar dias em que crianças brincavam no mesmo local onde adolescentes e adultos cumpriam o regime de plantão, alguns armados com pistolas e revólveres, outros com radiocomunicadores nas mãos, enquanto os responsáveis pela venda da droga mantinham o produto a ser comercializado em sacolas plásticas ou garrafas de vidro. A minha presença ali não mais os intimidava. Depois de ceder rapidamente um depoimento para a pesquisa, alguns diziam que precisavam voltar para a pista⁴, pois estavam no seu horário de trabalho e não podiam vacilar. Nos dias em que em que a observação em campo se transcorreu, a pista do tráfico não parou um minuto, independentemente do horário ou dia da semana.

Embora tenha conversado com muitos adolescentes e jovens que participavam do tráfico, a aproximação com as crianças não foi possível neste campo. Conhecidas como *formiguinhas*, elas ficam espalhadas em pontos estratégicos do morro e, esporadicamente, estão próximas às bocas de fumo para a realização de favores aos traficantes. Um informante tentou intermediar entrevistas com duas delas, no entanto, elas exigiam dinheiro em troca da cessão de seus

⁴ Gíria utilizada no tráfico para denominar o local de trabalho dos vapores.

depoimentos. Talvez, por elas estarem acostumadas a prestar favores ao tráfico em troca de dinheiro, não seria lógico, no mundo delas, prestar um favor gratuitamente.

O mais próximo que cheguei do diálogo com uma criança foi na segunda fase da pesquisa empírica, quando entrevistei um garoto que havia acabado de completar 12 anos, no dia em que fui até a casa dele para conversar com a mãe, que aceitou participar da pesquisa. Esse menino tinha uma vivência no tráfico desde os 7 anos, quando começou a fumar maconha e, com o passar do tempo, passou a fazer favores ao tráfico local e até o momento da entrevista realizava serviços como aviãozinho e já era considerado, pelos familiares e atores institucionais que acompanhavam o caso, dependente químico de maconha e cocaína, pois estava ameaçado por traficantes em função de pequenos furtos para manter o uso frequente de drogas.

Ao ter contato com essa realidade, pareceu-me impensável reconhecer como criança um garoto que passou por tamanho nível de envolvimento e vivência com o uso e tráfico de drogas durante o período da infância. Afinal, o que caracteriza ser criança? De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Ecriad), toda criança é um ser possuidor de direitos e cuidados especiais, no que diz respeito à saúde, lazer e educação. Uma criança, no plano ideal, não usa substâncias psicoativas, não vende ou transporta drogas em troca de dinheiro ou lanches e não tem o seu lazer restrito a um ambiente de crime e violência. Uma criança, conforme preconiza o Estatuto, não brinca de colocar leite e chocolate em pó em saquinhos plásticos para vendê-los a R\$ 1; 0,50 R\$ na escola, simulando, na sua imaginação, um “traficozinho”. Essa brincadeira, na comunidade onde estive, é conhecida como *boquinha de toddy* e foi vivenciada na infância de muitos dos adolescentes entrevistados e relatada por moradores, que afirmam que tal brincadeira ainda faz parte do lazer de algumas crianças que vivem nas periferias, em contato constante com o comércio de drogas.

Neste trabalho, quando disserto sobre uma infância no tráfico de drogas, refiro-me ao gênero masculino porque o campo denota que os casos de meninas que se envolvem no tráfico, ainda na infância, são muito pontuais e incomuns, como será melhor explicitado no capítulo 3, a partir da análise dos 38 casos coletados no decorrer da pesquisa documental, nos Conselhos Tutelares (CT) e Centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas) do município. Via de regra, são meninos que desde muito novos veem o traficante como o espelho, onde visualizam a própria imagem refletida no futuro. Só que, na infância, as crianças não têm o potencial imaginativo para antever um futuro de perigos e riscos, onde a prisão e morte se perfazem em alternativas latentes.

INTRODUÇÃO

Está impregnado no discurso do senso comum que o tráfico de drogas é o mal do século e o traficante o protagonista da violência, o responsável pelo número de usuários de drogas que vivem pelas ruas diariamente, causando incômodo, com os furtos e roubos dos bens dos cidadãos e perturbando a paz da sociedade, que clama por enclausurar essas pessoas consideradas delinquentes. Na esfera visível do comércio de drogas, está o adolescente em conflito com a lei, denominado como traficante e homicida pelo discurso midiático, o que provoca um clamor social pela redução da maioridade penal. Nesse contexto, surgem as crianças que já começam a ganhar destaque nos jornais como aquelas que cometem crimes e também estão no tráfico de drogas, mas que não são punidas devidamente por serem crianças e, logo, protegidas pela lei.

Não se pode negar que estamos diante de uma realidade preocupante. De acordo com Coquito (2009), os acontecimentos noticiados na mídia e aqueles presenciados nas comunidades por todo o País mostram que crianças e adolescentes estão se envolvendo cada vez mais cedo no tráfico de drogas, colocando em risco a sua integridade física e moral, que é garantida, em tese, pelo Ecriad. O autor destaca a preocupação de que esse envolvimento precoce tem colocado em risco a vida dessas crianças e adolescentes:

Neste sentido, a afirmação popular de que crianças e adolescentes têm uma vida pela frente, muitas vezes, não está se confirmando na prática. A realidade tem mostrado que elas são vítimas da violência em suas múltiplas faces. Nossa infância convive com um conjunto de vulnerabilidades como o abandono, as agressões, maus tratos, trabalho infantil, exploração sexual, negação do direito à educação, pedofilia na internet, drogas e criminalidade. (COQUITO, 2009. Recanto das Letras)

Coquito (2009) cita que o relatório Violência nas Cidades, elaborado pela Organização das Nações Unidas (ONU), também revela que existe um número crescente de crianças envolvidas na criminalidade. De acordo com o documento (apud Coquito, 2009) “crianças de 6 anos já fazem parte de quadrilhas do crime organizado com a função de carregar drogas”.

Um levantamento feito pelo jornal O Globo, a partir de dados oficiais, em 2012 (Repórter Alagoas, 2013) constatou que a entrada de crianças e adolescentes na criminalidade, sobretudo no tráfico de drogas, é crescente no País. Conforme as estatísticas, o número de adolescentes apreendidos durante atividades ilegais foi duas vezes superior ao número de prisões de adultos em sete estados brasileiros, comparando-se os anos de 2011 e 2012.

Ao trazer esse recorte para a cidade de Vitória, observa-se que o cenário não está distante do que está posto no nacional. Não são poucas as notícias veiculadas nos meios de comunicação locais acerca de crianças e adolescentes que têm sido atraídos cada vez mais cedo para um contexto de exploração e violência, motivados pela intensa presença do tráfico de drogas e da figura do traficante em comunidades.

É importante salientar que a realidade de crianças no tráfico de drogas em Vitória não está dissociada do processo histórico do fenômeno da violência no Espírito Santo. Segundo Rodrigues e Cruz (2011), a criminalidade na região metropolitana tem relação direta com o acelerado processo urbano e industrial ocorrido no Estado, a partir da década de 1970, entre outros fatores. Essa industrialização gerou um crescimento das cidades que, com carência de infraestrutura e políticas públicas, ficaram vulneráveis à formação dos bolsões de pobreza e, conseqüentemente, à criminalidade. Tal contexto provocou no cenário urbano, segundo os autores, uma divisão que gerou, num mesmo município, a chamada “cidade legal” (representando a qualidade de serviços e habitada pelas classes sociais mais altas) em contraste com a “cidade ilegal” (marcada pela aparente desordem urbanística e onde vivem as pessoas de baixo poder aquisitivo). Contudo, ressaltam Rodrigues e Cruz (2011), considerando que a industrialização no Estado é recente e as questões sociológicas que permeiam esse campo ainda estão em aberto, a rapidez dessa modernização – aliada ao processo de transformações socioeconômicas – gerou mudanças nos aspectos social e emocional dos indivíduos, o que permite uma análise mais profunda acerca da associação entre modernização e violência.

Com base no estudo realizado por Neder (1997), no Rio de Janeiro, pode-se inferir que a forma de disposição e organização da cidade de Vitória, que resultou nesse contraste entre cidade legal e ilegal, onde a população majoritariamente negra e menos favorecida do ponto de vista econômico habita os morros enquanto as classes mais abastadas vivem nos bairros nobres, traz efeitos de uma modernização conservadora, cujas conseqüências se refletem na segregação, exclusão e controle social. Isso porque essas localidades estão marcadas pela ausência de políticas públicas, de modo que os moradores ficam excluídos de uma série de serviços públicos que deveriam abranger essas comunidades, o que faz parte da estratégia de controle social em manter a população pobre e marginalizada distante dos interesses das classes dominantes.

A análise que se pretende fazer aqui do tráfico de drogas não está atravessada somente pelo ponto de vista social e econômico, bem como não se trata de compreendê-lo unicamente como uma prática criminal, que implica aspectos jurídicos e morais. A intenção é apreender o tráfico de drogas à luz da teoria social do conflito, de Misse e Werneck (2012), autores os quais

diferenciam os conceitos de conflito e crime, ao afirmar que o conflito saiu do âmbito do privado e da vida cotidiana, passando para o seio administrado do Estado. E essa separação entre público e privado provocou mudanças na forma de se perceberem determinados conflitos, de modo que alguns deles deixaram de ser vistos como tal para serem constituídos, moral e juridicamente, como crimes. Assim, entende-se que, ao analisar o tráfico de drogas, é preciso compreender a natureza desse conflito na teoria social e seus mecanismos de disputa e não centrar tal análise apenas na natureza do crime, que está imbuído de moralismos e disputas de interesses.

Entende-se, ainda, que tratar sobre o tráfico de drogas na infância não significa abordar apenas o movimento do tráfico como um fato isolado na vida dessas crianças e adolescentes. A realidade que se apresenta é muito mais ampla e complexa, pois junto com a violação da exploração da criança enquanto mão de obra no tráfico de drogas, há uma série de violações de direitos que vitimizam muitas dessas crianças, tais como abandono, trabalho infantil, violência física e psicológica, entre outras. Como afirmou Bocco (2006, p.100), falar da juventude criminalizada:

[...] É analisar como funcionamos enquanto sociedade, como produzimos infâncias e juventudes desiguais, como criminalizamos os pobres, como organizamos o mundo do trabalho, do ensino, da cultura, como judicializamos as relações entre pais e filhos, homens e mulheres, vizinhos e colegas, e também pensar como podemos construir redes solidárias que somem esforços para lidar com os tensionamentos que o projeto neoliberal nos coloca. Reconhecer que a infração é fabricada socialmente nos leva a implicar-nos de forma efetiva com uma não reprodução desse modelo e com a criação de outras realidades e sujeitos.

O foco de análise neste estudo é o período da infância, ou seja, pretende-se compreender como ocorre a vivência no tráfico de drogas entre os sujeitos em formação com até 12 anos incompletos. Para fins práticos da pesquisa em diferenciar infância de adolescência, emprega-se aqui o limite etário definido pelo Estatuto, cujo critério considera o sujeito, de zero a 12 anos incompletos, criança e, de 12 a 18 anos incompletos, adolescente.

Quando se fala em vivência no tráfico de drogas é importante destacar que esse termo se diferencia de envolvimento. Isso porque a vivência implica aspectos mais abrangentes e que são, de forma geral, anteriores ao envolvimento no comércio ilícito de substâncias psicoativas. Desse modo, a vivência não está relacionada diretamente à participação da criança no tráfico, por meio da venda ou transporte de drogas, mas sim a atividades informais no meio, que estão relacionadas ao contexto porque contribuem para a dinâmica do próprio tráfico nas

comunidades. Exemplos de tal vivência são os considerados “favores”, também chamados de “mandados”, feitos por algumas crianças, como comprar comida e bebida para traficantes que não podem circular livremente pelo bairro em troca de dinheiro ou drogas. A vivência, nesta pesquisa, também está ligada à própria convivência da criança na rua e que brinca no mesmo perímetro em que ocorre, paralelamente, o comércio de drogas.

Esta pesquisa é relevante, uma vez que a comunidade científica carece de estudos que investiguem a infância no tráfico de drogas, sobretudo, no Espírito Santo. São inúmeras as pesquisas que se dedicam a compreender o envolvimento de adolescentes no tráfico, em contrapartida, a infância é geralmente ignorada, até porque os aspectos referentes à vivência – muito frequente na vida de crianças, em específico – dificilmente aparecem nos registros policiais ou até mesmo nos Conselhos Tutelares.

Contudo, partindo-se do pressuposto do paradigma indiciário (GINZBURG, 1989, p.144) de que “é necessário analisar os pormenores mais negligenciáveis e menos influenciados”, o interessante aqui são os dados marginais, aqueles que estão interditos e que, por isso, dá-se menos destaque a eles. Logo, entende-se que são as pistas, indícios e sinais – que não estão nos registros, mas são presentes na vivência de crianças no tráfico – que darão o norte para compreender a relação existente entre infância e comércio ilegal de drogas.

Até o momento, o conhecimento que se tem acerca desse universo na cidade de Vitória é aquele transmitido pela mídia local e que está embasado, muitas vezes, por um discurso limitado do senso comum, que não passa do âmbito da informação. Por outro lado, observa-se que o conhecimento gerado a partir desta pesquisa científica dará subsídio à orientação de políticas públicas direcionadas a comunidades de Vitória.

Buscando-se compreender a vivência da criança no tráfico, a pergunta norteadora deste estudo foi: Por que o Estatuto da Criança e do Adolescente não alcança essa criança marginalizada que teve a infância atravessada pelo contexto de exploração no comércio de drogas? As evidências coletadas no decorrer desta pesquisa indicam, portanto, que há um histórico de violações de direitos na vida dessa criança que é anterior a uma vivência no tráfico. São crianças as quais foram vítimas de violência doméstica, abandono, exploração do trabalho infantil, entre outras violações que perpassam os direitos básicos fundamentais.

Nesse sentido, Mary Del Priori, Gilberto Freire, Marcos Cezar Freitas e outros auxiliam na compreensão desse cenário a partir da história social da infância no Brasil, compreendida aqui a partir da ótica foucaultiana. Esse percurso teórico pode ser observado no primeiro capítulo, a

fim de evidenciar que o fenômeno da violência que hoje atinge a criança brasileira está demarcado nos períodos do Brasil Colônia, Império e República, de modo que se construiu no imaginário social brasileiro uma divisão entre o lugar da criança abastada e o daquela marginalizada. Assim, será possível compreender o lugar da criança que hoje vivencia uma infância perpassada pelo tráfico de drogas em Vitória, foco de análise nesta pesquisa.

No segundo capítulo, o esforço é de descrever os procedimentos metodológicos da pesquisa, de modo que este estudo é constituído de três fases: pesquisa documental, entrevistas em profundidade e pesquisa etnográfica em uma comunidade de risco do município de Vitória, por um período de três meses. Ao todo, foram investigados 38 prontuários de atendimento de crianças e adolescentes com vivência no tráfico desde o período da infância e feitas entrevistas e coletas de depoimentos com 58 pessoas, entre atores institucionais, familiares, moradores e trabalhadores do tráfico.

Já no terceiro capítulo, é promovida uma discussão a partir dos casos levantados nos CT e Creas a respeito do antagonismo da lei no histórico de vida das crianças e adolescentes marginalizados. A partir do histórico de violações de direitos apresentados nos casos será evidenciada a contradição entre o discurso protetivo do Estatuto e a aplicação desta legislação pelas autoridades governamentais. Também são abordados neste capítulo os entraves burocráticos que os conselheiros tutelares e técnicos de referência dos Creas encontram no momento de executar a lei na vida das crianças e adolescentes. Por fim, a discussão será finalizada com o elemento inédito que o campo deste estudo revela, que traz a hipótese deste estudo, que se refere à reestruturação do tráfico de drogas a partir da inauguração do Ecriad, com vistas a potencializar seus lucros no mercado de drogas, tendo as crianças e adolescentes como ferramenta de trabalho.

No capítulo 4, a partir dos estudos de Michel Foucault sobre o surgimento do poder disciplinar e o nascimento da biopolítica, é realizada uma análise do tráfico de drogas na economia de mercado que utiliza o poder disciplinar para controlar os corpos de seus trabalhadores e potencializá-los enquanto mão de obra a serviço do mercado. Nesse contexto, também estão situadas as *formiguinhas*⁵, que, a partir de uma vivência no tráfico, entram na lógica da racionalização do mercado ilícito que adota as crianças e não dispensa trabalhadores.

⁵ Gíria utilizada pelos trabalhadores do tráfico para denominar as crianças que realizam os favores para os traficantes.

CAPÍTULO 1 - INFÂNCIA NO BRASIL: EXCLUSÃO, CONTROLE SOCIAL OU PROTEÇÃO?

As palavras *exclusão*, *controle social* e *proteção* perpassam a história social da infância no Brasil. Uma análise coerente, grosso modo, apontaria que esses três termos seriam antagônicos e, portanto, não faria sentido aplicá-los para compreender o mesmo contexto histórico. Entretanto, ao analisar a história da infância no Brasil sob a ótica foucaultiana, cuja síntese é de que um período histórico deve ser pensado conforme uma inteligibilidade que constitui estratégias e táticas de poder (FOUCAULT, 1979), é possível perceber que as contradições aparentemente existentes entre *exclusão*, *controle social* e *proteção* concernem sentido à história da criança brasileira.

O que interessa aqui, portanto, é compreender a criança brasileira na genealogia da história social da infância, não enquanto sujeito constituinte, mas sim “[...] chegar a uma análise que possa dar conta da constituição do sujeito na trama histórica” (FOUCAULT, 1979, p.7). Perceber a infância a partir de uma construção genealógica é situar que esta não está relacionada a uma ordem natural ou biológica, mas sim a um cenário histórico, cultural e econômico, entendendo, assim, que infância e criança são categorias inventadas pela modernidade no Ocidente.

No período da colonização do Brasil – século XVI até início do século XIX – estava em curso o processo civilizatório que visava ao controle da população numa sociedade patriarcal e escravagista, cujas práticas de poder eram exercidas, sobretudo, calcadas numa cultura religiosa. Considerando a infância enquanto categoria histórica, que está sujeita ao cenário social, econômico e cultural, ainda não havia sido inventado o termo criança – na configuração que se tem hoje – uma vez que não havia um sentimento de infância (ARIÈS, 1981), em função da cultura europeia advinda dos colonizadores. Entretanto, não se pode desconsiderar a influência da cultura africana no cuidado com as crianças nesse período (DEL PRIORI, 2012) e, ainda, o cenário de desigualdade socioeconômica que sempre dividiu o Brasil entre uma população marginalizada e outra elitizada.

Com a abolição da escravidão no período republicano, um conjunto de práticas políticas e ideológicas⁶ (NEDER, 2012) passa a vigorar no Brasil com vistas a controlar a população pobre. Nesse contexto, todos os grupos marginalizados estavam submetidos ao poder disciplinar (FOUCAULT, 1987), cujo domínio prevalecia sobre os corpos dos indivíduos, os quais se objetivavam domesticar. Entretanto, o processo de expansão do capitalismo no contexto brasileiro, a partir de 1930, inaugura uma nova forma de governar, a biopolítica (FOUCAULT, 2008), cuja intencionalidade é regulamentar a vida de grupos populacionais, momento do período da história do Brasil em que é criado o conceito de infância, que classifica a criança como um ser possuidor de direitos e que precisa ser cuidado. Essa seria, contudo, a concepção ocidental universalista de infância, que cabia à elite pequeno-burguesa, mas que não era viável de ser implementada na realidade dos herdeiros da escravidão e filhos da classe operária.

Desse modo, o contexto biopolítico motivou a criação de categorias e classificações sobre o que vem a ser uma criança em situação regular ou irregular, estabelecendo quais seriam aquelas que se enquadrariam na situação de vulnerabilidade. Nessa conjuntura político-ideológica de segmentação da infância, o governo provocou a exclusão, pois abriu preceitos para a criação de políticas públicas mascaradas de um caráter protetor. Cabe, inclusive, a análise de Gadelha (2015) acerca da inauguração de um governo de infâncias no Brasil, na medida em que houve a construção simultânea de duas concepções de infância: uma concernente aos filhos das elites e outra aos da classe marginalizada.

Assim, a eleição da infância como uma fase essencial ao desenvolvimento humano possibilitou o controle social da família pobre. Enquanto os filhos das elites – classificados na situação regular – eram enviados às escolas para estudar, as crianças negras, filhas de escravos e as brancas pobres – frutos da situação irregular – eram destinadas a casas de correção e instituições para crianças abandonadas – como a Roda dos Expostos⁷ – com o intuito puramente disciplinar, acrescido do objetivo profissionalizante, de preparo dessa mão de obra infante para o mercado de trabalho. (FALEIROS, 2005, NEDER, 2012).

⁶ Entende-se neste trabalho que, embora a análise a partir da genealogia da história, com base em Michel Foucault, seja divergente, no campo epistemológico, do conceito de ideologia de base marxista, a utilização de ambos permite a reflexão crítica acerca do contexto estudado.

⁷ Conforme RIZZINI E PILOTTI (2009), a Santa Casa de Misericórdia implantou o sistema da Roda no Brasil, em meados do século XVIII. Consistia em uma espécie de cilindro giratório fixado na parede do estabelecimento, onde a criança abandonada era depositada da rua para o interior do local. De acordo com Marcílio (2011), o sistema de Roda de Expostos foi inventado na Europa Medieval, com o objetivo de garantir o anonimato das famílias e, assim, incentivá-las a levar o recém-nascido que não desejassem para a Roda, em vez de abandonar os filhos nas ruas e portas de igrejas ou casas, como era de costume.

Nesse sentido, ao procurar compreender a criança marginalizada que hoje é vítima do fenômeno da violência no Brasil, entende-se que suas raízes não se encontram apenas nas questões socioeconômicas e na própria violência urbana, potencializadas com o avanço do capitalismo. Mas as respostas estão, sobretudo, na formação social brasileira e como as diferentes concepções de infância foram sendo incutidas no imaginário social, desde o Brasil Colonial, e que atualmente se mantêm como permanências históricas (NEDER, 2005) por meio de práticas de biopoder. Tal abordagem se justifica, pois conforme a visão de Cerqueira Filho e Neder (1987), a resposta sobre como determinados pensamentos sobrevivem no imaginário social brasileiro está na análise de sua conjuntura político-ideológica. Para os autores, ao compreender de que maneira esta foi construída historicamente é possível, também, entender o lugar simbólico em que estão demarcados os diversos tipos de violência.

É importante destacar, ainda, que a história social da infância não está deslocada do contexto teológico-político de construção das leis no país, uma vez que esse processo marcado pelo relacionamento predominante até os dias atuais entre Direito e Religião influenciou na manutenção do controle social por parte do Estado, bem como nas políticas de assistência aos pobres e à área da infância e juventude. Assim, para analisar a criança marginalizada que vivencia uma infância no tráfico de drogas – foco de estudo nesta dissertação – parte-se, neste primeiro capítulo, de um percurso teórico sobre a história social da infância do Brasil, situada na discussão teológico-política que teve vez na repactuação, na República Brasileira, entre política, justiça e Igreja Católica Romana.

1.1 Ideia de infância

Ser criança não significa ter infância.

(Documentário A invenção da Infância, 2000)

Ariès (1981) descreve que na Idade Média não havia um sentimento de infância em torno da criança, semelhante ao presente hoje nas sociedades ocidentais. Para os europeus, a infância era vista como uma fase de transição, não sendo necessário, portanto, dedicar tamanha atenção a um momento da vida que logo passaria.

O historiador esclarece, ainda, que não havia lamúrias e tristeza por parte da família em função da morte de uma criança. Em parte, a ausência de tal pesar era devido ao alto índice de mortalidade infantil, de modo que, para os pais, a morte representava uma fatalidade, algo pertencente ao curso natural da vida de um infante. Tanto que o autor destaca a impressão de que nasciam muitos filhos com o intuito de que algum deles se salvasse. Para Ariès (1981), as altas taxas de mortalidade tornavam difícil aos indivíduos passar por todas as etapas da vida, logo, essas não estavam referenciadas somente na noção de idade biológica, mas bem mais próximas das funções sociais, o que colocava as idades da vida muito mais numa categoria abstrata do que concreta. Assim, a ideia de infância era, sobretudo, ligada a uma questão de dependência, de maneira que ao deixar a primeira infância⁸ (0 a 7 anos), a criança já começava a ser tratada como um ser que poderia ter responsabilidades, ou seja, como um adulto.

O sociólogo estadunidense Neil Postman (2012) ressalta que a ideia de infância é uma das grandes invenções ocorridas no período renascentista. Conforme o autor, a noção de infância ligada a uma estrutura biológica e psicológica é demarcada nesse período, tanto que até o hábito cultural de se comemorar o aniversário de uma criança é relativamente recente nos Estados Unidos, não tendo sido registrado há menos de 200 anos. Para Postman (2012), a explicação sobre o fato de a infância terminar aos 7 anos – antes do período do Renascimento – estava na questão de essa ser a idade em que a criança começava a dominar a palavra, o que pode explicar por que a Igreja denominou tal momento da vida como a idade da razão.

Tanto que Lajolo (2011, p.229, grifo do autor) explica que

[...] As palavras *infante*, *infância* e demais cognatos, em sua origem latina e nas línguas daí derivadas, recobrem um campo semântico estreitamente ligado à ideia de *ausência de fala*. Esta noção de *infância* como qualidade ou estado do *infante*, isto é, d'*aquele que não fala*, constrói-se a partir dos prefixos e radicais linguísticos que compõem a palavra: *in* = prefixo que indica negação; *fante* = participio presente do verbo latino *fari*, que significa *falar*, *dizer*.

Embora Ariès (1981) parta de um contexto europeu e Postman (2012) de um cenário estadunidense, a ausência de uma consciência em relação à infância e sua posterior descoberta

⁸ Del Priori (2000) explica que, durante o Brasil Colonial e Império, a fase da infância era definida como a primeira idade do homem, chamada de “*puerícia*”, que ia do nascimento até os 14 anos. A “*puerícia*” era, portanto, dividida em três fases, que podiam variar conforme a condição social da família: primeira fase (até os 3, 4 anos); segunda (até os 7 anos), quando as crianças acompanhavam os pais nas atividades cotidianas; e na terceira, a partir dessa idade as crianças já iam trabalhar ou aprendiam algum ofício.

é importante para entender a história social da infância no Brasil uma vez que esses diferentes modos de se perceber a criança influenciaram a sociedade brasileira com a chegada dos portugueses, no século XVI⁹. Nesse período, várias embarcações lusitanas desembarcaram na então chamada Terra de Santa Cruz, tendo entre a população marítima crianças, acompanhadas dos pais passageiros ou destinadas ao trabalho nos navios, as chamadas grumetes ou pagens¹⁰ (RAMOS, 2000). Segundo o autor, em Portugal – como em toda a Europa moderna – a alta mortalidade infantil alimentava uma mentalidade de desapego à criança. Tal ideia possibilitava que as crianças, principalmente as marginalizadas e pobres, fossem vistas como animais, cuja força de trabalho deveria ser explorada.

Assim, conforme Ramos (2000), os grumetes tinham as mesmas responsabilidades que os marinheiros adultos, não havendo qualquer distinção entre eles, de modo que meninos de 9 anos, por exemplo, já eram submetidos ao trabalho pesado e estavam sujeitos a vários tipos de violência, tais como abusos sexuais, maus tratos e fome. Outra prova da ausência do sentimento de infância para os portugueses era que, na ocorrência de naufrágios, raramente o capitão do navio dava prioridade de embarque no bote salva-vidas às crianças, “excluindo as que serviam como grumetes ou pagens” (RAMOS, 2000, p.43). A partir desse cenário que se desenhava nas naus lusitanas com destino a Santa Cruz é possível perceber a história da infância que estava para ser construída na sociedade brasileira, com base na ausência de um sentimento de infância, com o agravante da seletividade por classe social, já que as crianças pobres e marginalizadas tendiam a ser as mais vulneráveis.

A mortalidade infantil também foi uma problemática no Brasil até o início do século XIX, fato que, associado à cultura portuguesa que influenciava o País, dificultava a construção de um sentimento de infância em torno da criança. Liliana Sulzbach, diretora do documentário “A invenção da infância” (2000) analisou o impacto que o elevado número de mortes de crianças tinha no modo como as famílias percebiam os seus filhos e encaravam os falecimentos. As mães entrevistadas no documentário contam, com naturalidade, sobre os muitos filhos que tiveram e que alguns desses morreram. Há o caso de uma mãe que teve 28 filhos e que tinha – na época

⁹ Santos (2007) explica que, nos anos de 1500, o sentimento de infância ainda não havia sido incutido no imaginário social dos portugueses. Logo, as ideias acerca da infância que vieram junto com os colonizadores e que, por conseguinte, influenciaram o modo como os brasileiros percebiam as crianças diziam respeito à concepção anterior.

¹⁰ Ramos (2000) descreve que a escassez de mão de obra de homens adultos a fim de trabalhar nas embarcações portuguesas resultou no aliciamento de órfãos abandonados e provenientes de famílias pobres. Assim, meninos com idades entre 9 e 16 anos, e, algumas vezes, até mais novos, eram destinados a servir como grumetes nesses navios e possessões ultramarinas.

da entrevista – seis vivos. O documentário revela como era comum, no Brasil, as crianças morrerem muito novas de doenças como disenteria. E para as mães, a morte das crianças era uma fatalidade, algo ocorrido pela vontade divina. “Deus me deu, Deus tomou”.

Aqui, pode-se fazer um paralelo com a afirmação de Freyre (2006a) acerca da identificação das crianças com o anjo católico, fato que ele supõe ter sido um dos motivos de a morte da criança ter tomado um caráter meio mórbido na época, um período histórico em que a mortalidade infantil era bastante elevada. Acreditava-se, portanto, que mais um anjo iria morar com o Deus supremo nos céus ou que a morte dos pequenos era decorrente de obras de bruxaria ou trabalhos feitos nos rituais de macumbaria. Del Priori (2000) ressalta que por conta da crença de que os trabalhos feitos pelas bruxas é que roubavam a vida de seus pequenos, muitas mães seguiam à risca as orientações supersticiosas que “livrariam” seus filhos das doenças, como benzer a criança em jejum, por três dias seguidos, com galhos de arruda, guiné ou jurumeira.

Sobre a associação da criança com morte prematura à figura angelical, Freyre (2006a, p.203) afirma que:

[...] A morte da criança passou a ser recebida quase com alegria; pelo menos sem horror. De semelhante atitude subsiste a influência em nossos costumes: ainda hoje entre matutos e sertanejos, e mesmo entre a gente pobre das cidades do Norte, o enterro de criancinha, ou de anjo, como geralmente se diz, contrasta com a sombria tristeza dos enterros de gente grande. Nos tempos de catequese, os jesuítas, talvez para atenuar entre os índios o mau efeito do aumento da mortalidade infantil que se seguiu ao contato com o intercurso em condições disgênicas, entre as duas raças, tudo fizeram para enfeitar ou embelezar a morte da criança. Não era nenhum pecador que morria, mas um anjo inocente que Nosso Senhor chamava para junto de si.

Entre as doenças descritas por Gilberto Freyre responsáveis por matar as crianças brasileiras, no século XIX, estão: o mau tratamento do cordão umbilical, vestes e alimentação inadequadas, desprezo no início das moléstias da primeira infância, de modo que as crianças só eram levadas ao médico quando já apresentavam quadro crônico de enfermidades, tais como gastroenterites e hepatites.

O autor analisa que tais causas da mortalidade infantil no Brasil no século XIX eram, sobretudo, sociais e são atribuídas por José Maria Teixeira em especial ao sistema econômico da escravidão, ou seja, aos costumes sociais que decorriam desse sistema. Entre esses, estavam: a ausência de educação física e moral por parte das mães, alta disparidade nas idades das pessoas que se casavam e nascimentos ilícitos corriqueiros, além da falta de uma alimentação adequada das amas de leite (escravas), que usualmente não estavam em condições de higiene para criar

as crianças. Acrescentam-se, nesse contexto, as doenças sexualmente transmissíveis que muitas vezes acometiam os pais. Para o autor, provavelmente foi a ação dessas influências que se confundiu com o clima na época da alta mortalidade de crianças.

Já para Del Priori (2000), os hábitos europeus que os recém-chegados às terras quentes brasileiras mantinham nos primeiros anos do nascimento da criança tiveram alta parcela de responsabilidade sobre as mortes prematuras. A autora explica que, por conta de sua cultura europeia, os portugueses não tinham costume de dar banhos frequentes e expor as crianças ao ar livre, deixando-as enroladas em cueiros e mantas, tendo sempre a cabeça coberta com gorros pesados, hábitos que causavam várias doenças de pele.

A noção de criança como objeto de papariação¹¹ presente nos séculos XVI e XVII na Europa (ARIÈS, 1981) – período de descoberta da infância – certamente chegou ao Brasil Colônia junto com as caravelas lusitanas que recorrentemente desembarcavam em terras brasileiras. Na visão de Freyre (2006a), as crianças das casas-grandes eram mimadas pelas mães e pelas mulatas, de forma excessiva. Por exemplo, consta que, na primeira infância, as crianças eram inundadas de agrados, mimos e dengos, além de serem cuidadosamente banhadas na água morna pelas mucamas e não raro continuarem a ser amamentadas mesmo após já ter se passado a idade de mama. Ainda mediante Freyre (2006a), muitas vezes, esses mimos eram prolongados na segunda infância, sendo que muitos meninos eram chamados de “envidraçados”, por terem sido criados cheios de cuidados por parte da mãe e das mulatas. Assim, acreditava-se que os corpos desses pequenos não produziram anticorpos e esses estavam sujeitos a qualquer tipo de doença muito facilmente. O autor relata também que alguns filhos de escravas acabavam sendo adotados pelas mulheres dos senhores de engenho e também eram tratados com mimos por elas.

Segundo Mauad (2000), o “excesso de mimos” e a forma como elas eram educadas eram muito criticados por estrangeiros, que chegaram ao Brasil com o objetivo de dar aulas particulares aos filhos das elites, após a Abertura dos Portos (1808) ou até mesmo pelos viajantes europeus, no período setecentista. Contudo, não se pode esquecer de que a influência africana teve demasiada relevância no Brasil colonial. Nessas sociedades, a criança era fonte de grande satisfação para as mães, segundo descreve Del Priore (2012). Logo, vários ritos de origem africana foram

¹¹ Para Ariès (1981), o primeiro indício de uma consciência em relação à infância, vista sob uma ótica particular e tratando-se de um sentimento mais superficial, foi a percepção da criança como objeto de papariação, isto é, os infantes eram tratados como brinquedos ou animais domésticos, vistos como seres de entretenimento para os pais.

incorporados ao contexto cultural brasileiro na época, o que certamente influenciou no chamado “excesso de mimos” para com a criança nesse período.

Segundo Del Priore (2012, p.242),

[...] O excesso de mimos não era fortuito. Sabemos, graças aos estudos de antropólogos, que a recepção de uma criança na sociedade africana era fonte de imensa satisfação. Muitos dos ritos que cercavam o nascimento foram transpostos para o Brasil. Ao nascer, os pequenos de origem nagô eram untados com óleo e imersos em banhos de folhas com finalidade de proteção. Entre os cassanges, toda a comunidade participava do parto, não trabalhando no campo, nem tocando em instrumentos cortantes. Tão logo a criança nascia, tinha o narizinho apertado e a cabeça massageada para adquirir uma forma, que parecia às mães de origem africana, mais estética. [...]

Dessa maneira, Del Priore (2012) contextualiza que, mesmo em meio a um cenário de escravidão e pobreza, os adultos tratavam as crianças com demasiado zelo, influenciados pela cultura africana, em que os rituais na infância marcavam desde a primeira dentição do infante até a passagem para o mundo adulto, que ocorria com a circuncisão dos meninos, por volta dos 12, 13 anos. Assim, observa-se que, ao mesmo tempo em que o Brasil recebe uma influência africana no cuidado com as crianças – que culminou no “excesso de mimos”¹² denominado por estrangeiros e outros autores – houve o choque cultural com a visão dos portugueses acerca da infância. Compreende-se, então, que por essa razão há, na história social da infância no Brasil, registros de frieza e indiferença dos adultos para com a infância e aqueles de zelo excessivo e fraternal, em especial, por parte das mucamas.

Quando o País entra no período do Império, tem continuidade o processo civilizatório, cujo projeto contemplava, conforme Cerqueira Filho (1993), uma aliança entre as classes

¹² Sobre o “excesso de mimos” que marcou a infância brasileira, levanta-se a hipótese de que este também pode estar relacionado à falta de limites que demarca o inconsciente coletivo brasileiro desde o período colonial, em função da ausência, no plano simbólico, da função paterna social na história do Brasil. Segundo Cerqueira Filho (1993), a ilusão da ausência da lei também está relacionada à distância do rei, que ficava em Portugal, em função da sua representação como figura de supremacia. Como o rei estava distante, a sensação dos portugueses era de que “aqui no Brasil, tudo vale, tudo se pode fazer”. Desse modo, o autor afirma que a ignorância da lei também é resultado de uma operação psicológica no nível inconsciente, em que incide a ausência de uma função paterna ou a imagem desta degradada. Do ponto de vista psicanalítico, a função paterna é essencial na constituição da subjetividade e na forma como esse sujeito vai se comportar em sociedade (BERLINK, 1988). Assim, trazendo para o contexto de formação colonial, a legislação, ou a ignorância simbólica desta, deve ser pensada também pela lógica da representação psicológica inconsciente, firmada na função paterna, Portugal, o pai da sociedade brasileira.

dominantes, que se constituíam pela elite portuguesa, pela classe burguesa em ascensão e pelo clero. Este último influenciava diretamente nas questões políticas do País pelo regime de padroado, de modo que questões religiosas e políticas se misturavam, tendo a religião forte influência na formação das leis e da ideologia política brasileira, justificando, portanto, tal projeto “civilizatório e moderno”.

Nessa fase, portanto, o chamado “excesso de mimos” e a identificação das crianças com a figura angelical vão sendo substituídos pelos castigos físicos e abandono, muito por conta das influências dos moralistas setecentistas e pelos jesuítas, que pregavam a ideia religiosa de que Deus corrige os filhos que ama, logo, o amor de um pai deveria se basear no amor de Deus (DEL PRIORI, 2000). Por conta dessa nova forma de educar, por meio de açoites e castigos, a autora relata que muitas famílias se desfizeram, de modo que mães e filhos foram para as ruas e portas de igrejas, mendigar porque foram abandonados. Azambuja (2006) ressalta que antes do século XVIII, o costume de castigar as crianças com chicotes, ferros e pedaços de pau passa a ser utilizado de forma constante. Conforme a autora, os pais acreditavam, nessa época, que seus filhos poderiam ser moldados conforme o desejo dos adultos.

Freyre (2006b), inclusive, criticou que no período do Império as crianças, sobretudo as subalternizadas, não eram tratadas com humanidade. O autor chega a citar que a criança era tratada como “demônio”, contrapondo-se à ideia presente na época anterior, em que o menino era considerado um “anjo”. Na visão do autor, tais negligências quanto ao bem estar das crianças não eram praticadas apenas por adultos, pois o sistema escravocrata foi uma péssima influência também para os meninos brancos, que cresceram como “meninos-diabo”. Essas crianças adquiriram um sadismo por judiar com os filhos de escravos e com o negro, perversão que eram observadas nas brincadeiras e que, por formalidade, muitas vezes eram repreendidas pelos pais. No entanto, as mesmas eram incentivadas em particular e, portanto, toleradas pelos senhores de engenho.

Para Freyre (2006b), as primeiras vítimas nos “meninos-diabo” foram os negros e animais domésticos e, depois, passaram a ser as mulatas e negras, comumente usadas como objeto sexual, sendo responsáveis pela antecipação da vida erótica dos adolescentes brancos. Essa cultura adotada desde a escravidão, e que gerou um sentimento de perversão e sadismo para com o negro, persiste até os dias atuais. Tanto que não é raro ouvir de um jovem de classe média alta que ele foi iniciado na vida sexual pela empregada. A questão sexual em torno da mulata acabou dando à mulher negra o sentido de que ela era responsável por corromper os meninos

brancos com sua luxúria, dissolvendo, portanto, a moral dos brancos. No entanto, para Freyre (2006b, p. 462)

A verdade, porém, é que nós é que fomos os sadistas; o elemento ativo na corrupção da vida de família; e moleques e mulatas o elemento passivo. Na realidade, nem o branco nem o negro agiram por si, muito menos como raça, ou sob a ação preponderante do clima, nas relações do sexo e de classe que se desenvolveram entre senhores e escravos no Brasil. Expressiu-se nessas relações o espírito do sistema econômico que nos dividiu, como um deus poderoso, em senhores e escravos. Dele se deriva toda a exagerada tendência para o sadismo característica do brasileiro, nascido e criado em casa-grande, principalmente em engenho [...].

Na visão do autor, tanto o que ele chama de mimo exacerbado na criação dos pequenos quanto o sadismo presente nas brincadeiras dos brancos para com os negros desde a mais tenra idade, foram responsáveis pela construção de determinados vícios de educação que, provavelmente, estavam completamente relacionados ao processo econômico escravocrata, um dos principais pilares da formação social no País.

Além do sistema econômico, o fato de o Brasil ser constituído de uma sociedade patriarcal contribuiu para a grande distância social que existia entre o menino e o adulto, descrita por Freyre (2006b). Naquela época, era um prestígio ser homem velho, maduro, na mesma medida em que era considerado inferior o menino, tanto que as crianças sentiam vergonha da meninice e imitavam os adultos desde a adolescência, até mesmo no ar de seriedade, deixando a alegria da adolescência escondida ou interiorizada, como aponta Freyre (2006b, p.177):

É verdade que a meninice, nas sociedades patriarcais, é curta. Quebram-se logo as asas de anjo. E deste modo se atenua o antagonismo entre o menino e o homem, entre o pai e o filho. Nos períodos de decadência do patriarcalismo – tal como o estudado nestas páginas – semelhante antagonismo não desaparece: transforma-se, ou antes, prolonga-se, na rivalidade entre o homem moço e o homem velho.

Azambuja (2006) analisa que somente no início do século XIX a infância começa a ter uma atenção particular na sociedade brasileira. Em 1823, a autora relata que o termo criança é citado pela primeira vez em documentos, criados a partir de uma série de discussões com o objetivo de traçar um percurso para o Brasil, no que dizia respeito à expansão do ensino educacional para a população do Império. Conforme Azambuja (2006), o tema infância adquire realmente relevância nas primeiras instituições de Ensino Superior, sobretudo na área da Medicina. “[...] A partir de meados do século XIX é que a preocupação com a criança se estende a áreas não

abrangidas pelas academias de Medicina, motivando o envolvimento de outros setores sociais.” (AZAMBUJA, 2006, p.46) Assim, a criança, que até o início do século XX era vista como instrumento de poder exclusivo da Igreja, passa a ser percebida a partir de uma concepção científica, e não mais religiosa.

De acordo com Foucault (1999), tanto os investimentos em políticas de assistência quanto o uso do saber da medicina constituem estratégias da biopolítica¹³, por meio do exercício do biopoder que, diferentemente do poder soberano, cuja premissa era “fazer morrer e deixar viver”, intenciona “fazer viver e deixar morrer”. Agora, o governo não age mais a partir de uma “tecnologia disciplinar sobre o corpo”, mas mediante uma “tecnologia regulamentadora da vida” (FOUCAULT, 1999, p.297).

Neder (2004) ressalta que, desde os anos de 1870-80, intelectuais, operadores sociais de diversos setores, inclusive do sistema penal, começam a produzir uma robusta documentação, criticando o viés religioso com o qual vinha sendo baseada a assistência à infância. Contudo, é na área da medicina, segundo a autora, que são produzidos os primeiros balanços, com vistas à elaboração de políticas públicas de Governo a esse setor. Na visão de Neder (2004), o empenho dos médicos revela a hipótese de que a responsabilidade parental¹⁴ – da qual falaremos mais adiante – direcionada para atender à parcela vulnerável da sociedade começa a se traduzir no Governo enquanto ação estatal por meio dos operadores da área da medicina.

A área médica teria logrado um processo de secularização mais acentuado, através da ruptura empreendida pelo pensamento médico-científico, que abraçou o positivismo. O indício mais significativo dessa ruptura é a forma como o serviço médico de remoção de doentes em ambulâncias, mais precisamente o próprio veículo automotivo, costuma ser designado pela população; a expressão “assistência”, para nomear o veículo, tem sido utilizada como metáfora para “ambulância”. (NEDER, 2004, p.5)

¹³ Foucault (1999) afirma que o século XVII e o início do século foi marcado pelo exercício do poder a partir de técnicas focadas no corpo individual, com o objetivo de torna-los dóceis, produtivos e disciplinados, traduzindo-se no que autor definiu como uma “tecnologia disciplinar do trabalho”. No entanto, a partir do século XVIII surge uma nova arte de governar, a biopolítica, que não está mais centrada nos indivíduos, nem na sociedade, mas sim na população, enquanto corpos biológicos. Assim, nasce uma nova tecnologia de poder, que não exclui a anterior, mas ganha novas configurações, regulamentando a vida de grupos populacionais.

¹⁴ A autora Gizlene Neder (2004, p.201) faz uma adaptação do conceito de função parental, de Pierre Legendre, e define a responsabilidade parental como “[...] o conjunto de práticas políticas e ideológicas encetadas a partir de um lugar de poder dentro de uma dada lógica institucional. A expressão aparece no conjunto da obra de Legendre sob a forma de *fonction parentale*, ou seja, função parental. [...] Fazemos um pequeno deslocamento conceitual, afirmando a ideia de responsabilidade parental, exatamente porque aprendemos o significado do conceito usado por Legendre, que, na nossa leitura, está muito mais próximo da ideia de responsabilidade do que de função.”

Para Arantes (2009), o surgimento do sentimento de infância no Brasil se deu certamente nessa época, quando os médicos higienistas passaram a desenvolver teses e pesquisas na área da saúde no sentido de cultivar as crianças e prevenir a mortalidade infantil. Assim, “a criança surge como futuro do homem e da pátria devendo sua autonomia ser desenvolvida” (ARANTES, 2009, p.187). No entanto, a autora ressalta que as crianças pobres e negras brasileiras não estavam incluídas nesse pensamento, sendo “a arte de cultivar crianças” um privilégio e um direito, nos planos simbólico e prático, somente das crianças brancas e filhos das elites.

Nesse contexto de segmentação da infância, Gadelha (2015) ressalta a constituição de duas divergentes concepções de infância: a primeira, que compete a uma classe social privilegiada, composta pelos filhos abastados que demandam cuidados especiais em virtude de sua ingenuidade, pureza e fragilidade; e a segunda, destinada aos pequenos herdeiros da escravidão e filhos da classe operária, que não se enquadravam no ideal de sociedade por evocarem a patologia social. O autor, guiado pela lógica foucaultiana, acredita que um governo das infâncias na contemporaneidade está, portanto, ligado ao “[...] empresariamento da sociedade, da educação e dos demais processos implicados à produção de subjetividades infantis (modos de construção do que seria ‘ser criança’)” (GADELHA, 2015, p.347).

Tal diferenciação do trato quanto às crianças brasileiras foi registrado pelo psicanalista Contardo Calligaris, que, ao chegar à cidade de Porto Alegre em meados da década de 1980, espantou-se com o fato de os pais demonstrarem sempre muita preocupação com o prazer de seus filhos pequenos, o que para ele se traduzia em uma contradição, na medida em que o País era conhecido no exterior por ser um lugar onde havia uma infinidade de crianças abandonadas pelas ruas. Para o psicanalista italiano, não fazia sentido uma sociedade que ao mesmo tempo reconhecia a criança, ora como rei, ora como dejetos. Nas palavras Calligaris (1991, p.45):

[...] se a criança dispusesse de um estatuto simbólico particular, se fosse um sujeito precocemente reconhecido, isso valeria para qualquer criança. E me interrogo sobre uma majestade cuja alternância com a dejeção assinala que talvez ela não esteja fundada em uma excelência simbólica.

Nesse sentido, a hipótese aqui é que mesmo com a expansão do capitalismo no século XX, os avanços nas áreas da saúde, o que possibilitou a queda nas taxas de mortalidade infantil e um consequente cuidado especial em relação à criança (no sentido ideal), a descoberta desse sentimento de infância no Brasil esteve atrelada a práticas de poder disciplinar (FOUCAULT,

1987), cujo objetivo era o adestramento desses indivíduos em desenvolvimento a fim de transformá-los em uma ferramenta eficaz a serviço do governo e da classe burguesa em ascensão, mediante uma pedagogia do trabalho.

Concomitantemente, um novo conceito de infância surge no contexto de nascimento da biopolítica no Brasil, com a insurgência de um governo que pretende “fazer viver” a criança, que passa a ser alvo de uma série de produção de saberes, objetivando a preservação da vida e, por conseguinte, as quedas das taxas de mortalidade infantil. Ao mesmo tempo, é um governo que “deixa morrer”¹⁵ as crianças que não fazem parte de seu projeto biopolítico, aquelas que se enquadram na categoria de desviantes e, portanto, seriam uma ameaça ao bem estar social.

1.2 O trabalho como salvação ou regeneração

Desde o início da colonização, as escolas jesuíticas não existiam em grande número, tampouco atendiam a todas as crianças. Segundo Del Priore (2012), algumas crianças indígenas tiveram acesso ao ensino pelos padres, por conta da educação religiosa, mas o mesmo não se pode dizer das crianças negras. Ainda de acordo com a autora, os filhos da classe alta tinham acesso à educação por meio de professores particulares, enquanto os filhos de escravos não tinham sequer direito a frequentar as escolas públicas, em meados do século XIX, pois já estavam inseridas numa lógica de trabalho. Já as crianças subalternas só tinham direito ao ensino público quando se destacavam como alunas de notável capacidade de intelecto. Assim, “[...] A desigualdade social e racial inscrevia-se, portanto, nas origens do ensino público que não era para todos. Mas, para alguns.” (DEL PRIORE, 2012, p.237)

Ainda segundo Del Priore (2012), mesmo após a abolição da escravidão, crianças e adolescente de 7 a 14 anos continuaram a trabalhar em lavouras, como há registros históricos na cidade de Pernambuco, onde, no caso das meninas, o trabalho doméstico ainda se estendia no turno que se seguia além do trabalho no campo. Diferentemente, os filhos da elite do sexo masculino,

¹⁵ O paradoxo de se permitir morrer em sistema centrado no biopoder pode ser explicado, segundo Foucault (1999), pelo racismo de Estado, uma prática governamental que se utiliza da segmentação da população em raças, colocando umas superiores em detrimento de outras, consideradas inferiores, como maneira de justificar o exercício do poder da morte. Nas palavras de Foucault (1999, p.304), o racismo de Estado é “o meio de se introduzir, afinal, nesse domínio da vida que o poder se incumbiu, um corte: o corte entre o que deve viver e o que deve morrer.”

segundo Mauad (2000), aos 7 anos eram enviados à escola, com a possibilidade de concluir os estudos no exterior e conquistar um título de Doutor. Já as meninas nascidas no berço da aristocracia também eram enviadas à escola com a mesma idade, no entanto, sua instrução era voltada para habilidades manuais e dotes sociais.

Apesar do considerado “excesso de mimos”, por alguns autores, que se tinha para com a criança no período colonial por conta da influência dos escravos africanos, a ação repressiva e o controle social exercidos nessa época e na fase do Império – não somente sobre as crianças pobres e negras, mas sobre toda a população marginalizada – tiveram continuidade na era da República, com uma diferença: saiu das mãos do senhor de escravos para o Estado, por meio do discurso jurídico-teológico e das instituições judiciais e policiais. E esse processo de legitimação da violência, que transformou a questão racial em uma questão criminal, teve início na implantação do projeto republicano a partir de 1889, um pacto nada democrático, feito de cima para baixo e que mantinha excluídos da categoria de cidadãos os negros, índios e pobres, incluindo, portanto, seus descendentes: as crianças.

Neder (2012) disserta sobre tais transformações ocorridas no período republicano e se utiliza da análise histórica a partir da consulta de documentos para mostrar a relação existente entre o Direito Penal e a constituição do mercado de trabalho. O recorte histórico se dá nos primeiros anos da República, na cidade do Rio de Janeiro, capital federal na época. A autora contextualiza que, a partir de 1888, o ex-escravo era livre, mas ao mesmo tempo, era excluído da maior parte das profissões que requeria alfabetização e qualificação. O emprego que geralmente o ex-escravo conseguia era de: estivador, faxineiro, empregado doméstico, biscateiro e servente nas fábricas e no comércio. Assim, eles continuavam sendo explorados, pois recebiam salários baixos em troca de uma carga horária elevada.

Nesse contexto, criou-se uma ideologia em torno da representação de “ser trabalhador”, momento em que o trabalho deixou de ser atributo de escravo para representar a essência do cidadão. Cenário também em que a grande questão no Brasil deixou de ser servil – pois já não havia mais escravidão – para ser racial, na medida em que uma população de negros e índios (ex-escravos) passou a ser reconhecida na figura do “malandro” ou “vadio”, que era aquele que gozava de saúde e não trabalhava. A partir da ênfase que se dava na disciplina e no trabalho, os que não se enquadravam nesse modelo eram excluídos da sociedade, a partir da criação de leis¹⁶

¹⁶ Rusche e Kirchheimer (2004) discutem é preciso despir a pena do seu viés ideológico (de proteção à sociedade) e de seu escopo jurídico (regeneração do apenado) e começar a analisá-la a partir de suas verdadeiras relações. Para os autores, o caráter das penas está associado aos valores culturais do Estado que as determina. Ou seja, quem

e contravenções no Código Penal de 1890. A pobreza, então, passou a ser criminalizada e diversos grupos passaram a ser perseguidos, certamente, em função do medo do governo em perder o controle social de uma camada expressiva da população.

Não se pode esquecer, também, que o processo de reflexão sobre os sistemas penitenciários e as penas ocorreu paralelamente ao processo de construção da ordem burguesa no Brasil. Conforme Neder (1994), o sistema penal do CP de 1890 foi o da Filadélfia, combinado com o de *Auburn* e modificado pelo método irlandês¹⁷. A base do sistema é a prisão celular, mas as penas variavam entre: multa, prisão disciplinar, trabalho obrigatório em estabelecimentos agrícolas, reclusão em fortaleza, etc. A autora afirma que a punição começa a ser associada ao sistema penal após o primeiro código penal republicano. Assim, pode-se observar que os estabelecimentos Casas de Detenção e Casas de Correção deram lugar à ideia de sistema penitenciário que temos hoje, que está marcada pelo confinamento e extermínio.

Neder (1994) compreende que apesar de não existir uma pena de morte legal (uma vez que não estava prevista no CP de 1890), a realidade de formação histórico-social em transição impôs uma pena de morte (de fato). A autora analisa que ao se voltar o olhar para a construção histórica das leis no Brasil, é possível ver que a legislação vem sendo formulada de acordo com as tendências liberais, mas resguardando práticas autoritárias.

É possível perceber a relação implícita existente entre o Direito e a Religião ao observar, por exemplo, o sentimento de indiferença da população perante o genocídio promovidos por grupos de extermínio, uma realidade nos dias atuais. Para Neder (2009), que trabalha a criminalização e a punição a partir da observação de duas penas do Antigo Regime (pena de morte e degredo) na temporalidade do Código Criminal de 1830, esse cenário é fruto de uma ideia de Direito e de Justiça estar associada à uma “cultura religiosa e penitencial” (NEDER, 2009, p.82). Desse

tem o poder de fazer a lei, legisla em benefício de determinados grupos em detrimento de outros. E o segundo aspecto é de que existe uma inter-relação entre punição e mercado de trabalho.

¹⁷ Segundo Veloso Neto (2013), o sistema da Filadélfia, também chamado de Pensilvânico, Belga ou Celular, pressupunha que o detento deveria ficar em total isolamento dentro da cela, sem direito à visita e ao trabalho, a fim de que alcançasse o esperado arrependimento pelos delitos cometidos. Já o sistema Auburn surge posteriormente e mantém o isolamento noturno, porém é menos rígido e permite que o preso trabalhe dentro de sua cela, sozinho, e depois passe a trabalhar junto aos outros detentos. Por fim, o sistema irlandês, também chamado de progressivo ou inglês, instituiu o sistema progressivo de penas, de modo que o detento pode ter sua pena reduzida em função do trabalho e do bom comportamento.

modo, a autora analisa que o uso da repressão no sistema penitenciário brasileiro tem como base uma cultura jurídica e religiosa¹⁸.

Esse resgate histórico é importante para compreender que as crianças pobres, abandonadas, negras e filhas de ex-escravos estavam inseridas nesse contexto e, logo, foram também consideradas vadias, moleques e disciplinadas em determinada ideologia do trabalho, que trazia como pano de fundo a ideia de salvação ou regeneração. Desse modo, quando os meninos e meninas subalternos não estavam perambulando pelas ruas, estavam nas fábricas, muitas vezes, junto dos pais, sujeitos à exploração da mão de obra infantil.

Desde o período republicano, mediante Faleiros (2005), tentou-se criar leis que normatizassem o mínimo de idade que uma criança deveria ter para trabalhar nas fábricas. Contudo, apesar de um discurso embasado na proteção, a legislação não foi eficiente para proibir as crianças nas indústrias, onde havia o uso desenfreado de crianças pequenas como mão de obra, em condições insalubres e de exploração.

No final do século XIX e início do século XX, em São Paulo, muitos dos filhos dos imigrantes que chegavam à capital para trabalhar nas fábricas eram também usados como mão de obra operária, segundo descreve Moura (2000). Para o autor, a exploração do trabalho infantil nessa época refletia a intenção dos empresários em diminuir os custos da produção, já que os salários pagos às crianças e adolescentes eram notadamente mais baixos do que os já ínfimos pagos aos adultos. Assim, a autora analisa que a presença de crianças e adolescentes nas fábricas foi se tornando uma prática cada vez mais corriqueira, tornando-se, talvez, o referencial mais relevante de que a pobreza continuava a permear as famílias dos imigrantes que vinham para o Brasil na busca de uma vida melhor. Conforme Moura (2000, p.264):

¹⁸ Neder (2009) elenca quatro aspectos religiosos presentes na legislação: a) O livro V das Ordenações Filipinas, que até a emancipação política era aplicado ao Brasil, previa pena de morte e degredo, mas essas penas muito rigorosas tinham um papel inibidor, já que eram pouco aplicadas. Isso porque, recorrentemente, o rei se utilizava da clemência como estratégia de inculcar no imaginário social a ideia de um rei misericordioso. E é aí que entra o aspecto religioso, pois a figura do rei era comparada a de um pastor. Segundo Neder (2009, p.88), “a representação do rei como pastor e pai dos súditos, que mais se devia amar do que temer, era um dos pontos mais comumente usados no processo de legitimação do poder real”; b) A questão do casamento civil, na medida em que a legislação portuguesa de 1603 só foi ser substituída no País em 1916, o que demonstra o conservadorismo clerical e a influência religiosa. Mesmo transferindo o casamento para o Estado, tornando-o secular, o divórcio era proibido e só viria a ser admitido por lei em 1977; c) A apropriação que o determinismo lombrosiano introduziu aspectos aparentemente científicos, mas que foram herdados da cultura religiosa pessimista, baseada na ideia de predestinação ao mal; e d) A adoção do próprio modelo do sistema penal da Filadélfia, combinado com o de *Auburn* e também modificado pelo método irlandês, com prisão celular. “[...] uma opção pelo modelo punitivo do puritanismo protestante norte-americano (a ideia de que o indivíduo deveria ser isolado e permanecer só para, individualmente, refletir sobre seus erros, etc.)” (NEDER, 2009, p. 95).

As referências ao interior das fábricas e oficinas na época conduzem para um mundo sem trégua: desde o ar frequentemente impregnado de partículas nocivas que, de forma insidiosa, minavam a saúde dos trabalhadores, até o acidente que, repentinamente, fazia estancar o curso de sua vida, tudo depunha contra o mundo do trabalho. Mundo do trabalho ao qual crianças e adolescentes eram incorporados como se fossem adultos. Alimentos e bebidas, tecidos e chapéus, cigarros e charutos, vidros e metais, tijolos e móveis, entre uma série de outros produtos fabricados então em São Paulo, passavam por mãos pequeninas, trazendo na sua esteira a indiferença às particularidades e às necessidades da infância e adolescência.

Para Adorno (1991, p.191), o contexto de exploração do trabalho infantil ao qual muitas crianças subalternas foram submetidas e até hoje o são “trata-se de uma forma de inserção perversa porque condiciona crianças e jovens a se defrontarem com o trabalhador adulto em condições de desigualdade”. Na visão do autor, essas crianças vivenciam uma sociabilidade incompleta, pois são inseridas no mundo do adulto sem ter a maturidade suficiente para tal universo ou sem terem sido preparadas para enfrentar as dificuldades e responsabilidades que se requer de um adulto. São forçadas a amadurecer de forma precoce, um amadurecimento que não ocorre em sua plenitude, na medida em que as crianças – em função da idade e também por estarem sociabilizadas em um universo infantil, que requer o lúdico e brincadeiras – não conseguem se desligar do universo infantil, nem se inserirem completamente no mundo adulto, estando, portanto, numa sociabilidade incompleta.

No que diz respeito à esfera educacional, deu-se prosseguimento à política de exclusão dos pobres no século XX, conforme Faleiros (2005). Embora a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1960) punisse o pai que não matriculasse o filho na escola com a restrição de não ter direito ao emprego público, os pais não eram punidos caso fossem considerados pobres ou não houvesse vagas em instituições escolares. Nesse sentido, o autor analisa que de forma contraditória a lei isentava as crianças subalternas da obrigatoriedade de frequentar a escola, o que acabou se tornando um privilégio dos filhos das elites. Aqui, pode-se observar uma estratégia biopolítica de “fazer viver” os filhos da classe abastada, garantindo o acesso à educação, ao mesmo tempo em que “deixa morrer” as crianças pobres por meio de um racismo de Estado (FOUCAULT, 2005), na medida em que a ação governamental cria brechas na lei que as exclui de um direito inalienável e fundamental, que é o direito de estudar.

Nesse sentido, Faleiros (2005, p.174) argumenta que

Nesse contexto, pode-se observar que a política para a infância pobre se articula ao processo de desenvolvimento capitalista, inserindo-se na heterogeneidade econômica

das várias formas de produção, mantendo a divisão social de classes, a desigualdade e a política de disponibilidade de mão-de-obra. Apesar das iniciativas de fundação do Serviço Social da Indústria (Sesi), do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) no segundo pós-guerra, o empresariado brasileiro não se engajou na defesa de uma política de formação profissional sistemática e universal, em vista da possibilidade de contar com uma reserva do trabalhador desgastado. Os proprietários rurais também se aproveitaram da mão de obra familiar – oriunda em parte da escravidão –, com exploração sistemática da mão-de-obra infanto-juvenil.

Assim, em acordo com a análise de Faleiros (2009), de que o econômico se amalgama com o político, no que diz respeito ao enquadramento da criança marginalizada desde cedo na dinâmica do trabalho, essa ótica só reforçou a desigualdade social no Brasil. Para o autor, esse processo de valorização/desvalorização da mão de obra do infante favorece a visão de que “aos pobres e dominados caberia trabalhar, aos ricos e dominantes caberia dirigir a sociedade” (FALEIROS, 2009, p.34).

E relegar ao esquecimento o modo de ser infantil a uma parte da população de crianças brasileiras, enquanto as nascidas em berços privilegiados e abastadas usufruem o direito de ser criança, é um tipo de violência que foi potencializada com a política de atenção à infância, ao longo do período republicano. Política imbricada de práticas de biopoder (FOUCAULT, 2008), num contexto de criação de políticas públicas mascaradas de caráter protetivo, quando, na verdade, visavam ao controle da vida de grupos populacionais marginalizados. Momento em que passa a haver uma clara divisão social entre o considerado “menor” – o delinquente que precisa ser reprimido ou assistido por estar em “situação irregular” – e a “criança”. É o que será explicitado no próximo tópico.

1.3 A estratégia biopolítica de “deixar morrer” os pequenos considerados delinquentes

Segundo Santos (2000), no final do século XIX e início do século XX, o Brasil passa por um período de intensas mudanças no cenário urbano, provocadas, sobretudo, pela crescente industrialização e aumento populacional, o que resultou, também, em mudanças sociais. Num país em que, desde o período colonial, as crianças pobres e filhas de escravos eram tratadas como animais em comparação aos filhos das elites, as disparidades sociais aumentaram ainda mais, o que levou ao incremento da população de rua, incluindo meninos e meninas com menos de 12 anos, chamados pela sociedade de delinquentes.

Santos (2000) esclarece que o Código do Império estabelecia que não seriam julgados aqueles que tivessem menos de 14 anos. No entanto, determinava também que caso o “menor” tivesse cometido o delito de forma consciente, este deveria ser encaminhado para uma casa de correção, mesmo que não tivesse atingido os 14 anos. Para Santos (2000) e Londoño (1991), o CP da República não mudou de forma significativa em relação ao anterior e considerava que crianças com idade inferior a nove anos não eram consideradas criminosas e aquelas, com idades entre nove e 14 anos, seriam consideradas criminosas se tivessem discernimento do delito cometido. No entanto, de acordo com Santos (2000, p.216), a mudança substancial foi na forma de punição:

[...] deveriam ser ‘recolhidos a estabelecimentos disciplinares industriais, pelo tempo que ao Juiz parecer’, não devendo lá permanecer depois dos 17 anos. A recuperação desses menores, portanto, daria-se não mais pelo simples encerramento numa instituição de correção, mas sim pela disciplina de uma instituição de caráter industrial, deixando transparecer a pedagogia do trabalho coato como principal recurso para a regeneração daqueles que não se enquadravam no regime produtivo vigente.

Santos (2000) pontua que as crianças e adolescentes não começavam cedo somente nas fábricas e indústrias, como foi visto no subitem anterior, mas também nas atividades delituosas, como furto, roubo e prostituição, além de mendicância, que na época também era considerado crime. Os documentos da época, além de noticiários, relatavam, com certa frequência, o número crescente de adolescentes e crianças perambulando pelas ruas, o que muito incomodava os chamados pelo senso comum de “cidadãos de bem”, que eram alvo desses pequenos considerados delinquentes. Nessa época, surge uma intensa preocupação das autoridades judiciais com relação à “causa do menor”, de modo que as conclusões sobre as causas de determinada violência acabavam recaindo sobre a família, que era desestruturada ou não havia educado a criança nos preceitos morais. A lógica, portanto, era a de culpabilização da família. Nesse contexto, para Londoño (1991), o nascimento de uma nova nomenclatura jurídica – o “menor” – está relacionado à insurgência de um novo posicionamento das autoridades quanto à criança e no que diz respeito àquela subalternizada. Isso porque, segundo o autor, até o século XIX, a palavra menor era utilizada para indicar limites etários¹⁹ para a criança, adolescente ou

¹⁹ Londoño (1991) explica, após 1822, que os juristas passaram a utilizar os termos menor e menoridade para assinalar a idade como um critério definidor da responsabilidade penal do indivíduo. Havia, segundo o autor, três períodos de idade anteriores aos 21 anos, no Código Criminal do Império de 1830: os menores de 14 anos não tinham responsabilidade penal (mas para os escravos isso só foi ser válido após 1885); os maiores de 14 e menores

jovem. No entanto, após 1920, tal nomenclatura ganhou conotações pejorativas, pois passou a referenciar crianças em situação de abandono e conduta irregular.

Como bem destacou França (2010), o emprego do termo “menor”, distinguindo-se este da criança, como se aquele considerado como tal fosse um ser perigoso, que precisasse estar separado da sociedade, é uma prática muito comum até os dias atuais, mesmo que a legislação não faça mais essa divisão. Na visão do autor, a construção dessa diferença entre os termos para denominar os meninos e meninas pobres, considerados delinquentes, dos mais abastados, tratados como crianças e dignos de proteção, constituiu um instrumento de controle da pobreza e que, portanto, possui permanências históricas.

Conforme Santos (2000), muitos “menores” eram recolhidos²⁰ nas ruas pela polícia e levados para as delegacias, permanecendo ali por alguns dias junto com os criminosos adultos, sem qualquer tipo de registro. Nos casos em que se recorria ao Juiz para determinar a maneira de se proceder com determinado “delinquente”, o juiz julgava cada caso da maneira que melhor lhe parecesse, tendo em vista que não havia um estabelecimento de acolhimento específico para menores de idade que tivessem cometido delitos. Assim, em alguns casos, o juiz determinava que o adolescente ou criança ficasse recluso em uma cela com adultos, desde que tivesse um tratamento diferenciado.

Ao pensar esse contexto de criminalização de crianças e adolescentes considerados delinquentes por constituírem uma ameaça à sociedade a qual se objetivava preservar, é possível refletir que esse processo advinha de uma estratégia biopolítica de “deixar morrer” (FOUCAULT, 2008), ou seja, eliminar tudo aquilo que incomodava, que era desviante e que, portanto, resultava em uma ameaça ao bem estar social. Estratégia que se traduz no racismo de Estado (FOUCAULT, 2005), conforme já explanado anteriormente.

Com relação à assistência e ao abandono de crianças e adolescentes marginalizados, Neder (2004) ressalta que o Estado permaneceu seguindo uma estrutura remanescente do período colonial, delegando à Instituição Religiosa a assistência dessas crianças e adolescentes. Conforme a autora, foi por meio do decreto 630 de 17 de setembro de 1851 que o governo brasileiro determinou o recolhimento de menores de 12 anos das ruas, os quais estivessem em

de 17 anos, que poderiam ser sujeitos às penas de cumplicidade, caso parecesse justo na visão do juiz; e maiores de 21 anos, que estavam sujeitos às penas drásticas, como as galés.

²⁰ As crianças e adolescentes recolhidos nessa época também eram chamados de *pivettes*, segundo Rizzini (2000), expressão datada de 1938 e que era usada para nominar os meninos e meninas que perambulavam pelas ruas.

condições de mendicância e vadiagem, sem roupas adequadas para frequentar uma escola. A ordem é que esses fossem levados para os asilos, no entanto, até que essas casas específicas estivessem prontas, a responsabilidade sobre essas crianças marginalizadas era dos párocos ou coadjutores, ou mesmo professores dos distritos, que recebiam uma quantia do governo para suprimento necessário dos desvalidos.

Ainda mediante Neder (2004, p.205)

Pelo decreto nº 5849 de 09 de janeiro de 1875, foi exarado o “Regulamento do Asilo dos Meninos Desvalidos”. O asilo era um internato destinado a recolher e educar meninos de 6 a 12 anos. E nos artigos 2 e 3 do seu regulamento previa, ainda, que os que, depois de asilados, fossem acometidos de moléstias contagiosas ou epidêmicas, seriam tratados fora do estabelecimento e que não seriam admitidos os que sofressem moléstias contagiosas ou incuráveis, nem os que tivessem defeitos físicos. Quando os pais ou parentes de algum asilado o reclamassem, provando que se achavam em circunstâncias de cuidar de sua educação, o ministro do império o entregaria, se julgasse conveniente. Já pelo artigo no 4, seriam despedidos os asilados que não dessem esperanças de correção e que pudessem prejudicar a disciplina ou a moralidade do asilo, além daqueles que, por inaptidão, nada tivessem aprendido durante três anos.

Neder (2004) descreve que o asilo dos meninos desvalidos era sustentado pelo tesouro nacional e também por doações de pessoas que assim o faziam, incentivadas pelo ato de estarem fazendo uma caridade. As doações, conforme a autora, eram muito bem vindas, de modo que havia por parte do Estado uma expectativa em receber donativos caritativos para suprir as necessidades do asilo. Para Neder (2004, p.206), isso propiciava “uma rede de interferências e ruídos na formação de uma cultura política estatal autônoma e profissional.” A autora destaca, ainda, que a assistência era realizada sob a ótica da violência. De acordo com Neder (2004, p. 212):

As políticas para assistir os segmentos vulneráveis da população contavam sempre com a repressão. Neste sentido, não apenas a vadiagem era questão de polícia, mas a pobreza, a indigência e a mendicância. Esta a razão de encontrarmos a invocação pendular e oscilante ora da assistência, ora da repressão. O pêndulo oscilava igualmente entre a invocação de políticas e práticas profissionais, científicas, modernas, republicanas, e a caridade, a piedade, sempre a lembrar as permanências da antiga ordem.

Segundo Neder (2012), uma instituição destinada exclusivamente para crianças e adolescentes abandonados, de 9 a 14 anos, só foi ser criada pelo Decreto 4.780, de 2 de março de 1903, pela Lei 947, de 29 de dezembro de 1902 (dupla competência jurídica, municipal e federal). Essa foi a Escola Correccional XV de Novembro, situada em São Cristóvão (RJ), entidade que estava

subordinada diretamente ao Chefe de Polícia, conforme a autora. Mediante analisa Silveira (2015, p.61), essas instituições de internamento são reflexo, sobretudo, de uma “[...] lógica de intervenção que orienta os dispositivos disciplinares mencionados por Foucault, com suas técnicas de adestramento corporal e moral.”

De acordo com Londoño (1991), juristas da época criticaram que a infância abandonada era vista apenas sob a ótica da repressão urbana e tratada como um caso de polícia, não considerando o destino que essas crianças teriam. Nesse contexto é que os especialistas no assunto passam a inferir que se traduzia em uma contradição encaminhar os “menores” abandonados a instituições com o viés de castigo e punição, que objetivavam reprimir as crianças e adolescentes em situação irregular nos mesmos moldes dos adultos. Assim, conforme Londoño (1991, p.141):

A prevenção, assim apresentada, supunha que a criança deveria ser tirada da rua e colocada na escola. Afastado o menor dos focos de contágio, correspondia depois às instituições dirigir-lhe a índole, educá-los formar-lhe o caráter, por meio de um sistema inteligente de medidas preventivas e corretivas.

Passetti (2000) explica que nos anos subsequentes a 1920, uma ação, proveniente, sobretudo, de instituições privadas e religiosas para fins de caridade, dá lugar a ações do Estado, para fins de políticas sociais. Até que em 1927 é criado o Primeiro Código de Menores²¹, que estabeleceu o limite mínimo de 18 anos de idade para a responsabilização do indivíduo e encarceramento. De acordo com o Portal Brasil (2015), o então presidente Washington Luís assinou a legislação no dia 12 outubro daquele ano em função da repercussão do caso de um menino de 12 anos que havia sido violentado em uma cela por cerca de 20 adultos, fato ocorrido no ano anterior. Além da maioria penal, o Código também extinguiu a Roda dos Expostos, estabelecendo que as mães que não quisessem os filhos deveriam registrá-los e, posteriormente, entregá-los a um orfanato ou abrigo. Entretanto, de acordo com Leite (1991), a instituição sediada em São Paulo permaneceu aberta até 1948.

De acordo com Passetti (2000), a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem) é criada em 1964 (Lei nº 4.513 de 1º de dezembro de 1964), mesmo ano do golpe político que

²¹ De acordo com Oliveira (2014), o Código de Menores foi instituído por meio do decreto nº 17.943-0, de 12 de outubro de 1927, e é conhecido como Código Mello Mattos, em decorrência do juiz José Cândido de Albuquerque Mello Mattos, que foi o idealizador desta lei.

institui o regime militar no Brasil. Para o autor, no momento histórico em que o País vivia um regime ditatorial, a instituição é fundada com a promessa de que seria um local onde as crianças e jovens considerados pervertidos se tornariam adultos responsáveis para viver em sociedade. Nesse contexto, em 1979 é criado o segundo Código de Menores, que definia os “menores” em situação irregular, prosseguindo, portanto, com a cultura punitivista e repressora da legislação anterior, permeada de práticas de biopoder.

Contudo, Passetti (2000) explica que nessa transição, em que se instaura tal política teoricamente voltada para o bem-estar desse “menor” infrator, surgiram muitas oportunidades de empregos para os mais diversos profissionais, tais como sociólogos, médicos, psicólogos, assistentes sociais, entre outros, todos voltados para auxiliar na construção de um regime de internação que fosse eficiente na “recuperação” dos, até então, considerados “menores”. Contudo, o autor ressalta que

[...] a reforma não impediu a disseminação de violências praticadas em seu interior entre internos e pelas autoridades sobre os internos. Reiterou o estigma que associa pobreza e miséria a abandono e delinquência e fez do seu espaço uma ‘escola para o crime’, sempre atualizada. As tentativas de fugas, por sua vez, chegaram a ganhar a dimensão de rebeliões em que os internos ateavam fogo nos pavilhões, gerando destruição. (PASSETTI, 2000, p.359)

Após o Brasil viver uma política social baseada, primeiro, na filantropia privada, e, por conseguinte, na filantropia estatal, é inaugurada no período republicano uma nova filantropia, em que o empresariado é responsável também pela caridade, com a condição de uma redução na carga tributária que pagaria ao Estado. Embora as obras sociais com esse caráter tenham aspectos positivos para a população subalterna, Passetti (2000, p.368) ressalta que “depois de tantas décadas, não há como deixar de constatar, também, que eles atingem apenas uma parte ínfima dos necessitados e que os resultados objetivos são praticamente insignificantes ante os numerosos programas e projetos que falharam.”

Assim, de acordo com Rosa (2013), somente após a constituição de 1988 e as pressões internacionais em prol da luta pelos direitos da infância e juventude, além da mobilização da sociedade civil nacional, é que surge, nesse contexto, o Ecriad, inaugurando uma nova época na história das políticas sociais. Para o autor, o período histórico posterior a 1980 – marcado pela transição entre ditadura civil-militar e o processo de redemocratização – foi extremamente importante na história da infância e juventude no Brasil, pois é a fase a partir da qual crianças

e adolescentes passam a ser vistos como sujeitos de direitos, do ponto de vista jurídico, independentemente da classe social.

No entanto, é importante considerar que, mesmo após o avanço legislativo conquistado com a criação do Ecriad, o lugar simbólico da criança e do adolescente permaneceu, no sentido ideológico, no campo do insignificante, haja vista a política de descentralização ao atendimento da criança e do adolescente, segundo o contexto apresentado por Potengy (2007).

De acordo com a autora, junto com a criação do Ecriad, em 1990, foi instituída a Fundação Centro Brasileiro para Infância e Adolescência (FCBIA), que substituiu a Funabem. Tal substituição tinha o objetivo divulgado pelo governo federal de descentralizar o atendimento à criança e ao adolescente para os estados, a fim de melhorar as condições de assistência. Entretanto, o verdadeiro motivo de tal democratização era o corte nos gastos de governo, uma vez que “o problema principal não era melhorar a qualidade do atendimento coisa nenhuma, era livrar o governo federal de um fardo que naquela época já era grande, e que ficou mais pesado a partir da constituição de 1988” (CAPS²² apud POTENGY, 2007, p.74). Mais uma vez, é possível observar que o caráter assistencial e protetivo das políticas públicas estava mascarado por uma estratégia biopolítica, em que o econômico se sobrepôs ao social, gerando, portanto, um cenário de exclusão.

Apesar da mudança legislativa no que diz respeito à criança e ao adolescente, que, juridicamente, passaram a ser vistos como sujeitos de direitos, independentemente da classe social perante a lei, a história social da infância brasileira expõe que tal igualdade não está refletida no plano simbólico. Um desses indícios é a continuidade do uso do termo “menor” pelas instituições jurídicas, políticas, educacionais e de comunicação, uma terminologia pejorativa que já foi transformada pelo Ecriad, na intenção de igualar crianças e adolescentes como sujeitos em formação, logo, dignos da proteção integral do Estatuto, em consonância com os princípios da Constituição de 1988.

Contudo, o imaginário social brasileiro continua dividido entre uma criança marginalizada que não é alcançada, de fato, pela legislação e uma criança de direitos, que deve ser cuidada e preparada para a escolarização e universidade, vista como o adulto em potencial da nação. Tal figura de sucesso reconhecida como o futuro do País é representada, portanto, pela criança branca, descendente das elites. Em contrapartida, a criança necessitada de uma política eficaz

²² Sociólogo Carlos Alberto Sardinha, que foi um dos técnicos da Funabem.

de assistência não é contemplada porque o Governo não assume o seu papel de Estado protetor, de modo que, desde o período colonial, delegou a caridade e a assistência à pobreza às instituições religiosas e privadas.

Compartilha-se aqui, portanto, do mesmo pensamento de Neder e Cerqueira Filho (2001) e Neder (2004) de que as razões para a ineficácia do Estado nos setores da Educação e da Assistência Social estão na fragilidade do pátrio poder no Brasil. Para os autores, a criança marginalizada vem sendo tratada pelas autoridades brasileiras como um problema da ordem do privado, ou seja, do campo familiar, na medida em que as causas das violações contra a infância e juventude são entendidas como um reflexo da culpabilização das famílias. Ou seja, se o indivíduo deixou de frequentar a escola para passar períodos longos na rua e, na sua vivência de rua, acabou se envolvendo no tráfico de drogas, a culpa recai sobre o pai, mãe ou responsável que não garantiu que a criança fosse à escola, que deixou o menino se envolver no crime, além do discurso muito comum veiculado na mídia a partir das instituições de que “as famílias estão desestruturadas”.

Na visão de Neder (2004), o problema está no fato de que o Estado não assume a sua função parental, ou, nas palavras da autora, a sua responsabilidade parental, expressão que resulta na ideia de filiação, um conceito que vai além da noção de mercado, pois se refere a uma função de ordenamento, orientada para assumir a parcela vulnerável da sociedade, aquela que realmente precisa de assistência.

Quando Neder (2004) – baseada no conceito de função parental de Pierre Legendre – afirma que a ideia de filiação é fundacional, ela quer dizer que o Estado, como representante de uma figura paterna na sociedade, é um referencial para construir ideais normativos na sociedade, exercendo uma função que vai muito além da responsabilidade socioeconômica de suprir as necessidades básicas de saúde e educação. O Estado, sendo uma figura de referência, vai produzir o que Neder chama de imagens fundantes, ou seja, normatizações que não estão inscritas na legislação, no entanto, estão interditas e têm o papel de guiar os cidadãos na convivência em sociedade, exercendo influência similar à da religião sobre o comportamento das pessoas. Em outras palavras, a função paterna – que é a que está em falta no Estado brasileiro – quando é devidamente reconhecida pelo Governo tende a produzir nos cidadãos imagens, como se fossem regramentos, que vão sendo internalizadas no indivíduo na medida em que ele compreende o sentido de viver em sociedade, ou seja, ele internaliza que é adequado seguir determinadas normas e, ao se deparar com a legislação civil e penal, que dita o que ele

pode e não pode fazer para viver em harmonia social, ele não infringe a lei porque está conscientizado dela e compreende o seu sentido, e não pelo fato de que irá ser punido.

Esse pensamento, inclusive, desbanca os punitivistas que clamam por leis mais rigorosas e penas mais severas, na crença de que o cidadão deixará de cometer o crime se tiver a certeza da punição. Ora, se o indivíduo não tomou consciência de determinadas regras no plano simbólico, conseguirá ele incorporá-las no plano real? A resposta está nos milhares de crianças, adolescentes e adultos brasileiros que hoje desafiam a lei por não compreenderem o sentido das leis. São órfãos desse Grande Pai – representado na figura estatal – que não reconhece a sua responsabilidade parental, na medida em que se encontra perdido entre o dever e a caridade.

Como explicou Neder (2004), a responsabilidade parental está muito relacionada à ideia de filiação e, logo, pressupõe a ideia de ser uma referência, isto é, alguém que sirva de modelo. Ao olhar para a realidade brasileira, que desde o período colonial está marcada pela corrupção²³ nos altos escalões estatais, pode-se perceber o tipo de exemplo que esse Grande Pai (o Estado) tem a dar aos seus filhos (cidadãos). E na medida em que o Estado se exime da sua responsabilidade parental e a delega aos juízes, policiais e diretores dos presídios e unidades de internação, eles também não cumprem com suas responsabilidades parentais, pois vivem à sombra de um Estado que é uma referência negativa, de modo que a corrupção e todo o seu engodo criam raízes estruturais.

No campo da ideologia, reconhecer a omissão do Estado na história social da infância é relevante para compreender por que as políticas públicas na área da infância e juventude – que ganharam força com a modernização do País, na transição do século XIX para o XX – não tem alcançado resultados satisfatórios, mesmo após a aprovação do instrumento garantidor de direitos, que é o Ecriad, referência internacional²⁴ nos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente. Logo, entende-se que as crianças marginalizadas do Brasil não carecem, muitas vezes, apenas do pai biológico tendo em vista as inúmeras que não têm o reconhecimento paterno na certidão de nascimento²⁵. Falta, ainda, o reconhecimento do pai simbólico, representado pela figura estatal.

²³ Uma pesquisa feita por Jovchelovitch (2000 apud Bucher-Maluschke, 2007) mostrou que o aspecto principal que surge nas representações dos cidadãos brasileiros sobre a vida pública é a corrupção.

²⁴ De acordo com o relatório do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), de 2015, o Estatuto se tornou uma referência para a América Latina em função da coerência legislativa frente aos direitos humanos referentes à infância e juventude.

²⁵ O Brasil tinha 5,5 milhões de crianças sem registro paterno na certidão de nascimento, conforme reportagem publicada na revista Exame, publicada no dia 6 de abril de 2015. Dados do Ministério da Educação (MEC) também

CAPÍTULO 2 - NARRATIVAS DE UM CAMPO MINADO

O esforço deste capítulo é descrever e refletir sobre a forma de se pesquisar um campo minado. Aquele que se diferencia dos demais referentes às Ciências Sociais porque tem suas peculiaridades, desafios e riscos. Desenvolver uma pesquisa empírica que versa sobre temas acerca da violência urbana, como o tráfico de drogas, requer do pesquisador muito mais perspicácia, flexibilidade, senso intuitivo, além de um olhar atento aos detalhes e coragem para estar diante de seus interlocutores, bem como para estar inserido em um contexto de perigo onde qualquer vacilo pode significar uma ameaça contra a vida do pesquisador. Isso porque, ao falar sobre o tráfico de drogas do ponto de vista prático, é preciso estar no lugar onde o mesmo acontece, conversando com aqueles que vivenciam, são vítimas e algozes dessa atividade ilícita a fim de depreender uma visão mais próxima da realidade.

No caso de Vitória, no Espírito Santo, o tráfico de drogas está visivelmente nas comunidades periféricas ao centro da cidade e bairros nobres, situado, sobretudo, nas regiões de morros. Há muitas especulações na mídia sobre como o tráfico se configura dentro dessas localidades, entretanto, são poucos os pesquisadores que se propõem a ir até esses locais, no cenário capixaba. Um desses raros estudos foi desenvolvido por Barbosa (2012), que percorreu três comunidades de Vitória e entrevistou traficantes e ex-traficantes a fim de analisar as dimensões simbólicas da adesão de crianças e jovens ao mundo da criminalidade. Já em São Paulo, Feffermann (2006) realizou uma pesquisa empírica para a sua tese de doutorado e passou três anos entrevistando jovens integrantes do tráfico em uma comunidade paulista com o intuito de observar e analisar o cotidiano desses “jovens trabalhadores do tráfico”, como a autora assim os denomina.

Com exceção dos poucos trabalhos empíricos, como os citados acima, quando se tem registro sobre a existência do tráfico nas periferias brasileiras, geralmente é por intermédio de reportagens veiculadas na mídia ou trabalhos acadêmicos que coletaram depoimentos de criminosos ou adolescentes em conflito com a lei privados de sua liberdade na ocasião da conversa, após o pesquisador ter logrado uma autorização da secretaria de Justiça ou Direitos Humanos para ter acesso a eles. A exemplo, a recente tese de doutorado de Amílcar Freitas (2016), que passou um período de 18 meses em duas unidades de internação na Grande Vitória

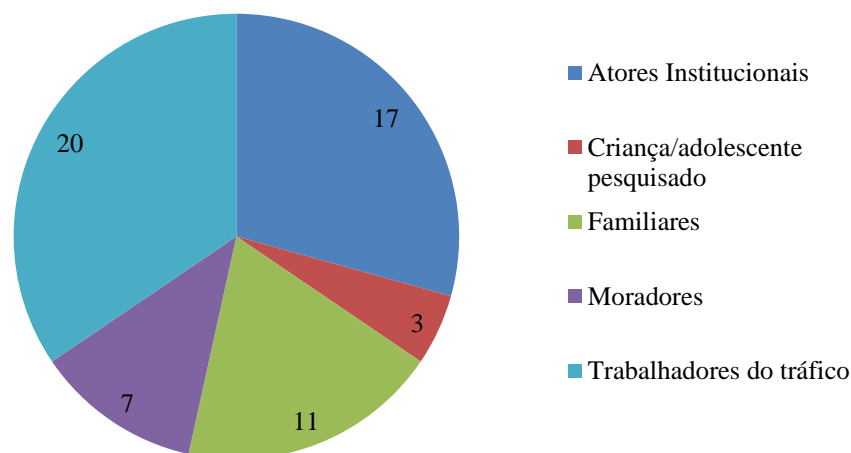
apontaram que, em 2010, cerca de 75 mil crianças e adolescentes matriculados na rede pública de ensino não tinham a paternidade reconhecida, conforme publicado no site do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no dia 13 de agosto de 2015.

e entrevistou adolescentes com idades entre 17 e 21 anos, com o objetivo de compreender como esses adolescentes em conflito com a lei percebiam suas trajetórias de vida. No Rio de Janeiro, Lyra (2013) ouviu 29 jovens que cumpriam medida socioeducativa de semiliberdade e liberdade assistida no Centro de Recursos Integrados de Atendimento ao Menor (Criad), de Nova Iguaçu. A pesquisa é fruto de sua tese de doutorado e resultou na publicação do livro *República dos Meninos: juventude, tráfico e virtude*, que traz um panorama importante acerca da configuração do tráfico de drogas carioca.

Desde o início, a proposta deste trabalho de campo foi compreender a vivência de crianças no tráfico de drogas no cotidiano das comunidades e, assim, ter acesso aos interlocutores no cenário de sua vivência. Entretanto, tendo em vista a complexidade de se desenvolver uma pesquisa empírica em comunidades de risco, estava ciente de que seria necessário trabalhar a perspectiva metodológica por etapas, partindo do fazer mais simples com vistas ao alcançar o mais complexo.

Assim, o campo teve início pela via formal, a partir dos registros de casos de crianças com vivência no tráfico nos conselhos tutelares e Creas, onde foram realizadas a pesquisa documental e entrevistas com as figuras institucionais. A partir desse primeiro contato pessoal com os atores institucionais, foi sendo criada a rede de relacionamentos da pesquisa, que possibilitou a realização de entrevistas com os familiares dos casos coletados; moradores; traficantes, ex-traficantes e adolescentes em conflito com a lei – aqui denominados “trabalhadores do tráfico” –, a fim de se obter um maior número de informações acerca do comportamento do tráfico de drogas em bairros da cidade e, portanto, a inserção de crianças nesse contexto. E no decorrer da construção dessa rede, foi possível chegar a um informante que possibilitou minha inserção em um bairro de Vitória, onde foram entrevistados outros moradores, traficantes e ex-traficantes, visando ao desenvolvimento da pesquisa etnográfica. No total de todos os perfis entrevistados, 58 pessoas participaram deste estudo, conforme mostra o gráfico 1.

Gráfico 1 - Perfil dos entrevistados



Fonte: Dados elaborados no campo empírico.

É importante ressaltar que o paradigma indiciário foi de fundamental importância no saber e fazer deste estudo, que exigia perspicácia e olhar atento aos detalhes no decorrer do trabalho de campo. De acordo com Ginzburg (1989), o indiciarismo é um modelo de estudo científico que pode diminuir as lacunas entre racional e o irracional, com foco nas pistas, indícios e sinais que possam ajudar o pesquisador a identificar o imponderável acerca do objeto. Para o autor, os dados marginais e indícios imperceptíveis para a maioria e que podem escapar no decorrer de uma investigação sistematizada são fundamentais e chama a atenção de que, muitas vezes, esses detalhes que podem surgir no decorrer da pesquisa são essenciais para uma real compreensão acerca do objeto.

O paradigma indiciário, ao contrário do neopositivista²⁶ – que está sujeito às regras que visam ao controle epistemológico do objeto –, não se presta à sistematização e coloca o pesquisador numa posição de flexibilização, permitindo, assim, um diálogo com outros campos do saber, o que é fundamental para a análise do contexto de crianças na criminalidade. De forma semelhante, mostrou-se de suma importância o uso conjunto e subsequente das metodologias aqui aplicadas (pesquisa documental, entrevistas em profundidade e etnografia).

²⁶ Segundo Luz (2003), o neopositivismo foi um movimento que surgiu no século XX, que se diferenciava do positivismo porque agregava, além da objetividade do conhecimento, o foco na linguagem e a repulsa ao discurso metafísico.

Nesse sentido, o campo empírico é constituído por três etapas: 1) pesquisa documental nos conselhos tutelares e Creas e entrevistas com os atores institucionais; 2) entrevistas em profundidade com familiares, moradores, adolescentes e trabalhadores do tráfico; e 3) etnografia, com uso da observação, em uma comunidade de Vitória. Aqui, entendo com Zaluar (2009), de que a utilização da observação participante não seria possível de ser empregada no contexto de grupos criminosos, uma vez que não poderia participar de suas atividades ilícitas. Entretanto, mesmo a observação sem a devida participação não prejudica o fazer etnográfico neste contexto de compreensão de uma subcultura do mundo do crime, uma vez que “[...] por meio de entrevistas aprofundadas e outras técnicas, é possível compreender as disposições, os valores e os motivos que os levam a praticar crimes” (ZALUAR, 2009, p.566). As narrativas deste campo minado, portanto, estão atravessadas por percalços, desafios, incertezas e frustrações, mas também por descobertas e um jeito novo de fazer pesquisa de campo em comunidades de risco junto a grupos criminosos.

2.1. Como é pesquisar um objeto que “não existe”

O desafio inicial desta pesquisa foi buscar a compreensão de uma realidade que, segundo as fontes oficiais, praticamente não existia ou se resumia a casos pontuais. A começar pelo fato de o tema sobre a vivência de crianças no tráfico de drogas não ser explorado no meio acadêmico, sobretudo no Espírito Santo. A maioria dos pesquisadores, quando se debruça sobre a temática do tráfico de drogas, direciona o foco de pesquisa para o adolescente, aquele que visivelmente é vítima/algoz dessa estrutura ilegal.

No entanto, o interesse deste estudo era/é pesquisar a criança. Aquela que vivencia o tráfico de drogas, que de modo aparente se estabelece no cotidiano das comunidades pobres, onde os traficantes é quem administram o território, já que o governo, na prática, não está ali, a não ser pela figura repressiva da polícia. Assim, a visão inicial acerca dessa realidade era constituída pelos discursos difundidos no senso comum, sobre a intensa presença do tráfico de drogas em alguns territórios, sobretudo nos bairros situados em morros, onde o acesso é dificultado e, portanto, os criminosos ficariam nas ruas armados, regulando a circulação de pessoas no local.

Desse modo, o receio de ir pessoalmente a essas comunidades sem a companhia de um informante levou-me a começar pela pesquisa documental. O primeiro passo foi solicitar autorização à prefeitura de Vitória, para acessar os prontuários de atendimento nos conselhos

tutelares e às equipes de técnicos nos Creas²⁷. A autorização foi concedida em julho de 2015, após o projeto de pesquisa ter sido submetido a uma comissão da Secretaria Municipal de Assistência Social (Semas).

Conforme o registrado no diário de campo do dia 13 de julho de 2015, quando foram concedidas as cartas de autorização para acesso às entidades, a gerente do setor de Média Complexidade – responsável pelos Conselhos Tutelares e Creas – passou as orientações iniciais, no entanto, para ela, não teria êxito na investigação dos documentos porque, estatisticamente, não chegam dados de crianças envolvidas no tráfico, só adolescentes, tanto nos conselhos tutelares, quanto nos Creas.

Ao invés de desanimar, atentei-me ao fato de que tal ausência poderia ser um indício relevante para o estudo. Por que não há dados acerca de crianças envolvidas no tráfico? Elas realmente não são atraídas para o tráfico de drogas, somente os adolescentes? Será que o tráfico de drogas estipula a idade mínima de 12 anos, quando o indivíduo entra na adolescência, para aceitá-lo? Ou a presença de crianças no tráfico de drogas, por não ser um dado que aparece para as autoridades, acaba sendo “ignorada”? A hipótese inicial era que o envolvimento do adolescente no tráfico de drogas não aconteceria de repente. Certamente, havia um histórico de vivência anterior que o levou a ser hoje um adolescente em conflito com a lei por envolvimento no tráfico de drogas. Tal hipótese é, inclusive, ratificada no estudo desenvolvido por Freitas (2016), que traz evidências de que o envolvimento no tráfico começa ainda na infância, quando é aberta a porta de entrada da criança para o tráfico de drogas por meio dos relacionamentos que são estabelecidos entre crianças e traficantes nas comunidades.

A primeira dificuldade da pesquisa nos documentos foi o fato de que as entidades não dispunham dos prontuários de atendimento das crianças e adolescentes separados por violações, mas sim por ordem alfabética. Assim, foi necessária a análise individual dos arquivos, sendo estabelecido o recorte dos casos que tiveram as últimas demandas nos anos de 2014 e 2015, referentes aos casos de crianças e adolescentes com vivência no tráfico de drogas desde o período da infância. No conselho tutelar do Centro, foram vistos 881 prontuários²⁸, dos quais

²⁷ A capital possui dois CT, o do Centro, situado no bairro Parque Moscoso e que atende 36 bairros, e o de Maruípe, que abrange 49 comunidades. Vitória também possui três Creas: Centro, Bento Ferreira e Maruípe.

²⁸ O número inclui denúncias envolvendo crianças e adolescentes em situação de atos atentatórios à vida e à saúde, violência psicológica, violência sexual, falta/evasão escolar, atos atentatórios à cidadania, privação ou dificuldade de convívio familiar, violência física, ausência de educação infantil ou impedimento de acesso, e submissão de crianças ou adolescentes a atividade ilícitas ou contravenção sociais, sendo esta última onde estão inseridos os casos de crianças e adolescentes envolvidos no tráfico de drogas.

oito foram selecionados para análise nesta dissertação. Já na entidade de Maruípe, um total de 24 casos foi coletado para discussão na pesquisa dos 1.569 prontuários observados. Nos Creas, foram indicados seis novos casos (um do Creas Centro, um do Creas Maruípe e quatro do Creas Bento Ferreira) não identificados na triagem feita nos conselhos tutelares.

Os indicadores de seleção dos casos diziam respeito à criança ou ao adolescente ter tido a experiência da vivência no tráfico anterior aos 12 anos, mediante: afirmação da própria criança ou adolescente; Boletim de Ocorrência (BO) feito pela Polícia Militar (PM) ou Guarda Municipal, indicando apreensão por tráfico de drogas; ou afirmação dos responsáveis ao CT. Entre tais indicadores da vivência no tráfico de drogas, estão: a) passar muito tempo nas ruas conjugado ao desejo de estar no meio de traficantes; b) fazer favores (comprar comida ou ir à farmácia, por exemplo) ao tráfico em troca de dinheiro, comida ou drogas; c) ser/ter sido “aviãozinho” – gíria que traduz o ato de transportar drogas – no tráfico local; d) reproduzir o cenário do tráfico nas brincadeiras de criança ou na rotina diária, bem como em desenhos, demonstrando o apreço pelo movimento do tráfico; e e) fazer uso de drogas associado à baixa frequência escolar e fugas de casa.

No início da pesquisa documental, pensava em direcionar o estudo para somente dois bairros da capital, com a escolha dos que tivessem a maior concentração de casos, visando a uma melhor delimitação do campo. Entretanto, os casos são pontuais na distribuição por bairro, de modo que optei por abordar a vivência no tráfico de drogas em comunidades de Vitória, quantas demandassem os casos selecionados. No total, foram coletados 38 casos, distribuídos em 21 bairros do município, mediante é observado na tabela 1.

Tabela 1 - Número de casos coletados por bairro no município de vitória

Comunidades	Número de casos
Jaburu	4
Bairro da Penha	3
Jabour	3
Joana D'Arc	3
Santos Dumont	3
Bela Vista	2
Gurigica	2
Ilha de Santa Maria	2
Romão	2
Santa Helena	2
Santa Marta	2
Alagoano	1
Andorinhas	1
Conduza	1
Cruzamento	1
Grande Vitória	1
Ilha do Príncipe	1
Jesus de Nazareth	1
Nova Palestina	1
Santo André	1
São Benedito	1
Total	38

Fonte: Prontuários de atendimento nos Conselhos Tutelares e Creas

Desses 38 casos, 27 deles são acompanhados pela equipe técnica dos Creas. Em reuniões pré-agendadas com os técnicos de referência, discutimos a possibilidade de uma intermediação a ser feita pelos assistentes sociais e psicólogos com os familiares para a realização de entrevistas em profundidade. Nessas reuniões, a percepção apreendida do discurso institucional é que os casos referentes à vivência de crianças no tráfico de drogas são certamente superiores àqueles que se transformam em demandas para os conselhos tutelares e depois são acompanhados pelo Creas. A visão geral dos técnicos de referência remete à dificuldade em identificar o limite entre a criança que possui a vivência no tráfico e acaba se envolvendo na criminalidade e entre aquela que possui a vivência mas, de fato, não se envolve, uma vez que a vivência no tráfico de drogas parece permear o cotidiano de muitas famílias nas periferias. Ao que parece, o aparente número

reduzido de crianças identificadas por envolvimento com o tráfico denota que tal realidade possa ser de difícil identificação ou até ignorada, uma vez que o governo não está presente no cotidiano das comunidades diariamente para verificar como essa vivência ocorre. Ou, quando está presente por meio dos técnicos de referência que fazem as visitas técnicas e esses profissionais observam tal vivência, os mesmos, muitas vezes, não promovem estratégias de intervenção por não terem como provar que aquela vivência representa um risco para a criança ou pelo fato de, usualmente, a própria família considerar normal a vivência da criança no tráfico pelo fato de parentes estarem envolvidos no movimento ou já estarem habituados àquele cotidiano.

2.2. Quando os agentes da pesquisa não querem falar sobre o assunto

Dos 27 casos acompanhados pelas equipes dos Creas, somente em sete deles foi possível realizar entrevistas com familiares, que concordaram em participar da pesquisa. O restante não foi possível em função das recusas por parte dos convidados, com a justificativa do receio em expor suas vidas pessoais e atos ilícitos a um pesquisador, mesmo com a garantia do anonimato. As negativas foram, em sua maioria, dos casos em que o referenciado era ainda criança e estava na ocorrência da vivência no tráfico, na época do convite. A exemplo, uma mãe justificou ao assistente social que não participaria da pesquisa porque tinha medo de que o filho, com 9 anos, descobrisse sobre o estudo e “espalhasse a notícia no morro”, fato que poderia ser mal interpretado pelos traficantes e, logo, colocar a vida da família em risco.

Além das recusas, a impossibilidade de contato se deu em função de que foi descartada uma aproximação com a família pelo próprio técnico de referência da prefeitura, alegando que determinada família estaria inacessível até mesmo ao serviço. Os motivos da impossibilidade do contato foram diversos, mas na maioria das vezes relacionados ao envolvimento de familiares no tráfico de drogas. Casos em que o próprio pai, mãe ou responsável pela criança ou adolescente era pertencente ao tráfico local ou aqueles em que o adolescente estaria muito envolvido no tráfico e a família já havia praticamente desistido dele e, por isso, não atendia mais às ligações dos técnicos, nem às demandas geradas pelo Creas.

Conforme registrado nos diários de campo, nas reuniões realizadas com os técnicos na tentativa de buscar os casos em que os familiares ou responsáveis aceitassem participar da pesquisa, a fala recorrente era: “vai ser difícil, porque essas famílias não querem falar sobre o tráfico”.

Entretanto, os casos em que os responsáveis já haviam utilizado de todos os recursos possíveis para retirar as crianças e adolescentes do envolvimento com o tráfico de drogas, foram esses em que os familiares quiseram ser ouvidos, na expectativa de que este estudo acadêmico pudesse trazer uma esperança, servindo de embasamento para que outras famílias não passem pela mesma situação no futuro.

Na medida em que, gradativamente, foram ocorrendo as assertivas, foi possível iniciar, de fato, a fase das entrevistas em profundidade, a partir de um roteiro semiestruturado, com personagens que vivenciam o cotidiano dessas crianças em situação de vulnerabilidade social, e com as próprias crianças e adolescentes, quando autorizado pelos responsáveis. Nesse primeiro momento, 14 pessoas foram entrevistadas, conforme mostra a tabela 2.

Tabela 2 - Número de casos da pesquisa qualitativa mediante os entrevistados que aceitaram participar do estudo

Casos	Entrevistados
1	Mãe
2	Adolescente, avó, tia
3	Mãe
4	Irmão
5	Mãe
6	Jovem, mãe, irmã e avó
7	Adolescente, mãe e avó
Total	14

Fonte: Dados elaborados no campo empírico.

Parte das entrevistas foi realizada na sede de cada Creas e outras no próprio local de moradia dos interlocutores, quando uma equipe do Creas me acompanhou até o local e a convite do próprio entrevistado, após o estreitamento dos vínculos.

No que compete ao cenário institucional, foram entrevistados seis conselheiros tutelares, sete técnicos de referência (assistentes sociais e psicólogos) dos Creas, três funcionárias do Instituto João XXIII²⁹ (assistente social, psicóloga e pedagoga) e a coordenadora de uma das unidades

²⁹ Trata-se de uma Organização Não Governamental (ONG) voltada para o atendimento de crianças e adolescentes em situação de risco social. O Instituto oferece atividades socioeducativas para moradores de 24 bairros de Vitória e alguns dos adolescentes e crianças entre os 38 casos coletados neste estudo foram encaminhados para a entidade.

do Projeto Caminhando Juntos (Cajun)³⁰. Acredito na importância em ouvir essas figuras institucionais a fim de perceber os discursos de poder formados a partir desses atores, bem como reunir um conjunto maior de informações acerca dos 38 casos selecionados, já que foram eles os responsáveis pelo atendimento inicial e acompanhamento dos casos. Na tabela 3, é possível observar a quantidade de profissionais entrevistados em cada entidade.

Tabela 3 - Agentes institucionais entrevistados em cada entidade

Entidades	Entrevistados
Conselho Tutelar Centro	Três conselheiros tutelares
Conselho Tutelar Maruípe	Três conselheiros tutelares
Creas Centro	Um psicólogo, um assistente social
Creas Maruípe	Um psicólogo, dois assistentes sociais
Creas Bento Ferreira	Um psicólogo, um assistente social
Instituto João XXIII	Um psicólogo, um pedagogo e um assistente social
Cajun	Coordenador do projeto
Total	17

Fonte: Dados elaborados no campo empírico.

É importante destacar que na realização de entrevistas nos casos em que houve maior assertiva foi feita uma espécie de acompanhamento da família, com realização de entrevistas gravadas em áudio (quando havia a autorização para tal) e momentos de conversas ou visitas informais na residência do pesquisado, em dias diferentes, a fim de coletar dados a respeito do foco de análise. Nessa fase das entrevistas em profundidade, foram registrados 19 diários de campo, com os apontamentos e inferências sobre as entrevistas, movimentação nas comunidades, feições e comportamentos dos entrevistados, além de outros detalhes que, na fase de sistematização dos dados, poderiam ser importantes.

A partir dessa rede de relacionamento, foi possível chegar a um chefe do tráfico de uma comunidade de Vitória e dois ex-traficantes, aqueles que assim se autodenominam pelo fato de

³⁰ O projeto é da prefeitura de Vitória e atende crianças e adolescentes, de 6 a 15 anos, aos quais são oferecidas atividades de cultura, esporte e lazer com o objetivo de inclusão social, promoção da autoestima e fortalecimento dos vínculos familiares. Alguns dos adolescentes e crianças entre os 38 casos coletados nesta pesquisa foram encaminhados ao projeto.

já terem participado do comércio ilegal de drogas em alguma comunidade de Vitória. Além desses atores, um adolescente em conflito com a lei de 15 anos que cumpria medida socioeducativa por ato infracional análogo ao crime de roubo em uma das unidades do Creas também foi entrevistado. Esse adolescente afirmou já ter participado do tráfico, ser usuário de maconha e ter vivência no tráfico de drogas desde o período da infância. Todos eles foram entrevistados com o intuito de se aproximar ainda mais do que de fato representa uma vivência no tráfico de drogas.

Conforme mencionado anteriormente, todas as entrevistas gravadas foram autorizadas por escrito por meio de um termo de compromisso (ANEXO I) e transcritas na íntegra. No entanto, não foi possível o emprego desse termo com o traficante e o ex-trafficantes, visto que a devida autorização se dava em função da confiança que o entrevistado tinha no informante.

2.3. O campo minado

As relações de troca, citadas por Zaluar (2000), foram uma constante no campo empírico quando este implicou contato com interlocutores ligados ao universo do tráfico de drogas. Esse campo minado, majoritariamente masculino, onde, na posição de jovem pesquisadora, estive sujeita aos olhares e insinuações de desejo de pessoas ligadas ao tráfico.

No dia 24 de março de 2016 ocorreu o primeiro contato com esse campo minado. Acompanhada de um informante, fui ao encontro de um chefe do tráfico, de 30 anos, de uma comunidade de Vitória. Ele aguardava no local combinado – situado em uma pedra, na região litorânea da baía de Vitória – junto com outro adolescente que o acompanhava. O frio na barriga por estar diante de um agente de práticas criminais, temido pelo número de assassinatos cometidos e pelos 10 anos que passou recluso em cadeias no Estado, foi inevitável. Mas o nervosismo foi passando à medida que o olhar estereotipado foi dando lugar à compreensão de que estava diante de um ator social. Ator que autorizou o uso do gravador e parecia ansioso em contar a sua trajetória no crime e sua percepção acerca da vivência de uma infância no tráfico.

No decorrer da entrevista, chegaram mais três adolescentes, entre eles, uma adolescente de 14 anos, sobrinha do chefe do tráfico. Eles também concederam depoimentos para a pesquisa, incentivados pelo traficante, que fez questão de mencionar que os dois adolescentes que estavam ali trabalhavam para ele na “boca de fumo”. O traficante se colocou à disposição para participar da pesquisa outras vezes e ficou acordada a realização de uma observação na

comunidade onde ele chefiava o tráfico, desde que eu estivesse acompanhada do informante, o elo de confiança e a garantia de que a identidade dos entrevistados seria mantida no anonimato. Entretanto, não foi possível dar prosseguimento ao acordo por que o informante requeria uma recompensa em troca diante de tamanho favor. E na medida em que ficaram claras as condições voluntárias de ajuda na pesquisa, o informante se distanciou, retirando-se de campo.

No entanto, a rede de relacionamentos construída ao longo da pesquisa possibilitou a ajuda voluntária de um morador antigo de um bairro de Vitória, situado numa região de morro e que tem como característica o tráfico intenso. Bairro que, inclusive, está entre os 21 levantados neste estudo e que abrangem os 38 casos identificados nos prontuários de atendimento. Esse morador concordou em ser um informante, funcionando como elo intermediário entre a pesquisa e jovens já conhecidos dele e que haviam participado do tráfico de drogas.

Marcamos no sábado, dia 06 de agosto. Ao chegar ao local combinado, o informante logo fez a apresentação dos amigos que o acompanhavam, entre eles, os jovens que iriam conceder seus depoimentos. “Essa é a menina de que falei para vocês”. Aparentando estar receosos, os rapazes me cumprimentaram e, em seguida, disseram ter um compromisso dali a alguns minutos e perguntaram se a conversa iria se alongar. Afirmaram não ter um tempo extenso para responder a muitas perguntas e sugeriram que marcássemos outro dia. Desconfiei que esse outro dia não chegaria e os tranquilizei, com a resposta de que demandaria o tempo que eles tivessem, reiterando, em seguida, que se tratavam de depoimentos anônimos. Nessas condições, três deles aceitaram participar da pesquisa. Um dos jovens ofereceu o quintal de sua casa a fim de que estivéssemos em um ambiente mais privativo, longe dos olhares curiosos. Estava de posse de um roteiro de entrevista semiestruturado, a ser aplicado individualmente com cada um. Mas, em função da timidez, receio e impaciência que os mesmos apresentavam, segui a intuição, deixei o roteiro de lado e comecei uma roda de conversa com os três, como numa entrevista coletiva, onde os três falaram sobre a vida deles, qual o contexto de envolvimento com o tráfico de drogas e, dali por diante, as questões foram direcionadas ao contexto de crianças no tráfico de drogas.

O interessante foi que os três já estiveram detidos no sistema prisional e se consideravam *amigos do tráfico*. A expressão significa que não participam mais do tráfico local, mas ajudam os amigos quando há necessidade. Por exemplo, auxiliar na localização do paradeiro de um inimigo prestes a ser assassinado ou pegar em armas no desenlace de uma guerra entre gangues, a fim de fortalecer o exército de traficantes do grupo amigo.

A partir desse dia, a inserção na comunidade foi ocorrendo aos poucos e essa foi uma das poucas entrevistas gravadas nesta fase da pesquisa. Os períodos de permanência na comunidade variavam de 1h30 a 4 horas cada, quase sempre na companhia de um informante. Nos primeiros dias, percorremos a comunidade a pé, quando avistamos, de longe, os dois locais das bocas de fumo do bairro. Passamos por becos e escadarias, vimos crianças brincando nas ruas, o movimento dos olheiros e até pessoas do tráfico armadas. Também presenciamos a ação repressiva da polícia, nas famosas “batidas” policiais, dias em que era perceptível a apreensão dos moradores em função da presença policial.

Esse período de conhecimento da comunidade foi importante porque a inserção de uma pesquisadora em um campo minado não poderia ser imediata, sendo necessários *estágios*, para que os moradores se acostumassem com a presença de uma desconhecida que não poderia ser confundida com uma agente policial disfarçada ou infiltrada de uma facção rival. Outro fator que também exigiu paciência no campo foi a ocorrência de um homicídio, uma semana após o início do campo. Em função do assassinato, a polícia estava com uma ação muito intensa, momento em que os jovens do tráfico estavam mais escondidos e arredios. Era, de fato, um campo minado que exigia muito tato e cuidado a fim de não trazer riscos e perigos.

2.3.1. Como lidar com as incertezas do campo

O campo empírico em uma comunidade de risco está permeado de incertezas. O pesquisador que se propõe a esse tipo de experiência não pode afirmar nada sobre o dia seguinte e precisa estar ciente de que todo o planejamento diário pode se desmantelar, em função de circunstâncias que não dependem dele. Por exemplo, o clima, pois pode cair uma chuva torrencial no dia em que marcou uma entrevista ou uma observação de campo, o que vai impossibilitar sua realização; o informante ou entrevistado não comparecer ao local na data marcada ou, ainda, o fato de estar à disposição do informante acerca do dia em que ele poderá sair a campo, que pode não ser o mesmo em que o pesquisador estará disponível para a pesquisa. Existe, assim, uma relação de dependência forte do pesquisador para com o informante.

Para minimizar essa relação de dependência visível no campo, utilizei de uma estratégia. Ao perceber, logo nas primeiras semanas, que não conseguiria avançar rapidamente no campo se estivesse na dependência de um único informante, por conta das suas limitações de horários e compromissos na sua vida pessoal, busquei perceber outros informantes em potencial. A partir

dos moradores apresentados no cotidiano comunitário, identifiquei qual deles poderia facilitar o meu acesso na comunidade e aos jovens do tráfico, desde que não fosse envolvido em atividades ilícitas, para que pudéssemos circular sem receios pelo bairro.

Após duas semanas, consegui estabelecer um elo mínimo de confiança com um jovem de 35 anos, nascido e criado no bairro e que era muito querido, além de não ser envolvido com o tráfico. Ele aceitou participar como mais um informante na pesquisa, intermediando o meu contato com outros atores na comunidade. Contudo, por mais que uma pessoa se coloque à disposição para ajudar, a relação de dependência continua existindo, de modo que não deixaram de ocorrer os dias em que não foi possível nem observação nem entrevistas por conta da incompatibilidade entre as agendas. Assim, a partir de outros contatos estabelecidos no decorrer do campo, cheguei a mais dois informantes que auxiliaram na aproximação com os jovens no tráfico de drogas.

Após quase três meses percorrendo diariamente a comunidade, quando já era conhecida como “a menina da pesquisa”, senti-me confiante de subir na “boca de fumo” sozinha, sem a companhia de nenhum dos informantes. Ao refletir sobre esse dia, analisando os riscos, avalio que foi uma exposição demasiada e perigosa, pois nos 60 minutos passados naquele local, conversando com os adolescentes e jovens, poderia ter sido surpreendida pela polícia e estar no meio do fogo cruzado. Inclusive, o alerta sobre uma possível troca de tiros entre traficantes e policiais foi feito todas as vezes pelos próprios interlocutores. Até um jovem do tráfico, de 26 anos, que concedeu uma entrevista, disse ter ficado impressionado pela minha coragem em subir na “boca de fumo” sozinha para realização da pesquisa. Demonstrando certa preocupação com minha segurança, aconselhou que não repetisse a atitude em bocas de fumo de outras comunidades, pois ali naquela comunidade os traficantes seriam mais “tranquilos” e respeitavam muito os moradores e quem estivesse com eles. Mas, alertou que não é assim em todas as bocas de fumo e que havia muitos traficantes “sem Deus no coração”. Mas, nesse dia a intuição falou mais alto que a razão, experiência que rendeu ótimos depoimentos e observação.

Outro aprendizado decorrente das incursões em campo é que o entrevistado de comunidades de risco requer flexibilidade na aplicação do roteiro semiestruturado elaborado pelo pesquisador, tendo em vista que o interlocutor em específico não é qualquer ator social. Tratando-se de pessoa ou jovem envolvido com o tráfico, possivelmente será intimidado pelo uso do gravador ou não permitirá que a entrevista seja gravada. O pesquisador precisa estar atento para perceber se o entrevistado estará preparado para responder as perguntas na sequência elaborada no

roteiro, ou se será necessário mudar a ordem das perguntas no decorrer da entrevista e até deixá-lo à vontade para contar sobre sua trajetória no crime e somente depois partir para o roteiro.

Ao estar diante do interlocutor, que não é qualquer um, o pesquisador precisa ter a sensibilidade para perceber se ele quer ser ouvido. Afinal, quantos se colocam dispostos a ouvir a trajetória de vida de um traficante de drogas? Aquele que é estigmatizado como o protagonista da violência, destruidor de lares e responsável por viciar os jovens nas drogas? Assim, quando um traficante é convidado a falar, ele quer falar. E é preciso ter a sensibilidade para ouvi-lo e estar disposto a sair do *script*, bem como construir roteiros de perguntas que fujam ao senso comum e alinhado com o conhecimento de mundo a partir de quem vivencia o universo a ser pesquisado.

2.3.2. Consentimento não pode ser formalizado

No decorrer da experiência etnográfica, foram ficando evidentes as diferenças entre as etapas deste estudo. Nas entrevistas em profundidade com as figuras institucionais e os familiares, não houve problemas quanto ao emprego do termo de consentimento. Como grande parte das entrevistas ocorreu nos espaços institucionais, os interlocutores já eram informados pelos próprios técnicos de referência dos Creas acerca de sua participação na pesquisa e nenhum deles apresentou resistência em assinar o termo. Contudo, quando as entrevistas eram realizadas dentro do espaço comunitário, a convite dos interlocutores, eles não viam coerência em assinar um termo de consentimento. É como se após um estreitamento dos laços entre pesquisador e entrevistado e um consequente convite para adentrar o espaço privado de suas casas já demonstrassem a confiança suficiente de que os nomes seriam mantidos no anonimato.

Já nas entrevistas com traficantes e ex-traficantes, não foi possível o uso do termo. A caminho da entrevista realizada com um chefe de tráfico, cheguei a cogitar com o informante o emprego do termo, momento em que fui prontamente repreendida por ele: “Tá doida? Nada de termo, não. A garantia que você vai deixar o nome dele no anonimato sou eu, que sou amigo dele”. Na visão do informante, caso sugerisse que o traficante assinasse algo, isso poderia despertar a desconfiança no relacionamento entre os dois.

Após essa experiência, fiquei receosa em oferecer o termo de compromisso ao entrevistar pessoas que já foram ou eram ligadas ao tráfico. Até na experiência etnográfica, conversando com moradores e ex-traficantes, é perceptível que a cessão de depoimentos se dá pela exclusiva

confiança no informante que acompanha o pesquisador, como se a presença do informante, que é a pessoa de confiança na comunidade, já fosse garantia suficiente de anonimato.

Isto posto, o pesquisador precisa estar preparado para a pesquisa na informalidade, sabendo que os dispositivos formais, como o termo de consentimento, podem muitas vezes impedir a ocorrência de uma entrevista. Para traficantes e pessoas que moram nesses bairros de periferia, onde as políticas públicas não existem em sua maioria e o Estado está presente somente por meio da repressão, a legislação comum não garante nada. Essas pessoas se sentem excluídas e desconfiam de tudo, de forma que não irão se sentir seguras diante de um termo de consentimento que, juridicamente, significa o anonimato, mas não para eles, na medida em que não se sentem alcançados por essa lei. Assim como eles não se sentem protegidos pela polícia. Não é o policial que irá impedir que algum ladrão cometa um assalto, mas sim o tráfico, que pune com a morte aquele que infringir a lei local.

Um dos entrevistados, que se considera *amigo do tráfico* e, por vezes, realiza favores ao tráfico local, disse-me: “é que nós [sic] é fora da lei, né? Fora da lei não tem esse negócio de Justiça, não”. Para ele, os conflitos são resolvidos dentro da própria comunidade, é difícil um morador procurar as autoridades, como a polícia, a fim de reclamar sobre ameaças ou assaltos. Normalmente, essas questões são levadas para o gerente ou chefe do tráfico local resolvê-las, já que é o tráfico que administra a comunidade. Assim, é muito difícil para moradores e traficantes aceitarem assinar um termo de consentimento tendo em vista que as suas relações nunca são resolvidas no papel, nada é documentado, tudo acontece no âmbito da informalidade.

E essa informalidade é tamanha que requer cuidado nas relações que o pesquisador estabelece no campo com os entrevistados e informantes. No meu caso, um dos informantes não tinha telefone celular, de modo que para falar com ele era preciso ligar para o celular da sua mãe, que nem sempre estava junto dele. Então, para facilitar nosso contato, nos comunicávamos por mensagem através da rede social, o que criava uma situação por vezes informal demais. Ao ponto de que passei a ser apresentada aos outros como amiga, o que criou uma relação de aproximação com os parentes, que passaram a me convidar para as festas de família e eventos comunitários. O tempo todo eu precisava rever a minha posição de pesquisadora para não desviar do foco do estudo, sobretudo no contato com os traficantes. Em uma das entrevistas com um jovem de 22 anos, que era do tráfico local, ele se propôs a me passar o telefone dele para que eu ligasse ou enviasse uma mensagem antes de subir na “boca de fumo”, a fim de me certificar se era seguro subir ou não. Não vi problemas quanto a isso inicialmente, mas depois que entrei em contato por meio do meu telefone celular, esse jovem passou a me enviar

mensagens de *boa tarde*, puxar conversa em horários inadequados. Naquela semana, eu procurava uma forma de respondê-lo, de modo a não ser mal interpretada e mantive a postura séria de pesquisadora, respondendo somente o necessário e tentando tornar aquele contato mais formal. Até o momento em que esse jovem mandou uma mensagem numa noite perguntando se eu era solteira, momento em que eu percebi que não poderia mais estabelecer aquele tipo de relação, considerando que eu sou mulher, não conhecia aquele jovem e ele estava na condição de fora da lei. Desde então, não troquei mais telefone com nenhum desses jovens envolvidos com o tráfico.

No decorrer do campo, senti que o fato de ser mulher e jovem pode ter me favorecido na aproximação com os entrevistados, que ficavam menos desconfiados e viam com mais simpatia a posição de pesquisadora, uma vez que um homem despertaria mais desconfianças. Entretanto, o gênero me prejudicou um pouco por conta de estar num campo majoritariamente masculino. Quando saía para visitar a comunidade, procurava estar o mais simples possível e não utilizar nenhum tipo de maquiagem ou adorno com o objetivo de não chamar a atenção. Fui advertida por moradores com relação a mulheres de traficantes que poderiam ficar enciumadas, então, buscava sempre cumprimentar a todas, com o máximo de discrição. Por muitas vezes, ao passar pelas bocas de fumo, ouvi os comentários insinuosos de alguns jovens, elogios e comentários que eu fazia questão de ignorar. Embora nenhum deles tivesse chegado diretamente para mim e dito qualquer tipo de galanteio, sentia que o mesmo não ocorria porque eu estava acompanhada de informantes respeitados no bairro. Tanto que, em um evento comunitário que estive presente, um dos informantes me confidenciou que um gerente do tráfico fez indagações a meu respeito, pois havia ficado interessado em mim. O informante contou a ele que eu era uma pesquisadora e que não seria possível esse tipo de aproximação, pelo fato de também ser casada, no entanto, caso ele quisesse participar da pesquisa, poderia conceder um depoimento. No entanto, o gerente sentiu-se receoso em conversar comigo para fins de pesquisa porque o interesse dele era outro, então, recusou o convite em participar, o que também me deixou aliviada tendo em vista as intenções já explanadas pelo traficante. Como mencionou um de meus informantes, eu estava em um campo minado, portanto, todo cuidado com vistas a garantir a minha segurança seria necessário.

Conforme registrado no diário de campo do dia 27 de outubro, estava na “boca de fumo” acompanhada de um dos informantes, quando um morador nos fez um alerta sobre as idas frequentes àquele local nos últimos dias. Segundo ele, já havia especulações sobre as minhas visitas na “boca de fumo” que poderiam chegar até o conhecimento do patrão, o que poderia

não ser favorável. A sugestão é que eu fosse até a comunidade no sábado seguinte para, então, ser apresentada pessoalmente ao patrão e passar, portanto, todas as informações e intenções da pesquisa. Desse modo, o próprio chefe do tráfico poderia indicar as pessoas que poderiam ser entrevistadas e eu não seria vista como alguém que está “pescoçando”³¹ as atividades da “boca de fumo”.

Diante desse alerta, marcamos o meu retorno para o sábado seguinte, entretanto, não foi possível porque caiu uma chuva torrencial durante todo o dia. Depois disso, no mês de novembro, voltei duas vezes no final de semana e encontrei esse morador, contudo, por algum motivo o chefe do tráfico não estava pelas redondezas. Ele explicou que o patrão não fica no local durante a semana, pois só aparece nos finais de semana quanto tem a certeza de que não há incursões policiais no morro.

2.3.3. De frente com o patrão

Quando cheguei à “boca de fumo” acompanhada do informante, no dia 26 de novembro de 2015, por volta das 14h25, o local estava cheio de adolescentes e jovens, armados, como de costume. O informante se aproximou do patrão, que estava na esquina, segurando uma sacola nas mãos que, inicialmente, pensei estar com drogas, mas logo depois o próprio chefe do tráfico me mostrou o que havia dentro do saco plástico: um vidro com óleo de unção, levado por uma missionária evangélica do bairro a pedido dele.

Curiosa e paradoxalmente, a primeira pergunta que o patrão me fez, após eu me apresentar e explicar o conteúdo da pesquisa, foi: “Você também é irmã?”. Meio desconcertada e sem entender questioneei o que significava a pergunta e ele de pronto refez a pergunta “você é evangélica?”. Respondi a verdade, que grande parte da minha família frequentava a igreja batista e que eu ia sempre quando criança e adolescente, o que foi suficiente para o patrão afirmar “então, vou te chamar de irmã”. E a partir daquele momento, ele começou a falar de um modo que me pareceu de uma forma até descontrolada, que eu não esperava, considerando o seu perfil criminoso.

³¹ Gíria que significa bisbilhotar.

O patrão vestia camisa e bermuda notadamente de alguma *grife* e portava um relógio de ouro imponente no braço direito. Ele não estava armado, pois fez questão de levantar a blusa para que eu certificasse o que estava dizendo. Tal gesto, talvez, tenha sido uma tentativa de me convencer que ele não era o monstro perigoso que pintam de sua figura, já que eu estava diante de um dos criminosos que constava na lista dos 10 mais procurados do Estado, informação dada por ele próprio. Observei, contudo, que o patrão estava acompanhado de três jovens armados, posicionados ao redor dele, durante a entrevista. Segundo o patrão, os parceiros fazem a proteção dele no morro, onde só porta armamento caso seja alvo de perseguição policial ou esteja correndo risco de morte.

O meu gravador estava na bolsa, mas nem cogitei pegá-lo ou pedir autorização para tal. O traficante parecia tão à vontade em sua fala, compartilhando diversas informações a respeito do tráfico, da vida pessoal, sobre como chegou a comandar o morro, que tive receio de que interrompê-lo para questionar a possibilidade de utilizar um gravador pudesse intimidá-lo. Até que depois de aproximadamente 10 minutos de fala ininterrupta, momentos iniciais em que eu só escutei, abri o caderno e pedi permissão para fazer anotações.

Conforme já havia previsto a partir das experiências de entrevistas com outros traficantes, o roteiro de entrevista não foi seguido mediante o planejado. Informações novas fornecidas pelo patrão requeriam outras perguntas, de modo que seguir a ordem estipulada no roteiro já não fazia sentido. Era nítido que aquele comerciante de drogas queria falar, pois ele gesticulava e desabafava sobre os “difíceis ganhos fáceis” (BATISTA, 2003) da vida do crime. O mesmo homem que se considerava “dono” de toda uma região e tinha a seu dispor cerca de 300 trabalhadores, entre eles crianças, adolescentes, jovens e adultos, precisava passar o tempo todo se escondendo. Era dono de mansões e fazendas onde não podia morar, segundo ele mesmo afirmou, pois o risco de ser encontrado pela polícia era alto. O dinheiro que conquistou concedia ao chefe do tráfico o poder de comprar o que desejasse e proporcionar os bens de consumo que os filhos quisessem, no entanto, não lhe possibilitava usufruir de coisas simples, como ir à praia ou caminhar nas ruas tranquilamente.

Para aquele que se autodenominava *patrão* e que deixou claro nas suas palavras que teria optado por outro caminho se soubesse o quão difícil era a vida no crime, um grande desejo era retirar todas as crianças e adolescentes do tráfico de drogas. Mas, segundo ele, a aceitação desses trabalhadores novos em idade é inevitável, pois caso ele se recuse a oportunizar uma vaga a eles, outras bocas de fumo irão aceitá-los. “Então, é melhor eles aqui cum [sic] nós do que cum [sic] os inimigos”.

Após quase duas horas naquele local, de frente com o patrão do morro, encerrei a entrevista, porque o relógio já marcava 16h20 e eu começava a ficar apreensiva, pois era no final da tarde que havia maior possibilidade de a polícia subir o morro atrás dele. Teve um momento, no decorrer da entrevista, que meu coração disparou quando três jovens chegaram até nós, correndo e gritando, empunhando suas pistolas, que tinham visto uma viatura do Grupo de Apoio Operacional (GAO), da Polícia Militar, passar próximo dali de onde estávamos. Mas logo o patrão me tranquilizou de que poderia ficar à vontade, pois caso a polícia se aproximasse, havia muita gente na “escolta” para emitir o alerta de perigo. Contudo, a intuição me dizia que precisava ir embora e considerar encerrado o trabalho de campo para esta pesquisa.

Ao final de três meses de pesquisa etnográfica, dialogando cotidianamente com moradores e trabalhadores do tráfico e coletando depoimentos de adolescentes e jovens no decorrer dos períodos de observação na “boca de fumo”, foi possível obter dados qualitativos importantes para a compreensão do tráfico de drogas naquela comunidade. E o conjunto de todas as etapas do “mix-metodológico” resultou em uma abordagem acerca da vivência de crianças no tráfico de drogas em Vitória a partir de diferentes perspectivas. A etapa de leitura e análise documental foi complementada pela fala dos entrevistados que foi ainda mais enriquecida pela experiência etnográfica, na observação e interação com quem vivência o cotidiano do tráfico de drogas em uma comunidade de risco. Um campo cheio de incertezas e perigos que desafia o pesquisador a lidar com a pesquisa na informalidade.

CAPÍTULO 3 – CRIANÇAS “SEM” DIREITOS, UMA INFÂNCIA DE VIOLAÇÕES

O menino brasileiro passa pela meninice quase
sem ser menino. Faltam-lhe brinquedos.
Faltam-lhe livros. Faltam-lhe até onde brincar.
(FREYRE, 1964, p. 22)

Apesar de já ter se passado quase um século desde que foi escrita, a epígrafe acima, que situa a fala de Gilberto Freyre acerca da infância no Brasil, ainda é muito atual na vida de algumas crianças. A exemplo, meninos e meninas na capital do Espírito Santo passam pela infância sem o privilégio de ser criança, haja vista a não garantia de direitos básicos já previstos em lei, tais como educação, saúde e lazer, associada à vivência no tráfico de drogas, campo de análise neste estudo.

Mediante já foi amplamente discutido no capítulo 1, após 1990, ano de instauração do Ecriad, surge no País a esperança de que, finalmente, toda criança e adolescente seria reconhecido e tratado como sujeito de direitos, independentemente de sua classe social, etnia, situação familiar, local de moradia entre outras questões preconizadas no parágrafo único do artigo 3º do Estatuto. No entanto, o que se vê nos dias atuais é um país dividido entre aqueles que são alcançados pelo Ecriad e outros, cuja lei só é uma realidade no papel. Como já escreveu Del Priori (2000, p.8), “o mundo do qual ‘a criança deveria ser’ ou ‘ter’ é diferente daquele onde ela vive, ou no mais das vezes sobrevive”.

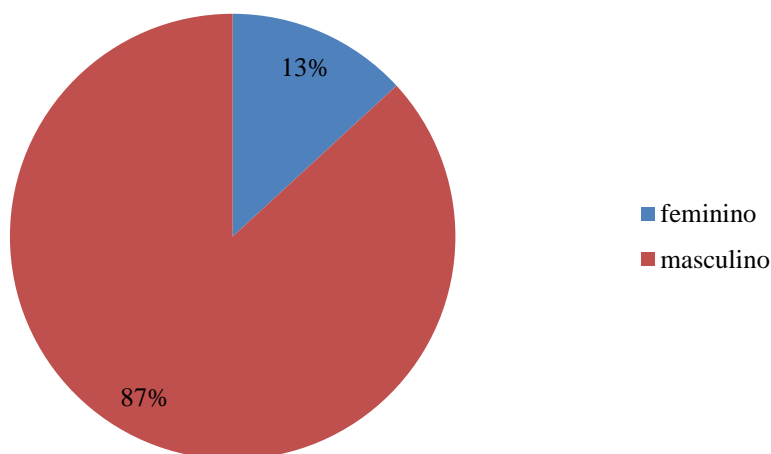
No primeiro capítulo deste estudo, a história social da infância brasileira foi colocada em perspectiva, o que proporcionou indícios e pistas que irão auxiliar no esclarecimento acerca do lugar simbólico da criança marginalizada ocupado na contemporaneidade e, por conseguinte, demarcar como essa criança está situada no nosso imaginário social, a fim de modificar a “imagem ingênua” (ARIÈS, 1981) que se tem da infância no Brasil.

Santos (2007) defende que as crianças das classes média e alta no Brasil vivem em um mundo antagônico ao daquelas nascidas em meio à marginalidade. Como estas não têm as mesmas condições sociais e econômicas para desfrutar de seus direitos, acabam por serem crianças sem ter infância ou passar pela infância sem ser criança. Nesse sentido, o objetivo deste capítulo é problematizar a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente a partir do contexto de

crianças e adolescentes com vivência no tráfico de drogas, desde a infância, em bairros de Vitória. A argumentação tem como embasamento a pesquisa documental nos prontuários de atendimento dos Conselhos Tutelares do Centro e de Maruípe e dos Creas do município, cuja coleta foi de 38 casos.

Vale ressaltar que o universo pesquisado refere-se majoritariamente ao público masculino, sendo que 33 casos foram de meninos enquanto apenas 5 deles referem-se ao público feminino, conforme é visto no gráfico 2. Em linhas gerais, os casos relacionados às meninas apresentaram o uso de drogas no período da infância, o que posteriormente direcionou essas meninas a desenvolverem algumas atividades no tráfico, como a venda de drogas (vapor) ou transporte de drogas (aviãozinho). No entanto, é recorrente entre as falas dos entrevistados que é rara a presença de crianças do sexo feminino entre os traficantes, na medida em que essa inserção é mais frequente no período da adolescência, quando as adolescentes são atraídas pelo mundo do tráfico em função do interesse em manter relacionamentos amorosos com traficantes.

Gráfico 2 - Distribuição dos casos por sexo

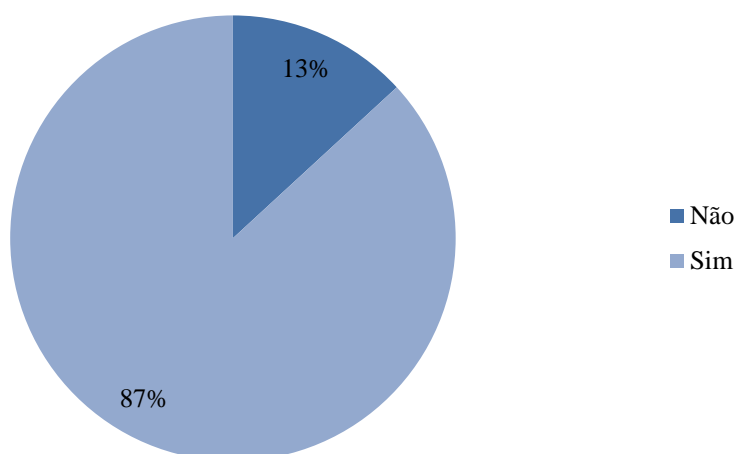


Fonte: Prontuários de atendimento dos conselhos tutelares e Creas.

Desse grupo de 38 crianças e adolescentes envolvidos no tráfico de drogas desde a infância – cujo poder público teve conhecimento – 33 deles tiveram parte de seus direitos violados no período da infância, antes da vulnerabilidade ao tráfico, número que representa um percentual de quase 90%, conforme mostra o gráfico 3. Essa análise foi feita com base no histórico

registrado nos prontuários de atendimento, mas considerando que podem haver dados que não chegaram ao conhecimento do conselho tutelar, parte-se do pressuposto de que a estatística quanto ao número de violações de direitos dessas crianças e adolescentes pode ser ainda maior.

Gráfico 3 - Número de casos em que houve violações de direitos antes da vulnerabilidade ao tráfico de drogas



Fonte: Prontuários de atendimento dos conselhos tutelares e Creas.

Tal situação leva ao seguinte questionamento: se na elaboração do Ecriad a infância e juventude pobre e criminalizada, com toda a sua complexidade, foi pensada como parte do problema e colocada como um alvo a ser alcançado. Isso porque, ao olhar para os casos registrados nos prontuários, observa-se que a lei só é efetiva no sentido de garantir os direitos dessas crianças e adolescentes depois que a violação acontece. A existência de uma legislação que, em tese, garante direitos não significa que o sujeito viverá conforme preconiza o Estatuto uma vez que o seu contexto social pode estar muito distante do cenário ideal de vivência. Desse modo, o poder público teria que dispor de serviços e equipamentos públicos melhores preparados para atender ao público que necessita da efetivação da lei para que seus direitos pudessem ser garantidos de forma mais célere, assim que fossem identificadas as violações. Entretanto, tal agilidade e eficiência do poder público não foram observadas neste estudo, conforme será melhor discutido a seguir.

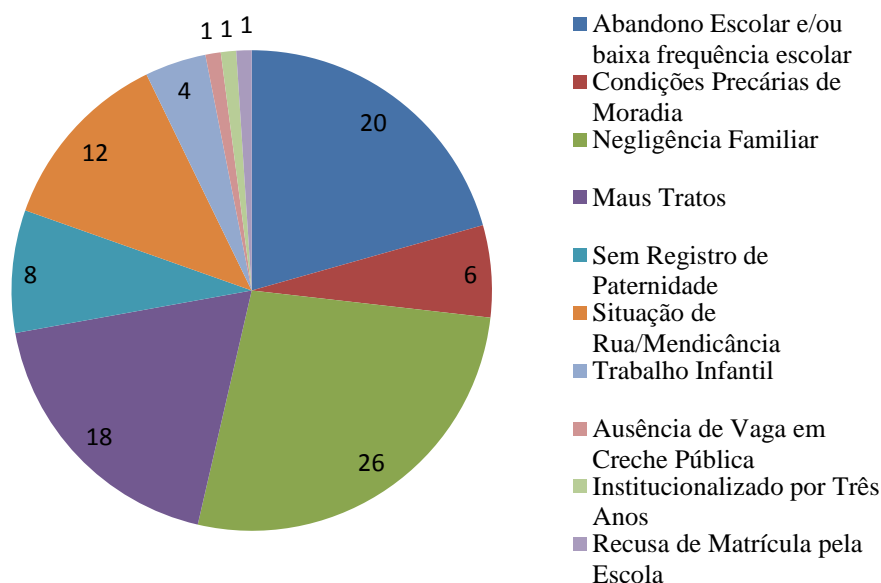
3.1. O antagonismo entre o a legislação e a violação de direitos

O artigo 5º do Ecriad estabelece que “nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais”. Contudo, ao observar casos de crianças e adolescentes de Vitória, além da não aplicação desse artigo em função da violência a que muitos deles estão submetidos por conta da vivência no tráfico de drogas, há outras violações, no que concerne aos seus direitos básicos, ocorridas antes da vulnerabilidade ao tráfico.

Mas esses não são casos isolados da realidade capixaba. De acordo com o relatório da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), de novembro de 2015, sobre Violência, Infância e Crime organizado, grande parte das crianças e adolescentes em conflito com a lei sofre situações de abuso, negligência e violência no seu cotidiano comunitário, ocorrências que muitas vezes ocorrem antes da exploração pelo tráfico de drogas.

Do grupo de 33 crianças e adolescentes que tiveram seus direitos violados no período da infância, 26 casos apresentaram negligência familiar, que normalmente ocorreu em função da omissão dos pais ou responsáveis no cuidado em algum aspecto da vida da criança (acompanhamento escolar, higiene, alimentação). Para Azevedo e Guerra (2005, p. 18), “a negligência aparece como a violência mais frequentemente notificada, o que demonstra a tese de que há uma cultura camuflada do abandono infantil no país”. Neste estudo, esse quadro também não foi diferente, uma vez que a negligência familiar foi a que obteve o maior número de registros, entre todos os tipos de violações, como é possível observar no gráfico 4.

Gráfico 4 - Tipos de violações sofridas pelas crianças e adolescentes da pesquisa



Fonte: Os 38 Prontuários de atendimento dos Conselhos Tutelares e Creas.

É importante ressaltar que quanto a esse quesito, os conselhos tutelares de Vitória têm utilizado a nomenclatura “atos atentatórios à cidadania” para se referir a esse tipo de violação de direitos. Durante o período da coleta de dados, em conversas com os conselheiros tutelares sobre os prontuários de atendimento, para compreender as violações pontuadas, foi mencionado por um deles que há discussões em torno do termo “negligência” nos cursos de formação que eles participam. Isso porque essa seria uma violação de direitos das mais frequentes e muito complexa de ser identificada, por estar, muitas vezes, ligada a aspectos estruturais da sociedade, tais como desemprego, injustiça social, acesso aos serviços públicos, etc. Dessa forma, a reflexão é que seria inadequado simplesmente dizer que o responsável foi negligente com a criança/adolescente quando ele mesmo é negligenciado no seu acesso aos serviços públicos, por exemplo.

Contudo, em linhas gerais, o que se observa é que há uma “lógica institucional de produção e circulação de saberes” (SILVEIRA, 2015) por meio dos prontuários de atendimento nos Conselhos Tutelares e Creas do município. Esses documentos possuem informações detalhadas acerca do histórico social de vulnerabilidades de cada criança e adolescente que é acompanhado na rede de atendimento municipal, bem como relacionam todas as medidas de intervenção já aplicadas pelo poder público visando à proteção desses indivíduos. Essas informações são armazenadas mediante um conjunto de categorias usadas para classificar o nível de

vulnerabilidade ao qual a criança ou adolescente está inserido. Vê-se, portanto, que essa categorização faz parte de uma política de intervenção baseada numa lógica institucional de proteção decorrente da inauguração do Ecriad, que estabelece uma série de medidas a serem aplicadas caso esses seres tenham algum direito violado. Contudo, essa política intervencionista gera uma série de dispositivos de saber que distribuem essa população infanto-juvenil atendida em categorias que, ao invés de incluir, excluem. Por quê?

Quando o conselheiro tutelar ou técnico de referência classifica que determinada criança ou adolescente é vítima da “negligência familiar” ou de “atos atentatórios à cidadania” – que não deixam de estar ligados ao seu convívio familiar, tido pela fala institucional como desestruturado – pelo fato de essa família não seguir o modelo nuclear de família ou as condições ideais de convivência estabelecidas por lei, o foco passa a não ser mais a criança, mas sim a família marginalizada que se enquadra na categoria de família negligente, análise que compartilho com Silveira (2015). Assim, a responsabilização acerca da situação de vulnerabilidade recai recorrentemente sobre a família – que não está apta a vigiar a criança/adolescente enquanto cumpre o seu horário de trabalho fora do lar – e não sobre o Estado, que falha na promoção de políticas públicas de assistência, por exemplo, a garantia de vagas em escolas de tempo integral. Aqui, entende-se o que já foi discutido no capítulo, em Neder (2004), de que o governo não assume a sua responsabilidade parental, o que é refletido claramente na fala dos atores institucionais, que colaboram para a produção de um discurso de poder acerca da culpabilização da família.

Quanto à fala dos atores institucionais, foi muito recorrente o discurso ligado a uma “família desestruturada” que marca o contexto familiar da criança/adolescente com vivência no tráfico de drogas desde o período da infância. De modo geral, os entrevistados acreditam que a vulnerabilidade dessa criança está relacionada ao fato de a mãe, sobretudo, trabalhar o dia todo e terceirizar o cuidado dos filhos. Ademais, quando se fala no contexto familiar desse tipo de criança, as menções recorrentes são a cenários de separação, ausência da função paterna e histórico de familiares envolvidos no uso ou tráfico de drogas.

Outro dado é que 20 crianças/adolescentes abandonaram a escola durante um período da infância ou indicaram a baixa frequência ou excesso de faltas no colégio. A violação que compete a este quesito é interessante, pois ela geralmente está associada a outras violações, como a negligência familiar, à situação de rua e à mendicância, sendo que apenas no prontuário de número 2 o abandono/ baixa frequência escolar aparece isolada, conforme pode ser visto na tabela 4.

Tabela 4 - Casos de abandono e/ou baixa frequência escolar associados a outras violações

Nº do Prontuário	Abandono escolar	Negligência familiar	Situação de rua/Mendicância	Trabalho infantil
1	X	X		
2	X			
4	X	X		
5	X	X	X	
7	X	X	X	X
9	X	X		
10	X	X		
12	X		X	
13	X	X		
14	X	X		
15	X	X		
16	X	X	X	
17	X	X		
18	X		X	
19	X	X		
22	X	X		X
26	X	X		
27	X	X		
34	X	X	X	X
36	X		X	

Fonte: Prontuários de atendimento dos conselhos tutelares e Creas.

Ao analisar as violações referentes à Educação³², observa-se que, no 1º prontuário, o abandono escolar da criança, na época com 6 anos, estava ligado à negligência familiar. A constatação ocorreu durante uma visita domiciliar, após o recebimento de um ofício da Unidade de Saúde (US), com um relatório social da família. Consta no prontuário de atendimento que, na época, foi agendada uma reunião entre US, CT e Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), para providenciar as medidas de proteção cabíveis, entre elas, encaminhar o menino para a escola pública mais próxima. Na ocasião, a mãe também foi notificada a comparecer na sede

³² Os artigos 53 do Ecriad e os 205 e 208 da Constituição Federal de 1988 versam sobre o direito à educação na infância e adolescência.

do CT. Passados três anos, o CT recebeu outra denúncia de que as crianças estavam novamente fora da escola e eram negligenciadas pelos pais. A mãe foi notificada e, ao comparecer à entidade junto com o pai de seus filhos, os dois declararam que estavam desempregados, viviam de doações e que os filhos haviam sido expulsos da escola. No entanto, ao checar a informação com a instituição de ensino, esta negou. Assim, o CT concluiu que as crianças eram vítimas de negligência, visto que o pai não sabia nem a data de nascimento dos filhos. Consta no relatório: "genitores descansados, não sabem nada sobre os filhos, alegam culpa um do outro".

Também ocorreu situação semelhante no 9º caso, quando foi constatado que o abandono escolar estava relacionado à negligência familiar. Conforme o registro, o adolescente parou de frequentar a escola aos 8 anos. Na época, técnicos da prefeitura estiveram na casa da família e, segundo a mãe, ela tinha acatado um desejo do filho de não ir mais ao colégio em função de uma briga com um colega. No entanto, nesse mesmo dia, a avó da criança passou a situação para os técnicos de que a mãe era usuária de substâncias ilícitas, assim como o namorado, e que passava noites fora de casa e não zelava pelo filho, deixando-o fazer as refeições na casa da avó. Quando a criança estava com essa idade, chegaram duas denúncias no mesmo ano ao CT, relatando que a mãe era usuária de drogas e vivia pelas ruas, abstendo-se do cuidado com o filho. Em 2011, o menino presenciou a genitora ser assassinada por traficantes, foi encaminhado ao psicólogo e passou a morar com parentes extensos, no entanto, consta que nenhum deles quis se responsabilizar pelo garoto. Até que, em 2014, ele foi afastado do convívio familiar.

No prontuário 17, também houve registro de baixa frequência escolar e negligência familiar. Consta que, aos 10 anos, a criança apresentou 29 faltas em 66 dias letivos, no primeiro trimestre, e 49 faltas em 66 dias letivos, no segundo trimestre, conforme ficha escolar enviada ao CT no ano de 2012. Nessa época, o aluno chegou a perder a vaga no Programa de Tempo Integral por conta das faltas e, ano seguinte, foi pego em flagrante pela Polícia Militar no uso de substâncias ilícitas com outros adolescentes na rua. Nesse dia, quando conselheiros tutelares foram fazer a reintegração da criança à família, consta que o garoto verbalizou que "não estuda e que não gosta, e que não precisa, pois ele já fuma maconha e haxixe. Acha que vai morrer cedo".

De forma geral, não é observado nos prontuários de atendimento uma investigação aprofundada acerca das causas do abandono escolar. Vê-se que, assim que o CT evidencia tal violação, a família ou responsáveis são notificados e é providenciado o encaminhamento de retorno à instituição de ensino. Assim, observa-se que geralmente as famílias são classificadas como "negligentes" e passam a ser alvo de uma série de "dispositivos de disciplinarização" (SILVEIRA, 2015), que implicam os chamados termos de advertência, previstos no Ecriad.

Ambos os CT possuem cinco profissionais em cada entidade – como determina a Lei nº 12.696, de 25 de julho de 2012 – no entanto, a demanda extensa, além das dificuldades estruturais, como veículo, estrutura física³³ das sedes e até telefone celular, prejudicam um bom acompanhamento dos casos. Durante a primeira fase da pesquisa, um conselheiro comentou no ambiente de trabalho que não havia crédito no telefone celular institucional para fazer ligações.

No 7º caso, a criança passou pelas quatro violações ainda na infância – abandono escolar/negligência/ mendicância e trabalho infantil – com o alarmante de ter tido o direito à Educação violado duplamente, enquanto criança e depois adolescente. Primeiro, porque passou períodos da infância fora da escola – no seu prontuário de atendimento não há precisão da duração das evasões – e, segundo, porque o diretor da escola municipal recusou-se a rematricular o aluno, já na adolescência, apesar de determinação por escrito da Secretaria Municipal de Educação (Seme). A justificativa era que os outros alunos da instituição estariam em risco, uma vez que o adolescente havia sido apreendido por tráfico de drogas e cumpria medida socioeducativa. Consta que desde os 8 anos, ele tinha problemas na escola em virtude de mau comportamento e excesso de faltas, questões que persistiram até a adolescência, concomitantes ao envolvimento com o uso e tráfico de drogas desde a infância, além do trabalho infantil e vivência de rua. Nesse caso e no de outros que passaram por situação similar, é possível evidenciar que a postura da direção da escola vai de encontro ao que é preconizado no artigo 53 do Ecriad:

A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
 - II - direito de ser respeitado por seus educadores;
 - III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;
 - IV - direito de organização e participação em entidades estudantis;
 - V - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.
- Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.

Apesar de não haver muitos dados acerca do porquê do abandono escolar, percebe-se que é frequente o desejo da criança em não frequentar a escola, deixar de ir sem o conhecimento dos

³³ Os problemas de estrutura física nas sedes dos conselhos tutelares da capital foram notícia na mídia local em 2015. Segundo reportagem do dia 19 de março, ambas instituições sofriam, na época, com infiltrações, fiações expostas, telefones que não faziam ligação para celular, internet insuficiente, falta de ventilação, entre outras questões que atrapalhavam o bom desempenho das atividades dos profissionais. (RIBEIRO, 2015)

responsáveis ou até haver uma preocupação aparente desses em zelar pela frequência escolar dos filhos. Por outro lado, é comum a todas as fichas escolares a reclamação sobre o “mau comportamento” do aluno, de modo que a instituição de ensino deixa claro o perfil de estudante bem aceito, subentendendo-se que aqueles que fogem desse padrão sofrerão as sanções do regulamento. Tal postura dos profissionais em relação ao aluno está refletida nos dados, visto que em apenas dois dos 20 casos com abandono e/ou baixa frequência escolar não constam reclamação quanto ao mau comportamento em ficha escolar, conforme a tabela 5.

Tabela 5 - Casos com abandono e/ou baixa frequência escolar que tiveram relatos de mau comportamento na escola

Casos com abandono e/ou baixa frequência escolar	Relatos de mau comportamento	
	Não	Sim
1	X	
2		X
4	X	
5		X
7		X
9		X
10		X
12		X
13		X
14		X
15		X
16		X
17		X
18		X
19		X
22		X
26		X
27		X
34		X
36		X

Fonte: Prontuários de atendimento dos conselhos tutelares e Creas.

Para Leite (1991) o sistema educacional brasileiro é contraditório, pois se mostra hostil com a criança subalternizada e que constantemente tem seus direitos violados, estabelecendo como padrão ideal de estudante o passivo, com bons comportamentos e rendimento escolar. Em contrapartida, aquele que não se encaixa nesse padrão, é reconhecido como incapaz de aprender, marginal e indisciplinado, sendo colocado à margem na escola, lugar onde a criança/adolescente deveria ser possibilitado a ampliar seus horizontes e se sentir incluído socialmente.

Assim, na visão de Leite (1991, p.38):

O aluno pobre, ao chegar na escola, sente-se um alienígena, pois se vê fora do seu mundo, fora do seu tempo. Sua vida, cultura, sua realidade são totalmente negadas e até qualificadas como algo negativo e pernicioso. Recebe da escola estímulos aos quais não pode responder, e em casa recebe pressões para se adaptar a esse meio estranho que não consegue atender. Acaba por introjetar a culpa pelo fracasso: ou se acomoda e fica repetindo a primeira série até os 14 anos (idade-limite da obrigatoriedade do poder público em escolarizar) sem conseguir se alfabetizar, ou se revolta e sai da escola, caindo em situações impossíveis de se prever. Isso produz no aluno uma total descrença, primeiro em relação à escola, depois em relação à sociedade que o gera, negando-o e discriminando-o, já que não consegue dominá-lo e 'domesticá-lo'. De agredido passa a agressor, o que faz com que a sociedade passe a temê-lo e a exigir das autoridades sistemas de repressão mais eficientes.

É recorrente na fala dos atores institucionais que muitos profissionais nas escolas não estão preparados para lidar e compreender o contexto socioeconômico e familiar da criança com vivência ou envolvimento no tráfico de drogas, de modo a auxiliá-las na superação de suas violações. Uma vez que o aluno é alvo somente de reclamações e punições, a escola gera mais exclusão social para a vida da criança. Tanto os conselheiros tutelares quanto os técnicos de referência dos Creas compreendem que quando o professor em sala de aula mantém o foco na dificuldade de aprendizado, na agressividade, nas evasões, na baixa frequência escolar e desinteresse, ele não está apto para avaliar o contexto de violações, o real motivador do mau comportamento da criança na escola.

O discurso estigmatizante e até de recusa em aceitar adolescentes em conflito com a lei nos seus espaços resulta não somente no afastamento voluntário do aluno, mas também na adoção de medidas excludentes, tais como suspensão, expulsão e transferência, que não solucionam os problemas da vida escolar desses adolescentes e crianças. Para a conselheira tutelar 6, muitas crianças envolvidas com o tráfico até permanecem na escola por conta do bolsa família, pois geralmente os pais fiscalizam a frequência dos filhos para não perder o benefício. Entretanto, a percepção é que, no caso dos adolescentes, a evasão é maior, na medida em que os familiares e

as instituições passam a não ter mais controle sobre eles, quando começam a se envolver no tráfico de drogas. Tanto que, nos prontuários em que havia o registro de escolaridade da criança ou adolescente, nenhum deles chegou a sair do ensino fundamental, mesmo já tendo completado 17 anos. Dessa maneira, compreende-se a necessidade de os profissionais da educação enxergarem para além do menino que xinga, que bate e que é agressivo.

Para os atores institucionais, de forma geral, a escola contemporânea está tão despreparada para lidar com o tema das drogas que além de não preparar os profissionais da educação para lidarem com os alunos que vivenciam o contexto do tráfico ou uso de drogas, trata sobre a temática no ambiente escolar tardiamente, quando tal abordagem pode não ser tão eficiente na vida do alunado, na medida em que a partir dos 7 anos – ou até antes – muitas crianças já começam a ter contato com as drogas no cotidiano do seu bairro. Na visão da assistente social 4:

“[...] abordar sobre drogas teria que abordar no início. Então, lá na primeira série já teria que começar a abordar, o que seriam as verdades, os mitos, para começar a falar de forma bem lúdica, para que nós, de forma geral, tenhamos informações sobre o que é droga, quais os efeitos. Mas infelizmente, essa informação começa na adolescência, e muitas vezes na adolescência já é tarde demais.”

Quando se fala em políticas públicas de prevenção, entre elas, a garantia do ensino integral e de vagas em creches públicas, o Estado também tem falhado mediante a fala dos atores institucionais. Tanto que o histórico registrado no prontuário 19 é um exemplo de que o governo municipal falhou no cumprimento do parágrafo IV do artigo 54, do Estatuto, de que deveria garantir creche pública a toda criança de zero a seis anos. Isso porque em 2006 – a criança estava com 5 anos – o CT enviou um ofício à Seme, solicitando vaga em creche de tempo integral para a criança, explicando que esta se encontrava em situação de vulnerabilidade pelo fato de a mãe ter deficiência mental e não fazer acompanhamento regular na área da Saúde. Quase dois meses depois, o órgão recebeu a resposta de que não seria possível atender a demanda, porque o atendimento em horário integral para crianças de 4 a 6 anos ainda estava em fase de construção no município.

Consta que essa mesma criança, aos 7 anos, teve o acesso à educação violado porque, apesar de estar matriculada, não ia à escola. Houve três denúncias em 2009/2010, de que o garoto passaria o dia todo brincando na rua e estaria fora da escola, o que foi comprovado por técnicos da US. Consta em relatório que, segundo a mãe, o motivo era por que ela não conseguia levá-lo ao colégio. Segundo relatório elaborado em 2013 pela escola municipal, o aluno ficou fora da escola durante três anos e, aos 11 anos, estava na 2ª série, o que representava uma distorção

de quatro anos em relação à idade/série. Quanto a esse caso, a informação registrada é que a Promotoria da Infância e Juventude da capital requisitou ao juizado a destituição do poder familiar em 2009, visto que a criança, “com apenas 7 anos, encontra-se em situação de rua, faz uso de substâncias tóxicas, como cola, e não frequenta o colégio corretamente”, conforme mostra o ofício anexado no prontuário de atendimento. Prontamente, o juiz da Infância determinou que o menino fosse encaminhado à instituição de acolhimento, até a próxima deliberação. No entanto, em 2010, a criança evadiu do abrigo para a casa da mãe e esta não quis entregar o filho aos conselheiros tutelares, o que foi comunicado prontamente pelo CT ao juizado. Não há registro se houve resposta do juiz da Infância no prontuário.

Assim, ao que parece, o processo de sistematização das informações a respeito de cada criança e adolescente atendido em prontuários de atendimento nos CT e nos Creas faz com que os dados fiquem arquivados nas prateleiras dessas entidades, de modo que, numa visão geral, pouco contribuem para a promulgação de políticas públicas, mas em grande parte para alimentar uma certa economia de intervenção. Aliás, essa política de governo da infância baseada em uma lógica institucional intervencionista reforça estereótipos que evocam a patologia social e, na tentativa de proteger acaba por criar categorias de exclusão.

Quanto à ausência de políticas públicas de prevenção, os atores institucionais acreditam que a disponibilidade de vagas em creches públicas e escolas de tempo integral seria uma alternativa ao problema da inserção da criança no mundo das drogas. Ao pensar no cenário de grande parte das crianças que cresce numa região de periferia, em que a infraestrutura da casa é precária, com poucos cômodos e até banheiro externo à casa, permanecer dentro de casa não é aconchegante como o ideal de lar que se tem no imaginário social. Nesse caso, a rua se torna um atrativo de lazer à criança que não dispõe de espaço físico suficiente em casa para brincar. Entretanto, essa criança divide o território com o traficante, que também utiliza a rua para realizar o comércio de drogas, situação que pode favorecer a vivência precoce no tráfico.

Na deficiência de políticas públicas com o objetivo de retirar a criança do espaço ocioso e, por vezes, perigoso, da rua, surgem as iniciativas privadas sem fins lucrativos, como ONGs e projetos sociais particulares – como o Instituto João XXIII, situado em Vitória – e do próprio governo, como o Cajun, da prefeitura de Vitória. Essas entidades oferecem atividades de lazer e educativas nas áreas de música, teatro e dança para os alunos matriculados regularmente em rede de ensino, em horários alternativos ao período escolar. Segundo registros feitos nos 38 prontuários de atendimento analisados, 13 deles receberam encaminhamentos para frequentarem esses espaços, tendo em vista os primeiros sinais de que o tempo ocioso fora da

escola estaria sendo ocupado com atividades não salutaras no espaço da rua, como prestar favores a traficantes e reproduzir o cenário do tráfico em suas brincadeiras cotidianas.

Para a psicóloga 1, do Instituto João XXIII, os projetos sociais nos bairros são importantes porque têm a função de trazer outras perspectivas de futuro para além do que é apresentado no cotidiano da rua e de casa, que muitas vezes se restringe ao cenário de um mundo do crime. Ela exemplificou com o caso do prontuário 12, criança encaminhada à entidade pelo CT em decorrência de uma vivência no tráfico. Segundo a psicóloga, nos primeiros dias, o menino apresentava vocabulário análogo a um repertório do crime e comportamento resistente, subentendendo que tinha conhecimento do movimento do tráfico no bairro onde morava e que prestava favores aos traficantes, como vigiar a presença da polícia. Tanto que, durante atendimento, essa criança fez um desenho sobre a atuação do tráfico no bairro (Figura 1).

Figura 1 - Desenho feito por criança que ilustra a atuação do tráfico de drogas no bairro onde ela morava



Fonte: Instituto João XXIII.

Como foi possível observar na imagem, o menino tinha conhecimento a respeito do local onde ficava guardada a arma, além da ciência de que próximo ao comércio de drogas havia um bar e que os traficantes atuavam no beco, perto de uma escadaria, cenário comum a vários bairros onde o tráfico de drogas é constante. A criança reproduziu o que ela estava acostumada a vivenciar diariamente, tanto que ela chegou a expressar para os educadores da entidade o desejo de virar traficante no futuro, na medida em que foi essa a possibilidade oferecida a ela. Aqui, pode-se aplicar a teoria da associação diferencial (SUTHERLAND, 2014), cuja explicação é de que a criminalidade pode ser aprendida quando o indivíduo está em contato direto ou indireto com agentes de práticas ilícitas. Nas palavras de Sutherland (2014, p.102), os sujeitos “adquirem as atitudes e técnicas do crime ao se associar com aqueles e em segregação parcial de pessoas que respeitam a lei”.

Tanto que, quando esse menino passou a frequentar o espaço do projeto social, fazer aulas de arte e música, visitar teatros e cinema com os educadores e colegas, ele passou a vislumbrar alternativas para além do mundo do crime. Na fala da psicóloga 1, isso foi possível porque “as oficinas vêm mostrar para elas [crianças] que não precisam repetir o que estava sendo repetido.”

Desse modo, é possível inferir que, muitas vezes, uma vivência no tráfico de drogas na infância pode também estar relacionada ao fato de que as possibilidades de vida apresentadas à criança no seu cotidiano estejam ligadas ao mundo do crime, na medida em que é o traficante, a figura de poder que possui, em tese, bens e dinheiro. Aquela, portanto, que proporciona um posto de trabalho que promete a renda financeira necessária para que a criança satisfaça os seus desejos de consumo no futuro, quando vier a se tornar adolescente, ou, até mesmo, os seus desejos de consumo da infância, como lanches e brinquedos que os pais não podem comprar.

Embora essas iniciativas de projetos sociais sejam importantes, observa-se que elas não são suficientes para sanar o problema da criança em situação de vulnerabilidade em função de uma vivência no tráfico no cotidiano da rua porque as oficinas têm duração de uma hora aproximadamente e as vagas ofertadas estão abaixo da demanda de crianças e adolescentes apresentada nos bairros de Vitória. Nesse caso, seria necessário maior atuação e eficiência do poder público em garantir vagas em creches públicas e em escolas de tempo integral, assumindo, portanto, a responsabilidade parental que deveria ter para com o alunado, conforme já foi amplamente discutido no capítulo 1.

Já no que diz respeito à violação referente a maus tratos, presente em 18 dos 38 casos coletados, esta geralmente é praticada pelo responsável da criança/ adolescente ou familiar que convive na mesma casa. Ao analisar esses casos em específico e olhar para o contexto familiar, no que

competete a existência de uso de substâncias psicoativas e envolvimento com tráfico e/ou histórico de detenção, percebe-se que o cenário familiar da criança agredida muitas vezes está relacionado ao uso abusivo de drogas ou álcool e há histórico de parentes envolvidos no mundo do crime, conforme é visto na tabela 6.

Tabela 6 - Relação entre a violação de maus tratos e os históricos de dependência química na família e envolvimento no crime

Nº do Prontuário	Maus Tratos	Situação de vício na família	Tipo de vício	Grau de parentesco do dependente químico	Envolvimento de familiares no tráfico e/ou histórico de detenção
4	Sim	Sim	Crack	Mãe	Sim
5	Sim	Não	Não se aplica	Não se aplica	Sim
12	Sim	Não	Não se aplica	Não se aplica	Não
14	Sim	Sim	Drogas	Irmão	Sim
15	Sim	Sim	Drogas	Irmão	Sim
17	Sim	Sim	Crack	Mãe	Não
18	Sim	Sim	Álcool/ Crack	Tio/ Mãe	Sim
22	Sim	Sim	Álcool	Mãe	Sim
26	Sim	Não	Não se aplica	Não se aplica	Sim
27	Sim	Sim	Crack	Irmão	Sim
28	Sim	Sim	Drogas	Mãe/ Pai	Sim
29	Sim	Não	Não se aplica	Não se aplica	Sim
31	Sim	Sim	Crack	Mãe	Sim
32	Sim	Não	Não se aplica	Não se aplica	Não
33	Sim	Não	Não se aplica	Não se aplica	Não
34	Sim	Sim	Drogas	Pai	Sim
35	Sim	Sim	Crack	Mãe	Sim
38	Sim	Sim	Crack	Mãe/ Avó	Sim

Fonte: Prontuários de atendimento dos conselhos tutelares e Creas.

É interessante observar que entre os 18 casos, 12 apresentaram situação de uso abusivo de substâncias psicoativas na família, sendo 10 para uso de drogas/crack, um para uso abusivo simultâneo de álcool e drogas e outro para uso abusivo somente de álcool. Desse quantitativo,

oito dos dependentes se referem à mãe, dois ao pai, três ao irmão, um ao tio e um à avó. Desses 18 casos, 14 apresentam histórico de parentes envolvidos no tráfico de drogas e/ou que já foram presos por algum crime. Não se pretende estabelecer aqui uma relação determinante de que todo usuário de drogas é um agressor, mas sim evidenciar de que o contexto de vulnerabilidade decorrente dos maus tratos pode ocorrer em função de cenário familiar violento provocado pelo uso abusivo de substâncias psicoativas.

As agressões físicas constituem uma violação de direitos, uma vez que o artigo 18-A preza pelo bem estar da criança e adolescente e diz que:

A criança e o adolescente têm o direito de ser educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto, pelos pais, pelos integrantes da família ampliada, pelos responsáveis, pelos agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou por qualquer pessoa encarregada de cuidar deles, tratá-los, educá-los ou protegê-los.

Ao olhar especificamente para os casos relacionados nos prontuários de atendimento, observa-se que uma situação frequente de agressão afasta a criança de casa e, assim, pode aproximá-la de uma vivência no tráfico de drogas. Foi o que ocorreu no caso de número 4, pois quando o menino tinha 4 anos, já havia duas denúncias referentes a maus tratos. Em visita do CT para averiguação das denúncias, vizinhos afirmaram que a mãe saía quase todas as noites e deixava os dois filhos dormindo sozinhos ou com a avó. Uma tia disse aos conselheiros que a mãe era usuária de crack e batia muito no menino, o que posteriormente foi confirmado pela própria mãe no CT. Ela chegou a admitir que quando não tinha condições de conseguir a droga, ela cometia furtos pelos bairros próximos e vendia até a cesta básica que o CRAS fornecia mensalmente, deixando as crianças com fome. Após essas constatações, o garoto foi morar com o pai e uma madrasta, mas aos 10 anos fugiu de casa e foi morar com uma tia materna, cuja suspeita era de que ela tinha envolvimento com o tráfico de drogas e que seus filhos adolescentes estariam aliciando a criança no “movimento”.

É notório que no 26º caso as agressões cometidas pela mãe desde a infância favoreceram as fugas constantes do filho de casa e, posteriormente, o seu envolvimento com traficantes. Conforme registrado no prontuário de atendimento, as sete denúncias de maus tratos por parte da mãe do garoto, do período de 2009 até 2013, foram confirmadas pela própria mãe, que admitia se valer das agressões físicas e psicológicas para corrigir o filho. Quando o garoto tinha 11 anos, a mãe disse aos conselheiros tutelares que queria entregá-lo ao juizado, pois não tinha

domínio sobre ele. A genitora já respondeu a processo na Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA) e disse, diante do delegado, que continuaria batendo no filho quantas vezes fossem necessárias. Na época, o pai, que era divorciado da mãe do filho e já tinha outra família, foi ao CT e disse que não se importava com o filho e que não possuía sentimentos por ele. Relatou também que não iria se envolver com nada e não queria saber se a mãe passava dos limites quando corrigia o filho.

Essa mãe aceitou participar da pesquisa e, durante entrevista, afirmou que batia muito no filho, mais intensamente após os 10 anos, depois que descobriu que o mesmo estava fazendo uso de maconha. Segundo ela, todas as vezes que ela o agredia, ele fugia de casa e ia buscar refúgio no meio de traficantes locais, para os quais realizava favores (fazer pequenas compras no mercado e padaria e guardar drogas e armas) e serviços de aviãozinho em troca de pequenas quantias em dinheiro ou papelotes de maconha. Só na adolescência, aos 13 anos, é que o filho foi inserido no tráfico de drogas local como vapor e, assim, passou a fazer parte oficialmente do movimento.

No 18º caso também é possível analisar que o contexto intrafamiliar de agressão afastava a criança de casa e, conseqüentemente, aproximava-a de uma vivência no tráfico de drogas. Conforme registro no prontuário de atendimento, houve denúncia quando o menino tinha 10 anos. Em visita domiciliar para averiguação, foi constatado que viviam 11 pessoas numa mesma casa, de quatro cômodos e condições de higiene precárias, sendo que todos os integrantes dormiam em colchões no chão. A mãe admitiu que os filhos pequenos dormiam fora de casa e não iam mais à escola, além de serem agredidos fisicamente pelo irmão dela, quando este estava alcoolizado.

Há também casos em que, além de as agressões afastarem a criança de casa espontaneamente, conduzem-na a um abrigo por força da lei, quando o juiz compreende que permanecer junto ao responsável legal constitui um risco em potencial na vida da criança/adolescente. Foi o que ocorreu no 32º caso, que traz a história de um adolescente que foi abordado pela equipe da prefeitura aos 12 anos, em situação de rua. Ele disse aos técnicos que havia fugido de casa aos 8 anos, em função das agressões que sofria da mãe e do padrasto. Anteriormente, a mãe já havia assinado termos de responsabilidade no CT, em função de denúncias de maus tratos ocorridas na infância do filho. Entretanto, ela dizia não ter mais controle sobre o filho que, na adolescência, foi encaminhado a um abrigo, onde ficou institucionalizado por três anos, segundo registro no seu prontuário. O parágrafo segundo do artigo 19 do Ecriad preconiza que a permanência de criança e adolescente em abrigo não será estendida por período superior a

dois anos, a não ser que seja comprovada a necessidade pelo juiz. Não havia registro de reavaliação de autoridade judiciária anexado em seu prontuário, logo, entende-se que mais um direito preconizado no Estatuto foi violado.

Pode-se retomar, ainda, análise anterior de que os registros de informações a respeito do histórico de vida da criança/adolescente em prontuários de atendimento, atas, relatórios e documentos em geral levados ao conhecimento da Justiça não têm a devida efetividade, uma vez que não se traduzem em soluções para sanar os problemas das violações, mas retroalimentam um sistema de judicialização das informações a fim de alimentar uma economia da intervenção que, de fato, não intervém na realidade em questão.

Outra violação diz respeito ao trabalho infantil, que é referenciado no artigo 60 do Estatuto, quando o mesmo descreve que é “proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz”. Tal legislação não foi cumprida na vida de quatro dos 38 casos coletados e em três deles foi uma violação que antecedeu à prestação de favores a traficantes e a serviços de aviãozinho. A conselheira tutelar 3 percebe que o trabalho infantil é uma das violações de direitos que antecede o envolvimento da criança no tráfico de drogas. Para ela, o trabalho infantil vai possibilitar o que ela chamou de “vício de rua”, que, por conseguinte, pode facilitar a aproximação da criança com traficantes.

Essa brincadeirinha que muitos começam “vou ganhar um dinheiro no final do dia a gente come um pastel com caldo de cana” cria um vício de trabalho infantil. E a população ajuda, não tem essa conscientização. Ele também criou essa vontade, a partir do vício de rua passou a trabalhar nas feiras livres, de ajudar uma senhorinha a levar um carrinho e arrumar um dinheiro para comprar uma pipa... “que que você fez com o dinheiro?” “Ah, tia fui lá comprei um monte de salgado pra mim, fulano e ciclano, e depois a gente comprou dez pipas e fomos soltar no campo” [...]. Então, o trabalho infantil ajuda bastante a criança a querer mais dinheiro e uma hora ela deixa de brincar e estudar para trabalhar. (Conselheira tutelar 3)

Em muitos casos, observa-se que a mãe é constantemente uma referência para o CT, no que compete às advertências e responsabilização. Apesar de a maioria das famílias ser matriarcal, sendo comum a figura paterna estar ausente em decorrência de falecimento, prisão ou divórcio, o pai dificilmente é advertido, notificado ou responsabilizado, mesmo naqueles casos em que o pai convive próximo ao filho ou até mesmo na própria casa. Essa postura – pelo menos a que transparece nos prontuários de atendimento – também não está em consonância com o que preconiza o parágrafo único do artigo 22 do Estatuto, que determina que o dever de sustento, educação e cuidado com os filhos cabe, de forma igual, aos pais:

Parágrafo único. A mãe e o pai, ou os responsáveis, têm direitos iguais e deveres e responsabilidades compartilhados no cuidado e na educação da criança, devendo ser resguardado o direito de transmissão familiar de suas crenças e culturas, assegurados os direitos da criança estabelecidos nesta Lei.

Durante entrevista, um conselheiro tutelar pontuou que mudou a postura empregada nos atendimentos ao perceber que a atuação da entidade, de forma geral, fazia recair a responsabilização mais sobre a figura materna, estando o pai, na maioria das vezes, em uma situação confortável. Assim, a orientação aos demais conselheiros na entidade é notificar também o pai ou perguntar pelo responsável pela criança, para não sobrecarregar a mãe. Mas ele justifica que o não acionamento do pai, muitas vezes, está relacionado à representação negativa da figura paterna na vida da criança, ou até mesmo por esta ser inexistente, em função de ter sido assassinado ou preso.

De forma geral, os registros nos prontuários indicam que grande parte dos responsáveis acredita que a violência física é um recurso de correção da criança ou adolescente. Em todos os casos que o CT tomou conhecimento das denúncias, elas foram averiguadas e os responsáveis foram notificados e receberam advertência, uma das sanções previstas aos pais no artigo 18-B do Ecriad. Contudo, as advertências, encaminhamentos e orientações não foram suficientes para evitar que as crianças/adolescentes tivessem seus direitos violados, considerando a complexidade do contexto social e familiar.

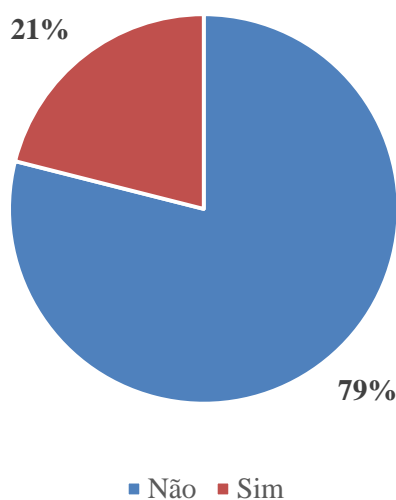
Tendo em vista tal análise, compreende-se que cabe uma relação com os conceitos de roubo da infância³⁴, de Gurski (2012) e destruição da fantasia³⁵, de Kehl (2008). Nos casos das crianças submetidas a trabalho infantil e que não tiveram os direitos básicos de cuidado, educação e saúde garantidos, como prevê o Ecriad, houve uma espécie de roubo da infância que levou à destruição da perspectiva delas com relação ao futuro. Na medida em que a capacidade de se projetarem foi minada, esses indivíduos ficaram sujeitos ao fascínio pelo mundo do crime e, consequentemente, à vivência no tráfico de drogas.

³⁴ Para Gurski (2012), existe uma espécie de roubo da infância de muitas crianças brasileiras, uma vez que não são oferecidas a elas condições para que possam viver a infância, o que sugere a ausência dos direitos da criança e do adolescente garantidos por lei para aqueles pertencentes a determinados estratos sociais.

³⁵ Na visão de Kehl (2008), a destruição da fantasia é um fator que está associado ao fascínio de crianças pelo mundo do crime. Para a autora, muitas são obrigadas a conviver diariamente com a rotina da criminalidade (assassinatos, tiroteios, tráfico de drogas, etc.), muitas vezes praticada por irmãos ou até os próprios pais dentro de casa, uma vivência que vai minando a capacidade dessas crianças se projetarem no futuro e planejá-lo, ou seja, de construir um plano de vida.

Além da situação de maus tratos, há outra violação que ocorre no âmbito familiar. O artigo 27 do Estatuto determina que o “reconhecimento do estado de filiação é direito personalíssimo, indisponível e imprescritível, podendo ser exercitado contra os pais ou seus herdeiros, sem qualquer restrição, observado o segredo de Justiça”. Contudo, em oito dos 38 casos, as crianças/adolescentes não possuem o registro paterno na certidão de nascimento, mediante é visto no gráfico 5.

Gráfico 5 - Percentual de casos sem registro de paternidade



Fonte: Prontuários de atendimento dos Conselhos Tutelares e Creas.

É recorrente entre as falas dos atores institucionais, de que muitos dos casos atendidos, com a característica de envolvimento no tráfico de drogas, são marcados pela ausência da função paterna, ficando a responsabilidade de criação para as mães ou avós. Ou, quando a criança ou adolescente recebe o acompanhamento do pai, este não exerce a função paterna de interditar, de servir com lei, como representante de uma autoridade na vida da criança e, muitas vezes, delega essa função à mãe, madrasta ou outro responsável. Assim, parte dos entrevistados percebe que o traficante tem a representação de um segundo pai na vida de muitos meninos, no sentido de suprir as necessidades afetivas e de proteção, além de representar a lei.

Do ponto de vista psicanalítico, a função paterna é essencial na constituição da subjetividade e na forma como esse sujeito vai se comportar em sociedade (BERLINK, 1988). Ao analisar os prontuários de atendimento aqui discutidos, pode-se perceber que estão em consonância com a

fala institucional, na medida em que é visto o abandono familiar, em que a figura do pai ou não existe simbolicamente (pela falta do registro na certidão de nascimento) ou inexistente no plano real, porque é ausente. Há casos em que o pai está degradado, em função de ter passagem pela polícia, ter sido assassinado por envolvimento no tráfico de drogas ou estar preso, ou em virtude de um contexto em que os pais estão separados a mãe denigre constantemente a imagem do pai para a criança. Nesses casos, o envolvimento dessas crianças e adolescentes com o tráfico de drogas pode ser decorrente de uma ignorância simbólica da lei, associada a outros fatores sociais, econômicos e psíquicos.

As discussões feitas até aqui apontam que é preciso refletir se o parágrafo único do artigo 3º do Estatuto, de que os direitos enunciados no Ecriad seriam aplicados a todas as crianças e adolescentes brasileiros, “sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia” tem sido realmente efetivo. Como afirmou Passetti (2000, p.371), o Estatuto “pretendia inaugurar uma nova prática, mudando os rumos da história, entretanto, uma lei promulgada será ineficaz se não estiver legitimada socialmente”.

3.2. Os entraves na atuação dos atores institucionais

Os CT e Creas trabalham em rede com outras instituições governamentais do município, tais como as escolas, o CRAS, US, Vara da Infância e Ministério Público, realizando os encaminhamentos cabíveis a cada caso, mediante a vulnerabilidade social identificada.

Também há tentativas de se trabalhar diretamente com as famílias, no caso dos Creas, quando se identifica que a criança está em risco social decorrente de um possível envolvimento com o tráfico. Por exemplo, se há relatos de que a criança tem servido de aviãozinho para o transporte de drogas a caminho da escola, os técnicos geralmente fazem uma tentativa de intervenção com os responsáveis, no sentido de alertá-los a não permitir que a criança vá à escola desacompanhada.

Nos casos em que é identificada uma vivência da criança no tráfico, quando ela não participa diretamente no tráfico, mas realiza os favores em troca de alimentos ou dinheiro, é recorrente algumas famílias não se espantarem ao saber de tal vivência por considerarem que a mesma faz parte do cotidiano comunitário. Nesses casos, os técnicos de referência dos Creas atuam junto

à família na tentativa de fazer com que os familiares compreendam que a criança está em risco social.

Via de regra, o CT é a primeira entidade a ter contato com os casos que, se houver necessidade de fortalecimento dos vínculos familiares, são encaminhados ao Creas. No entanto, técnicos de referência evidenciam uma falha na rede de atendimento quando o adolescente em conflito com a lei chega ao Creas pela primeira vez para cumprimento de uma medida socioeducativa por tráfico, no entanto, a sua trajetória no comércio de drogas começou ainda na infância. Alguns casos são referentes a adolescentes que, quando crianças, foram encaminhados ao CT após terem sido detidos pela polícia em posse de drogas, mas foram reintegres à família, sem receberem a medida protetiva e o devido encaminhamento ao Creas. Em outros, esses casos foram negligenciados pela direção de escolas que tomaram conhecimento de tal risco social na época, no entanto, não acionaram o Creas.

Os conselheiros tutelares entrevistados afirmam que utilizam o Estatuto para fazer os devidos encaminhamentos e medidas, entretanto, por vezes se veem impedidos de atuar como deveriam porque os equipamentos públicos falham na garantia dos direitos previstos na legislação. Há casos em que é considerada uma violação de negligência familiar, entretanto o contexto revela que houve, na verdade, uma violência institucional. Por exemplo, houve casos em que os pais foram denunciados por não garantirem o alimento à criança. Mas durante as visitas técnicas, foi identificado pelo CT que a falta de alimento ocorria porque a família não possuía condições financeiras de garantir o alimento e, quando o CT solicitou cesta básica no município, a prefeitura não tinha o alimento para oferecer. Nesse caso, o Estatuto prevê que o CT poderia aplicar uma medida de afastamento do convívio familiar para a criança, entretanto, seria uma forma de penalizar a família e a criança, pois o que há é uma violência institucional, quando o governo não garante a aplicação do Estatuto.

Assim, muitos conselheiros tutelares e técnicos de referência, de forma geral, se sentem impotentes diante da ausência de políticas públicas no município, ressaltando que grande parte dos acompanhamentos não tem continuidade, porque os encaminhamentos não resultam na superação das violações. Por exemplo, os trâmites burocráticos que prejudicam o acompanhamento dos casos, porque ao receber uma denúncia e repassá-la à DPCA, os casos demoram tempo demasiado na investigação, em decorrência de sua estrutura deficitária, com baixo efetivo policial.

Para os casos em que é observado o uso de drogas na infância, a fala geral é de que o município não possui a estrutura suficiente para atender esses casos, sobretudo aqueles em que a criança

apresenta um nível de dependência extrema. Isso porque o município não possui uma estrutura de internação clínica, de modo que esse serviço é realizado mediante acompanhamento semanal no Centro de Atenção Psicossocial Infanto-Juvenil (CapsI) e necessita do apoio familiar constante, muitas vezes ausente.

Quanto ao trabalho de prevenção ao envolvimento de crianças no tráfico, a maior parte dos atores institucionais acredita que esse trabalho fica prejudicado em função do baixo número de vagas disponibilizadas no tempo integral, bem como de projetos com atividades socioculturais, como o Cajun, que poderiam ocupar o tempo ocioso das crianças que passam muito tempo nas ruas, expostos mais facilmente ao comércio de drogas.

De modo geral, as falas traduzem um sentimento de frustração comum aos entrevistados, que se sentem impotentes ao lidar com os casos em que há a vulnerabilidade ao tráfico de drogas, pois, quase sempre, os casos perpassam uma série de violações de direitos, além do fato de que a demanda é superior à quantidade de profissionais destinados a realizar o acompanhamento dos casos. No caso dos CT, a reclamação é que a demanda de atendimentos é extremamente alta para a região a ser atendida, de modo que as visitas técnicas para averiguação das denúncias acabam sendo prejudicadas. Já nos Creas, a recorrência é que há um número elevado de famílias por dupla de referência, o que impossibilita a realização de um acompanhamento semanal em cada caso.

Ademais, há os casos em que os pais culpabilizam a atuação de conselheiros tutelares que agem no contexto da legislação, visando à garantia de direitos das crianças e adolescentes. Os registros nos prontuários de atendimento do Creas, falas de familiares e técnicos de referência apontam acerca da penalização dos pais que foram advertidos ou perderam a guarda dos filhos porque alegavam estar corrigindo os mesmos, por meio das agressões físicas. Inclusive, uma mãe reclamava em atendimento no Creas que estava recebendo ameaças do filho quando iria corrigi-lo por estar fugindo de casa para ficar no meio de traficantes. Segundo a mãe contou em atendimento no Creas, o menino, de 9 anos, disse que recebeu a instrução de um conselheiro para ligar para a entidade, caso fosse agredido novamente pela mãe, e estaria usando esse argumento como meio de impedir que fosse punido por ela após as fugas de casa.

Há também o relato de um pai que atualmente se recusa a prestar o devido apoio no acompanhamento dos dois filhos adolescentes, que cumprem medida socioeducativa por tráfico de drogas no Creas. Isso porque o pai declara que, no período da infância dos filhos, o CT atuou pela retirada da guarda da posse dele e a passou para a avó, pois o pai utilizava recorrentemente da agressão na tentativa de corrigi-los. Na época, o pai assumiu que batia frequentemente nos

filhos porque "não queria que eles virassem bandidos". E hoje o pai se recusa a comparecer ao Creas por acreditar que a atuação do CT facilitou a vivência dos filhos no tráfico de drogas, que se sentiram empoderados com a intervenção que tinha a intenção de protegê-los.

3.3. Lei do veterano X Lei do mais novo: *a inauguração de uma lei protetiva possibilitou a exploração da infância e adolescência pelo tráfico de drogas?*

A participação de crianças e adolescentes a serviço do tráfico de drogas, em Vitória, é um fenômeno social recente. Segundo traficantes e ex-trafficantes entrevistados, antigamente não se aceitava criança e adolescente no tráfico local porque isso poderia trazer prejuízos ao negócio ilícito. Acreditava-se que se a criança ou adolescente fosse pego em flagrante pela polícia, os mesmos não aguentariam as práticas de espancamento e tortura e, por conseguinte, delatariam os traficantes. Entretanto, após a inauguração de uma lei de proteção à infância e juventude, quando houve aumento do rigor na fiscalização dos Direitos Humanos, sobretudo quanto a esses atores, os traficantes encontraram uma maneira de aumentar o seu quadro de trabalhadores, aceitando, portando, a participação de crianças e adolescentes. Logo, a questão central que se quer levantar é a seguinte: a inauguração de uma lei protetiva possibilitou a exploração da infância e adolescência pelo tráfico de drogas?

A pesquisa *Crianças no narcotráfico: um diagnóstico rápido*, publicada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em parceria com o Ministério Público do Rio de Janeiro, em 2002, traz diversos dados acerca do envolvimento de crianças e adolescentes no tráfico de drogas, no estado do Rio. Entre eles, consta que até o início da década de 1990, traficantes do Rio de Janeiro não permitiam a participação de crianças no tráfico. Entretanto, a partir de 1996, houve um aumento considerável de crianças e adolescentes envolvidos no tráfico de drogas e, ainda, uma redução progressiva na idade desses indivíduos que iniciam a vida no crime.

O relatório aponta que, segundo dados coletados na 2ª Vara da Infância e Juventude carioca, o percentual de crianças e adolescentes no sistema aumentou de forma progressiva, a partir de 1996. Consta que, neste último, foram registradas 3.318 ocorrências cometidas por indivíduos menores de 18 anos. Um ano depois, esse número cresceu cerca de 50%, chegando a um total de 5.011 crimes. Já em 2000 foram 5.898 casos cuja responsabilização recaiu sobre crianças e adolescentes.

Essa pesquisa justifica que os traficantes cariocas não aceitavam crianças e adolescentes no tráfico antes de 1990 porque havia certo receio de desaprovação da comunidade, bem como a falta de experiências das crianças em realizar atividades ilícitas, sobretudo diante de confrontos com a polícia e facções rivais. Contudo, a redução dos custos financeiros por parte do tráfico com a apreensão de crianças e adolescentes e uma possível maior disponibilidade³⁶ desses atores para as atividades criminosas teriam sido os principais motivadores da mudança no quadro etário de trabalhadores a serviço do tráfico no Rio de Janeiro.

No Espírito Santo, ainda não foi realizado um estudo científico da dimensão deste realizado no Estado do Rio a fim de investigar como as estatísticas refletem a participação de crianças e adolescentes no tráfico de drogas antes e depois de 1990, ano de inauguração do Ecriad. O que se tem até hoje, no cenário capixaba, são publicações na mídia, acerca do aumento do número de adolescentes apreendidos, como uma reportagem do jornal A Gazeta, de 27 de fevereiro de 2007, na qual um levantamento feito pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos revelou que entre 2002 e 2003, o número de adolescentes internados passou de 122 para 331, o que significou um aumento de 171,3%. Um levantamento feito pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) (SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, 2013), no de 2012, apresentava um total de 747 adolescentes cumprindo medida socioeducativa de restrição de liberdade no Estado.

O Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo no Espírito Santo (2014) aponta que o número de adolescentes apreendidos por ato infracional análogo ao tráfico de drogas aumentou do ano de 2007 para 2013. Em janeiro de 2007, o sistema tinha 67 adolescentes apreendidos por tráfico, número que subiu para 151, em 2010, chegando a 182 no mesmo período de 2013.

Como é possível observar, os dados estatísticos apresentados acima acerca de tal realidade no Estado não são suficientes para fazer uma comparação entre tal realidade logo no início da inauguração do Estatuto e os dias atuais, embora as informações recentes deixem pistas de um crescimento considerável de adolescentes envolvidos com práticas ilícitas. No entanto, entrevistados na pesquisa de campo afirmam que, antes da dos anos 2000, havia um código de conduta no mundo do crime capixaba, chamado de “lei do veterano”, que proibia a aceitação de adolescentes e crianças no tráfico de drogas. Nas palavras de um ex-trafficante “antigamente,

³⁶ Quando a pesquisa trata sobre a maior disponibilidade de crianças e adolescentes, esse fator indica que esses indivíduos acabam ficando mais “inebriados” pela adrenalina decorrente do cotidiano no comércio de drogas. Assim, crianças e adolescentes seriam mais destemidos e estariam dispostos a realizar qualquer serviço ilícito em prol do tráfico de drogas.

de menor, o que acontecia, de menor não aguentava porrada. [...] um polícia pegava um de menor, espancava, ele caguetava até a avó do cara” (Trabalhador do tráfico 8).

O campo revela, portanto, que havia certo receio por parte do tráfico em aceitar adolescentes e crianças em função do risco de delações por parte desses indivíduos. O que não ocorria com os mais velhos e experientes, pois já estariam instruídos e com a “mente blindada”³⁷ para o crime. Outro indício da aceitação recente de garotos mais novos no tráfico em Vitória é o mesmo descoberto em pesquisa no RJ, de que os custos de uma apreensão de um adolescente para o tráfico seriam muito menores do que os de um adulto, tendo em vista que o Estatuto trata o ato infracional de maneira diferenciada do crime e as medidas socioeducativas são mais brandas, em relação ao tempo de internação, do que as penas de prisão. A fala de que o adolescente é colocado na linha de frente do tráfico, para assumir os riscos da prisão, foi muito frequente no campo, já que conforme a legislação o tempo de restrição de liberdade é menor para um adolescente apreendido em flagrante do que para um adulto, surpreendido pela polícia na mesma situação. Um dos interlocutores, inclusive, que se diz ser ex-trafficante e já passou quatro anos preso por tráfico de drogas afirmou que não volta para a *pista* do tráfico local em função do risco de passar muitos anos na cadeia, já que é adulto e seria reincidente. Na visão dele, o trafficante também analisa esse fator no momento de estabelecer quem serão os *vapores* da “boca de fumo” e que, nesse caso, adolescentes e crianças representariam menos prejuízos ao negócio ilícito.

Também é recorrente a percepção dos entrevistados de que a participação de crianças, com idades a partir de 8 a 11 anos, aumentou sobremaneira desde 2006. A Lei 11.343, a Lei da Drogas, foi criada em 23 de agosto de 2006, marco legislativo que endureceu as penas para os crimes de tráfico e, na visão de especialistas, é o grande responsável pelo aumento da população carcerária³⁸ desde então. Assim, o campo traz indícios de que pode haver uma relação entre o endurecimento das penas por tráfico e a aceitação de crianças no tráfico local, uma vez que não há previsão no Ecriad de medidas socioeducativas para indivíduos com idade inferior a 12 anos, pois são aplicadas somente medidas de proteção.

De um grupo de 14 jovens e adolescentes que cederam depoimento ou entrevista para a pesquisa de campo, na comunidade onde foi desenvolvida a pesquisa etnográfica, todos eles disseram ter

³⁷ Gíria utilizada pelos traficantes para traduzir uma mente preparada para o crime.

³⁸ Uma reportagem de janeiro de 2017 publicada no site da BBC Brasil apresenta dados do 27º relatório global da Organização *Human Rights Watch*, no qual consta que em 2005, 9% dos detentos no Brasil estavam detidos por crimes relacionados a drogas contra 28%, em 2014.

iniciado a participação no tráfico local (seja em função de uma vivência no comércio de drogas, por meio dos favores, seja por meio da venda de drogas) após a década de 1990. Até o patrão do tráfico local, atualmente com 35 anos, sendo o mais velho do grupo, iniciou no cargo de atividade, aos 13 anos, no ano de 1994, conforme é visto na tabela 5, a seguir.

Tabela 7 - Relação entre Idade/ano de início de envolvimento no tráfico de adolescentes e jovens entrevistados em comunidade de Vitória

Entrevistado	Perfil e idade do interlocutor	Idade/ ano que iniciou no tráfico
1	Jovem do tráfico, 22	11 anos/ 2005
2	Ex-trafficante, 32	15 anos/ 1999
3	Ex-trafficante, 30	15 anos/ 2001
4	Adolescente do tráfico, 16	12 anos/ 2012
5	Jovem do tráfico, 18	8 anos/ 2006
6	Ex-gerente do tráfico, 30	12 anos/ 1998
7	Patrão do tráfico, 35	13 anos/ 1994
8	Jovem do tráfico, 26	10 anos/ 2000
9	Jovem do tráfico, 20	17 anos/ 2013
10	Adolescente do tráfico, 15	11 anos/ 2011
11	Adolescente do tráfico, 15	11 anos/ 2012
12	Adolescente do tráfico, 15	11 anos/ 2012
13	Adolescente do tráfico, 16	11 anos/ 2011
14	Adolescente do tráfico, 17	10 anos/ 2009

Fonte: Os 14 interlocutores da pesquisa de campo.

Não se quer fazer aqui, com a apresentação desses dados, a afirmação categórica de que a inauguração do Ecriad possibilitou o envolvimento de crianças e adolescentes no tráfico de drogas. Até mesmo por que seria necessário um estudo mais aprofundado e comparativo nas comunidades, para avaliar com que idades as pessoas se envolviam no tráfico antes de 1990 e após esse período. Entretanto, o que se quer mostrar é que o campo traz pistas de que o tráfico de drogas, no empoderamento do princípio neoliberal – de investir naquilo que pode potencializar o seu lucro –, pode ter encontrado brechas para expandir o seu negócio e se reestruturar nas comunidades.

Inclusive, é recorrente no campo de que o tráfico de drogas de hoje não é o mesmo de décadas atrás. Há relatos da figura de um “traficante romantizado”, aquele associado ao herói no território, uma pessoa que além de ajudar a comunidade na garantia da segurança e das necessidades básicas, não permitia a presença de crianças no tráfico e que proibia o uso de drogas perto das crianças, como atitude de respeito aos moradores e à regra que antes existia de preservação da criança, enquanto um ser em desenvolvimento, que carece de um cuidado especial e, portanto, não deveria ter contato com as drogas.

Em contraponto, o perfil do traficante atual, o chamado “traficante contemporâneo”, é retratado no campo pela falta de referência nas comunidades, de forma geral. Antigamente, tinha-se referência de um único traficante na comunidade, que chefiava e se perpetuava no poder por anos, além de ter uma faixa etária mais elevada. No entanto, as falas dos entrevistados em geral apontam uma rotatividade nos cargos que antes não se via, além de ser demarcado pelo perfil de um traficante jovem no cargo de patrão, sendo que não existe mais referência de um único traficante no território, mas sim de vários, que disputam o controle da venda de drogas e disseminam o medo e violência nas comunidades.

Na visão de atores institucionais, de familiares e dos próprios trabalhadores do tráfico, o traficante contemporâneo não limita a faixa etária para participar do comércio de drogas, pois qualquer ator comunitário, de qualquer idade, pode ser arregimento no seu quadro de funcionários, seja por meio dos favores, seja pela função de vapor ou aviãozinho. É muito recorrente nas falas de familiares e moradores que hoje os jovens e adolescentes realizam o uso e a venda de drogas, a qualquer hora do dia, no mesmo local onde há crianças brincando, e não há problemas quanto a isso.

CAPÍTULO 4 – *SÓ COMPRA QUEM QUER, FI!:* O TRÁFICO COMO NEGÓCIO

A frase que inicia o título deste capítulo é de um jovem de 18 anos, ao explicar por que, na visão dele, o tráfico “rola”³⁹. Ele foi entrevistado no decorrer da pesquisa etnográfica em uma comunidade de Vitória e, na época, estava envolvido no tráfico de drogas local. Ao ser questionado sobre a palavra que definiria o comércio de drogas no município, ele foi rápido e categórico: *negócio*.

Para esse jovem, que possui vivência no tráfico local desde os 8 anos, o traficante, hoje considerado o protagonista da violência contemporânea, não passa de um comerciante ilegal que almeja lucrar sobre uma demanda de usuários que é real e exponencialmente alta.

Sabe por que o tráfico rola? A pessoa só vai comprar se ela quer, ninguém vai obrigar você se você não quer. Então, se o tráfico... “ah, tem que acabar”, não vai acabar. Enquanto tiver gente pra comprar, vai ter gente pra vender. Esse que é o segredo. Se acabar os usuários, acaba o tráfico. Quanto mais a demanda pede, fi, mais vai vim gente... entendeu? Nunca vai parar, fi. Só vai aumentar. (Jovem de 18 anos)

Todos os entrevistados neste estudo, conselheiros tutelares, familiares de jovens envolvidos com o tráfico desde a infância, os próprios jovens e moradores foram questionados sobre qual palavra, frase ou expressão representaria, para eles, o tráfico de drogas. Entre as respostas, sobretudo dentre as figuras institucionais e os familiares, estão *movimento organizado*, *violência*, *o que destrói a vida das famílias na comunidade*, *aquilo que está matando os jovens*, *reflexo da sociedade capitalista*, entre outras palavras e frases. Já os jovens e adolescentes entrevistados na fase da pesquisa etnográfica foram unânimes ao utilizar as palavras *negócio* e *trabalho*, bem como as variações *fonte de renda na favela* e *um modo ilegal de ganhar dinheiro*, além de trazer a figura do traficante como *um ganhador do pão dele* e *um correria*. É interessante observar que a fala institucionalizada remete aos impactos sociais causados pelo tráfico enquanto os depoimentos de quem vivencia o comércio de drogas estão no campo do econômico.

A partir do olhar de quem vivencia o comércio de drogas, o tráfico está despidido de moralismos e valores. Sob a ótica de Foucault (2008)⁴⁰, o tráfico de substâncias ilícitas é um fenômeno social que, a partir da ótica neoliberal, está imbricado de relações mercantis, uma questão

³⁹ Gíria que significa o mesmo que acontecer.

⁴⁰ Aula de 21 de março de 1979, cujo título do manuscrito é *A economia de mercado e as relações não mercantis*.

contemporânea que traz o problema da inversão das relações do social com o econômico. Neste estudo, analisam-se, em torno do estabelecimento do tráfico de drogas nas comunidades, as relações de poder que são exercidas no convívio entre traficantes e seus trabalhadores visíveis (crianças, adolescentes e jovens) e traficantes e moradores das comunidades, lugares onde o tráfico de drogas *administra a favela* por meio de seus mecanismos de poder. (FOUCAULT, 2008).

A *firma milionária*, expressão recorrente entre os interlocutores desta pesquisa de campo para denominar o tráfico de drogas, é uma empresa ilegal que não pede documentos, nem exige currículo daqueles que se candidatam a um posto de trabalho na “boca de fumo”. Assim, o tráfico de drogas exerce o poder disciplinar sobre os seus trabalhadores por meio de uma série de regras e de uma promessa de “ganhos fáceis”, atraindo-os para o movimento, na deficiência de uma política pública, bem como na insurgência de uma economia de mercado que dita o que é ser cidadão numa sociedade de consumo.

Se você for olhar, pro menino entrar num emprego é a maior burocracia. Eles pedem o jovem para arrumar um emprego, mas pede identidade, um monte de documento, experiência e o *caralho*... aí o menor mora no morro, quer um tênis caro, lá [*no tráfico*] não pede documento, é um modo rápido de ganhar dinheiro. (Morador 7)

A visão geral que se tem do tráfico de drogas é que este viabiliza um modo rápido de angariar lucros, já que este trabalhador ilegal recebe pelo *plantão*⁴¹ diário e atende uma demanda de usuários que é contínua e crescente. Entretanto, ao mesmo tempo, é um meio perigoso, pois inclui seus riscos e determina uma série de regras que o jovem, criança ou adulto precisa seguir para fazer parte da firma. Assim, ao contrário do que é tido no senso comum, o tráfico não é um ganho fácil, segundo já foi mostrado por Batista (2003), em sua tese de doutorado *Difíceis ganhos fáceis: drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro*. As crianças, adolescentes, jovens e adultos que estão envolvidos nesse negócio estão expostos ao perigo diariamente, não podem circular com liberdade pela cidade por conta dos inimigos que adquiriram em função da prática ilegal e precisam seguir uma série de regras rígidas, *andar pelo certo na favela*, ou seja, não vacilar, pois qualquer desvio do que é exigido pela *firma milionária* pode significar a própria vida. Contudo, qual é a estrutura que está para além do tráfico de drogas e que tem mobilizado

⁴¹ Palavra usada no tráfico para definir a escala de trabalho dos vapores, aqueles que realizam a venda de drogas na “boca de fumo”. Na comunidade em que a pesquisa foi desenvolvida, cada plantão era de 12 horas.

pessoas de qualquer idade, sobretudo adolescentes e jovens, a se envolverem nesse comércio ilegal e estarem dispostos a matar ou morrer, se necessário?

O campo revela a política neoliberal que movimenta o tráfico de drogas, uma visão pautada numa economia de mercado “em que não se trata mais de mexer e não mexer – como na política liberal [*grifo nosso*] – mas de ‘como mexer’ de forma a maximizar as tendências e as forças produtivas da sociedade.” (SILVEIRA, 2015, p.79) Pretende-se, portanto, analisar o tráfico de drogas e sua dinâmica sob a ótica comercial e não moralista, como de praxe. Mas sabe-se que é a partir do discurso moral que grande parte da sociedade julga aqueles que traficam drogas e espera convencê-los em deixar suas práticas ilícitas.

O próprio discurso jurídico é dotado de juízos de valores. De acordo com Foucault (2008), os reformadores do século XVIII pensaram a legislação numa lógica normativa, como se o indivíduo fosse seguir as normas preestabelecidas do convívio social porque assim seria compensador. Entretanto, o que está em jogo na criminalidade é a lógica pensada a partir do ponto de vista do homem econômico, ou seja, se o ato ilícito proporciona maiores lucros e ganhos do que os atos legais, é pelo caminho da ilegalidade que o mesmo irá optar, isso se o indivíduo estiver enquadrado no perfil do *homo oeconomicus*.

Pensando o crime a partir da lógica neoliberal, deixa-se de analisá-lo pela visão utilitarista – e também moralista, legalista, etc. – e passa-se a compreender a criminalidade mediante a ótica do mercado. Assim, o crime não é um problema moral (como muito se discute, de que o agente de práticas criminais comete crimes por falta de caráter, boa educação, etc.), assim como não é por uma questão de índole ou da natureza humana, como acreditam os adeptos da criminologia lombrosiana. Ademais, é preciso considerar que todo crime é político, na medida em que o legislador dita o que vem a ser um ato delituoso. Logo, o crime passa a ser uma invenção, assim como a figura do criminoso.

Nesse sentido, ao trazer esse cenário da criminalização de algumas condutas para o contexto contemporâneo, associado a uma lógica de mercado, pode-se compreender o comerciante de drogas como um homem econômico que é fruto de um sistema capitalista, em que o incentivo ao consumo, ao ter e ao desejo é cada dia mais recorrente. A figura do *homo oeconomicus* está exemplificada na fala de um jovem de 22 anos, que faz parte do tráfico em uma comunidade de Vitória:

Tipo, eu vejo muita gente ralando de bicho, trabalhando de bicho pra ganhar um salário suado que às vezes num [sic] dá nem pra pagar um aluguel, fazer uma compra, enquanto tem vários *filha da puta* pra esses lado aí, de terno, falando que tá defendendo o Estado, o País... e eles rouba dinheiro de bicho. Dilma botou nós numa crise sinistra, então, é isso daí, cada vez mais o traficante já não vai querendo, não vai achando uma boa escolha ser trabalhador. (Jovem de 22 anos)

Na visão do jovem, não compensa, pensando em termos mercantis, ser um trabalhador pelas vias legais, uma vez que o trabalho socialmente reconhecido não possibilita ao jovem de uma comunidade ter acesso à sociedade de consumo, a qual ele almeja pertencer. Ademais, a fala remete a uma questão simbólica, já discutida no capítulo 1, de que o governo não assume a sua responsabilidade parental (NEDER, 2004). Assim, se os representantes do Estado estão “roubando dinheiro de bicho”, o jovem não consegue reconhecer nessas figuras de autoridade – responsáveis por transmitir, no plano simbólico, as referências de boa convivência e conduta sociais – um exemplo a ser seguido. Feffermann (2006, p.93), que também discute o cotidiano dos jovens trabalhadores do tráfico de drogas em São Paulo a partir da visão de mercado, afirma que “na juventude, a falta de referência da autoridade, da lei, tem efeito direto.” Ou seja, é preciso considerar que o imaginário social tem um peso na constituição do sujeito enquanto cidadão.

No decorrer deste texto, serão discutidos o tráfico de drogas e sua dinâmica no município de Vitória, bem como as etapas de envolvimento de crianças e adolescentes nesse comércio ilícito a partir da ótica do mercado e do trabalho, estabelecendo conexões entre o campo empírico e a analítica foucaultiana a respeito das relações de poder.

4.1. A dinâmica do tráfico de drogas em Vitória

Uma das características mais visíveis do tráfico de drogas em Vitória é a violência decorrente dele. São frequentes as notícias veiculadas na mídia relacionadas a adolescentes e jovens assassinados em função de disputas entre traficantes. Ou ainda, pessoas de qualquer idade vítimas de homicídio por conta de dívidas de drogas. Freitas (2016) explica, a partir de depoimentos de adolescentes internados em regime de restrição de liberdade na Grande Vitória, que o tráfico local se comporta de maneira atípica a outras metrópoles, como São Paulo, onde o número de homicídios é menor em função do nível de organização dos grupos criminosos, que preferem atuar de forma mais política na criminalidade, não colocando o homicídio como

maneira prioritária para resolver seus conflitos, uma vez que o alto número de mortes prejudica o bom funcionamento do negócio e os lucros da organização. De acordo um depoimento citado por Freitas (2016, p. 63), uma das falhas do tráfico de drogas local seria a resolução de conflitos por meio dos assassinatos e das guerras, conflitos, na maioria das vezes, que ocorrem porque uma “boca de fumo” quer ser mais próspera do que a outra.

Você já viu em São Paulo? Em São Paulo, os traficantes, de São Paulo tudo, eles não têm guerra entre eles. Eles ganham dinheiro assim. Eles têm guerra com polícia. Que é o PCC, a irmandade. Então, eles têm problema com a polícia. Agora no Rio e em Vitória é porque eles têm guerra entre facções assim, eles, entendeu? Um quer tomar a boca do outro. “Olho grande”. Por causa disso que gera isso aí, todo dia morre gente.

Tanto o jovem de Vitória que mata o rival em função de uma disputa pelo comércio de drogas quanto o traficante de São Paulo que opta pela via mais política, de só cometer homicídios em último caso envolvendo o seu negócio, tomam tal decisão baseados numa perspectiva neoliberal, uma vez que o fazem visando ao lucro e em função de sua ambição pelo dinheiro que o comércio ilícito lhes oferece. Grande parte dos trabalhadores do tráfico de drogas é considerada refugo humano (BAUMAN, 2005) ou o que o autor chamou de consumidores falhos, aqueles que não estão inseridos na sociedade de consumo porque não têm poder de compra. Logo, se eles não têm poder aquisitivo, não são reconhecidos como cidadãos e, assim, não se sentem na obrigação de cumprir as regras sociais para um bom convívio em sociedade, uma vez que, simbolicamente, não estão inseridos nela.

As disputas entre traficantes de regiões diferentes denotam que a organização no comércio de drogas se dá por território. Segundo os jovens entrevistados, cada comunidade tem o seu *ritmo*, ou seja, o seu jeito de fazer o tráfico funcionar. Em algumas regiões, a divisão do território ocorre por ruas, de maneira que há grupos rivais dentro de um mesmo bairro. Em outras localidades, a separação se dá por bairro.

Esses conflitos de território, além de impactar a vida desses adolescentes e jovens, também influenciam na rotina de atendimentos no Creas. Mediante uma assistente social da instituição, adolescentes de um determinado bairro de Vitória que têm conflitos com os bairros próximos não podiam receber atendimento socioeducativo junto com outros adolescentes em conflito com a lei que também cumpriam medida socioeducativa em meio aberto dentro do Creas. Isso porque poderiam correr riscos de vida em função das ameaças e rivalidades. “[...] é uma coisa que limita o acesso às atividades, porque como é que o menino vai sair desse meio e circular

pela cidade? Porque eles andam escondido, tem meninos que vem de táxi porque têm medo de vir de ônibus”. (Assistente social 1).

É recorrente entre moradores do bairro onde ocorreu a pesquisa etnográfica que os conflitos de território não prejudicam somente aqueles que têm envolvimento no tráfico, mas atinge também aqueles que não participam do comércio de drogas.

Antes era a polícia contra os marginais, agora é polícia contra os marginais e os marginais contra outros marginais, e a cada dia que passa vai aumentando a guerra. Por quê? Porque o que tá [sic] aqui quer conquistar o que tá [sic] lá, que quer conquistar o outro... só ir tomando a boca do outro. E você sabe que para isso eles não têm dó. Eu moro aqui desde que nasci, então eu sei sempre onde que eu devo ficar. Se eu sei que não posso ir ali, eu não vou. [...] Porque já teve [sic] pessoas que foram pro [sic] lado de lá e acabaram morrendo, mesmo não sendo nada a ver [*com o tráfico*]. (Morador 4)

Assim, o campo revela que a característica marcante do tráfico de drogas em Vitória é a rivalidade intensa em função da disputa por território. Contudo, também pode haver certa união entre alguns bairros de uma mesma região, caracterizada pelo que eles chamam de *fechamento*⁴² entre as bocas de fumo, mesmo que não sejam chefiadas por um mesmo patrão. Quando um bairro *fecha* com o outro, isso significa que não há guerra entre eles mediante um acordo de paz e respeito simultâneo. Isto é, os integrantes das bocas de fumo podem circular livremente entre as comunidades desde que respeitem o comércio de drogas local. Em casos de conflitos com inimigos, uma “boca de fumo” pode *fortalecer* a outra com pessoal e armamento.

Por exemplo, na comunidade onde foi desenvolvida a pesquisa etnográfica há duas bocas de fumo, lideradas por um único chefe que está em liberdade enquanto o parceiro/sócio dele se encontra preso em um presídio de segurança máxima fora do Estado. O patrão do tráfico que está em liberdade administra as duas bocas de fumo, no entanto, só é dono realmente de uma parte delas, pois o precursor do movimento no bairro está encarcerado há muitos anos. Atualmente, as duas bocas de fumo possuem esse acordo de paz e respeito simultâneo com os outros seis bairros do complexo de comunidades que forma essa região e todas as ações a serem executadas em prol do tráfico local são controladas e passíveis de autorização prévia, inclusive, aquelas referentes ao cometimento de assassinatos e acertos de contas.

⁴² Nas entrevistas realizadas por Lyra (2013) com adolescentes e jovens que participaram do tráfico no Rio de Janeiro, também é comum a utilização da gíria “fechar” que “assume o significado de se aliar, solidarizar ou firmar um acordo” (LYRA, 2013, p.170).

O próprio patrão da comunidade declarou que o baixo número de homicídios na região é decorrente de sua estratégia para não ter prejuízos financeiros. Ele está ciente que assassinatos atraem a atenção da polícia para o bairro, assim como matar policiais desencadearia uma guerra contra o Estado, o que poderia motivar um número recorrente de incursões policiais no morro, prejudicando, portanto, a paz na comunidade e também a venda de drogas. Desse modo, é possível observar que a cautela em cometer o crime de homicídio não implica questões morais, mas sim econômicas, uma vez que desencadear conflitos por conta do tráfico de drogas atrapalha o bom funcionamento do negócio ilícito⁴³.

Além de evitar mortes, o patrão mantém o controle de sua conduta no dia a dia, a fim de não despertar a atenção da polícia. Ele também realiza pesquisas e estudos, tudo em prol do mercado de drogas, lê frequentemente biografias e assiste a filmes a respeito de grandes criminosos e os erros que os mesmos cometeram. “Eu estudo como a polícia age, como ela faz pra investigar, então eu sei que eu não posso ficar drogado numa festa, que se começar a matar, vai atrair polícia pro [sic] morro, então eu estudei muito sobre o crime, e sei que tem que ser ruim nessa vida”. (Patrão do tráfico, 35 anos)

4.2. Andar pelo certo na favela: a docilização do corpo como dispositivo disciplinar

O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe. Uma “anatomia política”, que é também igualmente uma “mecânica de poder”, está nascendo, ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos dóceis.

(Foucault, 1987, p.119)

⁴³ O interessante é que durante a entrevista com o patrão, ele não chegou a assumir explicitamente que o seu maior interesse em não desencadear guerras se dava por conta do negócio. Mas a sua justificativa principal era de que matar ia de encontro aos seus princípios cristãos, porque era um homem “errado”, que “destrói vidas”, mas que carrega “Deus no coração”. De acordo com o traficante, todas as vezes em que ele se vê diante de uma situação em que se vê obrigado a mandar matar, nas palavras dele: “eu oro a Deus e se ele me manda não matar, eu não mato”.

O principal pré-requisito para fazer parte da *firma milionária* é *andar pelo certo na favela*, expressão que significa *não vacilar na boca*. De acordo com os interlocutores, o tráfico não estipula faixa etária mínima para trabalhar na firma, nem exige qualquer experiência no crime, conforme já foi citado. Entretanto, para se tornar um trabalhador nas escadarias e morros é preciso seguir o preceito básico, *andar pelo certo*, que vai ditar a sua conduta na comunidade e determinar o que pode e o que não pode ser feito e de que maneira o comércio de drogas deve ser executado.

Em Foucault (1987), o autor esclarece que em meados do século XVIII surgiu o poder disciplinador dos corpos, na intenção de transformar o homem comum em um homem máquina, que tivesse o seu potencial produtivo explorado ao máximo a serviço do poder econômico. Foi o momento da “descoberta do corpo como alvo de poder” (FOUCAULT, 1987, p.117). Período em que, de acordo com o autor, tornou-se sabido que um corpo adestrado e treinado é mais facilmente manipulável e obediente e, logo, mais hábil e útil. E é nesse entendimento que, mediante Foucault (1987, p.118) surgem as disciplinas, que são “métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que racionalizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõe uma relação de docilidade e utilidade”.

Na comunidade estudada, é visto que o poder disciplinar é exercido nas relações entre aqueles que fazem parte do tráfico de drogas. Foucault (1987) afirma que a disciplina fabrica quatro diferentes formas de individualidade. A primeira delas é a celular, em função do controle pela divisão territorial, característica observada no tráfico de drogas local, pois o lugar heterogêneo a todos os integrantes do tráfico, onde são facilmente controlados pelo poder disciplinar sob o comando do gerente da “boca de fumo”, é a *pista*, que pode ser numa rua ou escadaria, onde se realiza o comércio de drogas.

O segundo tipo de individualidade é a orgânica, que neste contexto, é aquela decorrente da codificação das atividades a serem realizadas pelos trabalhadores do tráfico. Na comunidade pesquisada, cada jovem, adolescente ou criança a serviço do tráfico é responsável por uma atividade diferente: a criança, chamada de *formiguinha*, é aquela que faz os corres, favores ou mandados em troca de dinheiro ou lanches; já a criança ou adolescente que ainda não é do tráfico, mas já ganhou a confiança do patrão da “boca de fumo”, pode ficar no cargo de *atividade*, que seria vigiar a comunidade e avisar quando os policiais estiverem em incursão no morro; há também o *vapor*, que realiza a venda de drogas na pista sob um regime de plantão e, por fim, o *gerente*, responsável pela supervisão dos vapores e por repassar o dinheiro ao patrão.

Nessa divisão das atividades, a criança ou adolescente pode começar pelos favores e, na medida em que *mostra na prática*⁴⁴ que está apta a participar do tráfico de drogas, pode ser promovida de cargo.

Sobre essa característica, Foucault (1987, p.132) afirma que é semelhante ao que ocorre na organização militar, cujo objetivo é “[...] recrutar os soldados desde muito jovens, tomar crianças [...] ensinar sucessivamente a postura, depois a marcha, depois o manejo das armas, depois o tiro e só passar a uma atividade se a anterior estiver completamente adquirida.”

Já o terceiro tipo de individualidade é genética, decorrente da organização do tempo. Na “boca de fumo” onde foi desenvolvida a observação de campo, os meninos trabalham em plantões semanais, de 12 horas cada, sendo que a frequência para cada um deles pode variar de uma a duas vezes por semana. Nesta “boca de fumo”, o número de jovens e adolescentes na função de *vapor* era alto, por isso, a frequência usual era de uma vez na semana. Durante as visitas a esse local de práticas ilícitas, em dias diferentes, havia sempre adolescentes e jovens diferentes. E eles eram tão disciplinados que, no horário de plantão, só havia espaço para ceder um depoimento caso o gerente da “boca de fumo” concedesse o seu aval com o olhar de aprovação. Mesmo assim, havia a preocupação em não estender muito a sua fala por estar em turno de trabalho.

Por fim, a quarta individualidade produzida pela disciplina no contexto do tráfico de drogas é a combinatória, pela composição das forças, cujo objetivo é, mediante Foucault (1987, p.138) “construir uma máquina cujo efeito será elevado ao máximo pela articulação combinada das peças elementares de que ela se compõe.” Assim, o poder disciplinar no tráfico de drogas não pretende somente estabelecer um cerco territorial onde os seus trabalhadores estarão concentrados e, portanto, serão mais facilmente vigiados, bem como não visa apenas recompor seus corpos em funções diferentes e organizar o tempo, mas sim, na junção de todas as individualidades produzidas, potencializar suas forças a fim de obter uma máquina eficaz para seu negócio. Assim, essas crianças, adolescentes e jovens são como ferramentas de trabalho.

Ao contrário do que pensa o senso comum, não são vistos ali jovens e adolescentes indisciplinados, desrespeitosos e que *não teriam nada a perder* e, por isso, representariam uma ameaça aos moradores da comunidade. Para ser um integrante no comércio de drogas é preciso

⁴⁴ Mostrar na prática é uma expressão utilizada entre os traficantes para explicar que o adolescente, jovem ou criança é digno de confiança para trabalhar no tráfico de drogas.

cumprir as regras do tráfico: 1) Não roubar dentro do próprio bairro; 2) Não cobiçar a mulher do amigo; 3) Respeitar o morador/ Não proferir xingamentos ao morador/ Não usar drogas perto de morador; 4) Não denunciar o tráfico (X-9); 5) Não atirar em policiais a não ser em legítima defesa; 6) Não matar a não ser que esteja autorizado pela chefia; 7) Não roubar a “boca de fumo”; 8) Não fumar crack; 9) Não fazer acordos com policiais; 10) Não matar por dinheiro (pistolagem); 11) Não presepá (se comportar de modo inadequado na comunidade, como causar escândalos e confusão); 12) Não falar mal do irmão (parceiro) e 13) Não *jogar o irmão na bola* (atentar contra a vida do parceiro).⁴⁵

Desde a infância, quando se inicia uma aproximação com o tráfico de drogas, já são transmitidas para a criança o pacote do *andar pelo certo na favela*, equivalente aos *10 mandamentos* do crime, expressão simbólica utilizada pelos interlocutores para se referirem às regras do tráfico e que ultrapassam o número das 13 aqui listadas. Se a criança cresce com uma mente voltada para a criminalidade, descontroladamente, na intenção de roubar e matar, o traficante entra em ação na tentativa de *agir na mente do menino* para que, ao crescer, ele não desrespeite as regras do tráfico e saiba exatamente onde poderá roubar e quando poderá matar. É o momento de *lapidar a mente* da criança, quando o traficante observa que a criança possui os atributos que o fariam ser um trabalhador eficaz a serviço do tráfico e, portanto, passa a incentivá-lo na intenção de que, no momento adequado, o garoto integre o quadro de funcionários da *firma milionária*.

De acordo com Foucault (2006), o sujeito é constituído a partir de sua inserção nos “jogos de verdade”⁴⁶, decorrentes da articulação entre processos de subjetivação (a relação do sujeito consigo mesmo) e de objetivação (a maneira como o indivíduo torna-se objeto de saber). Trazendo a analítica do autor para o contexto aqui analisado, pode-se compreender que a criança com uma vivência no tráfico passa a ser constituída enquanto sujeito a partir das técnicas de sujeição que produzem práticas discursivas instrumentalizadas aos mecanismos de poder do tráfico. Assim, os discursos de verdade produzidos nas relações de poder do comércio de drogas fazem com que a criança torne-se um objeto para o saber da ilicitude dentro do contexto em que ela está inserida.

⁴⁵ As regras citadas foram apresentadas pelos trabalhadores do tráfico entrevistados no decorrer da pesquisa de campo.

⁴⁶ Para Foucault (2006), os “jogos de verdade” constituem a maneira pela qual as práticas discursivas podem se tornar verdadeiras ou falsas mediante o contexto em que estão situadas. Nas palavras de Foucault (2006, p.238), esses jogos “abrem um campo de experiência em que sujeito e objeto são ambos constituídos apenas em certas condições simultâneas, mas que não param de se modificar um em relação ao outro e, portanto, de modificar esse mesmo campo de experiência.”

O *lapidar a mente*, portanto, seria fazer com a criança compreenda, desde a mais tenra idade, como deve ser o seu comportamento dentro da comunidade, de modo que, aquelas práticas discursivas tornam-se verdadeiras para ela. Se a criança quer participar do tráfico, ela precisa *respeitar o morador*, que inclui não fazer xingamentos, tratar bem as pessoas da comunidade, ajudando-as a carregar as sacolas de compras, sendo solidário no cotidiano comunitário. Analisando esse ponto sob a ótica foucaultiana, a ideia é instruir um trabalhador dócil, obediente, que não irá trazer problemas para a organização criminosa, uma vez que será bem quisto pela comunidade, onde o comércio de drogas acontece diariamente. E para que o tráfico flua sem problemas, é necessário que haja uma relação saudável com os moradores, relação que será melhor discutida no próximo tópico.

O mandamento que diz respeito à droga de uso proibido pelos trabalhadores no comércio de drogas é antigo e possui uma explicação lógica, baseada no lucro e na viabilidade ao funcionamento do comércio de drogas. O motivo principal é que o crack é uma substância psicoativa que atinge a lucidez do indivíduo e, logo, poderia levá-lo a causar um *derrame*⁴⁷ na “boca de fumo”. Embora a cocaína não tenha sido oficialmente proibida, a maioria afirma fazer uso somente da maconha, pelo fato de a cocaína não ser mais recomendada. Há tempos atrás, nesta comunidade, quando o plantão individual funcionava a cada 24 horas e o trabalhador do tráfico precisava ficar acordado por um tempo prolongado, era permitido que cheirasse a cocaína, pois esta droga o deixaria desperto a noite toda para executar bem a sua função. Contudo, atualmente o plantão é de 12 horas nesta localidade, o que possibilita o surgimento de um novo mecanismo de controle, uma nova disciplina, a fim de garantir e potencializar a fluidez no comércio de drogas, que é a recomendação de que também não se use a cocaína.

[...] pó também, nós num pá... num aconselha o cara a também cheirar. Porque as droga que se você deixar viciar, perde tudo, perde até sua vida. Porque você alucinado de droga faz doideira, faz coisa que você totalmente de cara você não faz, ainda mais num crack, na cocaína, quanto mais a pessoa usa, mais ela quer. Ela faz doideira, chega aqui e rouba uma parada nossa aqui, você entende? Ou num corre de pinote, eles vai e ... *nóis* deixa alguma coisa cair, eles pega, num devolve, ou vê *nóis intocando* uma parada, vai lá onde *nóis intocou* e pega, *num* tem? Coisa tipo como, que eles de cara, eles num vai fazer uma parada dessa. Agora, alucinado eles já faz. E infelizmente *nóis* tem que cobrar. (Jovem de 21 anos)

⁴⁷ Derrame é uma gíria utilizada no meio do crime que significa dar um prejuízo para a “boca de fumo”. Numa situação hipotética, seria o vapor pegar uma carga de drogas para vender e, ao invés de comercializá-la, usar toda a droga e não conseguir realizar o acerto de contas com o gerente.

Foucault (1987) também disserta sobre um “pequeno mecanismo penal” que é próprio dos sistemas disciplinares. O autor afirma que um sistema disciplinar possui suas próprias leis, bem como suas maneiras exclusivas de punir, como ocorre no tráfico de drogas, que penaliza os infratores das regras estabelecidas pelo movimento. Quando o jovem disse *infelizmente nós tem que cobrar* significa que existe uma série de sanções impostas aos corpos indisciplinados que, obrigatoriamente, são aplicadas. Um exemplo acerca do funcionamento do mecanismo penal do tráfico em Vitória foi dado por um jovem de 20 anos que cedeu entrevistas na segunda fase desta pesquisa de campo. Ele se envolveu no tráfico quando tinha aproximadamente 8 anos de idade e, logo no início de seu envolvimento, teria sido obrigado a matar um usuário de drogas que estava com uma dívida na “boca de fumo”. Em um trecho da entrevista, realizada no dia 12 de abril de 2016, o jovem contou como foi a experiência de cometer o primeiro homicídio pelo tráfico de drogas:

[...] Eu era pequeno. Entrei e continuei no tráfico. Aí depois que chegou uma hora que o cara vacilou lá, pegou as droga [sic] dos cara e fumou tudo, e falou que não ia pagar... aí os cara foi lá na casa do cara, buscou ele, levou lá pro morro, numa mata, aí *chamou eu* e falou “aqui, você vai aprender a atirar. Mata esse cara aí que ele vacilou no morro”. Aí eu peguei e falei “não quero matar, não”, aí ele falou “se você não matar, eu vou atirar no seu pé”. Aí eu falei “então tá bom”, eu peguei só virei o rosto e atirei. Dei dois, pegou no peito. Aí ele caiu, depois eu saí andando.

Você já sabia manusear a arma?

Sim.

A primeira pessoa que você matou foi aquele dia?

É.

E depois?

Eu me senti muito mal. O corpo pesado...

Mas aí você continuou...?

Continuei.

Eles conversaram com você depois?

Não conversaram. Cada um ficou num canto dele, mas ninguém ficou falando negócio de morte.

Relatos que expressam a violência com que os traficantes punem aqueles que infringem suas leis foram muito comuns no decorrer da pesquisa de campo. Um ponto interessante desses relatos é que os próprios jovens que sofrem as sanções do tráfico por terem transgredido as regras não demonstram guardar qualquer rancor em relação à punição aplicada contra eles, fato que denota que as práticas punitivas não impactam nas relações sociais. Um adolescente que cumpria medida socioeducativa em uma das unidades dos Creas estava com o corpo marcado por hematomas na ocorrência da entrevista, no dia 26 de abril de 2016. As marcas eram

decorrentes de uma surra de traficantes locais, em função de dívidas que ele tinha na “boca de fumo”, pois já havia chegado a um nível extremo de dependência química da maconha e cocaína. O adolescente, que admitiu ter começado a fazer favores ao tráfico aos 7 anos, contava com naturalidade sobre as diversas surras que levou de traficantes e considerava normal esse tipo de procedimento, já que, na visão do adolescente, ele estava errado por ter contraído a dívida e, por outro lado, o traficante cumpria a exigência punitiva de uma regra, que é de conhecimento comum a todos os participantes da *firma milionária*. O mesmo adolescente, dois meses antes, havia sido atingido com um tiro em uma das mãos, em função do cometimento de um furto no bairro para o uso de drogas. E mesmo após essas ocorrências, quando queria consumir a droga, ele era acolhido pelos mesmos traficantes que o surravam no momento da infração.

Assim, é visto que o homem econômico está bem delimitado no campo do tráfico de drogas, pois os seus integrantes são capazes de perceber o que compete à firma milionária enquanto empresa ilícita e as regras que lhe são pertinentes na condição de trabalhadores a serviço do comércio de drogas.

Apesar de a proibição do uso do crack e a recomendação de se evitar o uso de cocaína tenha ficado bem clara entre a maior parte dos interlocutores, alguns declararam que caso o integrante do tráfico mostre na prática que o uso de crack ou cocaína não prejudica o seu desempenho no plantão, ele pode permanecer na sua função. O campo revela que esse mecanismo de controle pode ser flexibilizado em função de angariar lucros para a organização. Ou seja, em função de uma visão neoliberal, visão de mercado, uma regra pode ser rompida se a sua quebra significar aumento dos lucros. Assim, pode-se analisar que o integrante do tráfico é *pau pra toda obra* ou *uma ferramenta de trabalho* que não tem o seu potencial reduzido em decorrência do uso de crack, tal regra é flexibilizada. Ou seja, os discursos de verdade do tráfico são produzidos e modificados de acordo com o contexto em que estão inseridos, de maneira que irão influenciar na constituição do sujeito enquanto trabalhador a serviço do tráfico de drogas.

[...] a pessoa usar crack, esses negócio [sic], fica mal visto. [...] Não é recomendado. A não ser se a pessoa for muito *bão* e um grau de periculosidade, aí... eles *sabe* que a pessoa é daquele jeito, mas é pau pra toda obra. É tipo uma ferramenta de trabalho [risos]. Que pode contar. (Ex-traficante)

O importante é você não presepá. Se você fumar pedra, você pode ser da boca, se você não presepá. Só não vacilar, fi, independente da droga. No caso, aqui em Vitória,

no Rio [*de Janeiro*]⁴⁸ já é diferente. Lá, depende muito da favela, depende do lugar que você esteja, depende da droga... tem lugar lá que não pode usar nem loló. (Jovem de 18 anos)

A flexibilização dessa regra ocorreu com o jovem de 20 anos. Próximo dos seus 11 anos, tornou-se um usuário de crack, no entanto, continuava trabalhando para o tráfico como *aviãozinho* porque ele executava bem a função, apesar do uso abusivo de drogas. Ele chegou a sair da “boca de fumo” onde trabalhava para traficar em outra região, no entanto, foi convidado a retornar ao tráfico de origem. Ou seja, embora o jovem estivesse, a priori, numa situação não bem vista para ser trabalhador do tráfico, ele era uma ferramenta de trabalho eficaz a serviço do comércio de drogas e, por isso, era aceito como tal. Inclusive, ele destacou que um dos motivos de ele ser muito solicitado pelo tráfico para o serviço de *aviãozinho*, é que ele era considerado um jovem *safo*, gíria que remete ao fato de ele conseguir fazer o transporte da droga de um bairro a outro e não ser pego em flagrante pela polícia.

A partir dos pontos aqui levantados, pode-se compreender que não se trata apenas da existência de regras, mas sim de por que tais normas foram colocadas. O objetivo maior, então, não é o cumprimento da regra em si, mas o surgimento de uma disciplina que dê conta de potencializar as forças do trabalhador do tráfico enquanto instrumento que esteja à disposição do tráfico de drogas.

4.3. Os dispositivos de segurança (*Foucault*) do tráfico para administrar bem a favela

Favela é boa escola, mas não se deve roubar.
(Jovem do tráfico, 21 anos)

A regra que determina a proibição de se roubar dentro da comunidade é uma das mais importantes, mediante os jovens entrevistados. Trata-se de uma estratégia do poder disciplinar exercido pelo tráfico de drogas a fim de garantir um bom relacionamento com a comunidade em geral. Na visão de um jovem do tráfico, de 21 anos, a maior parte dos moradores – cerca de

⁴⁸ Lyra (2013, p.140-141) explica que, segundo depoimentos de adolescentes que participaram do tráfico de drogas no Rio de Janeiro, o uso de crack é proibido “a fim de evitar que o jovem utilize todo seu estoque, o que é imperdoável se ele não dispõe de recursos para saldar a dívida”.

80% da comunidade – é simpática ao tráfico de drogas. Obviamente, esse percentual não representa a realidade, pois o jovem não fez a afirmação com base em dados concretos, mas sim a partir da sua percepção. Contudo, sua explicação funda-se no fato de que os traficantes deixam a favela *de soci*, gíria que significa um ambiente seguro para se viver.

Outro jovem do tráfico local, de 18 anos, contou que nasceu e cresceu no bairro e salientou que o que mais gosta na comunidade é a tranquilidade que se tem em função da existência do tráfico de drogas na região, que, para ele, administra bem a favela na intenção de garantir a segurança dos moradores. “Você pode deixar a casa aberta que ninguém vai entrar pra pegar nada seu, *fĩ*. E se pegar, você pode procurar que *cê* acha e vai ser cobrado, *fĩ*. *Ixi!* O lugar mais tranquilo, *vêi*, mais tranquilo pra se viver. Uma coisa que eu te falo, morar aqui é tranqüilão” (Jovem de 18 anos).

Foucault (2008) disserta sobre de que maneira o poder reage a questões sociais como o roubo, de modo a criar dispositivos de segurança a fim de combatê-lo ou reduzir a probabilidade de sua ocorrência. E o dispositivo de segurança criado pelos traficantes a fim de conseguir estabelecer o seu comércio nas comunidades, com a conivência de grande parte dos moradores, é a regra que versa sobre a proibição de se roubar dentro do bairro. Primeiro, o tráfico de drogas estabelece a norma⁴⁹ que proíbe tal prática no território onde está estabelecido e, com vistas a garantir seu cumprimento, o movimento impõe penalidades aos que infringirem tal regra, que vão desde espancamentos, lesões graves (tiro nas mãos, quebrar as pernas) até a morte. Dessa maneira, o tráfico garante a disciplina. E, tendo a disciplina, o movimento garante a segurança no bairro, bem como uma boa relação com os moradores.

A previsão de que o cuidado com a segurança seria uma ação biopolítica fundamental neste século foi feita por Foucault (2008). A população que está sob o jugo do biopoder de determinado governo – seja representado no Estado, seja exercida por outra figura de autoridade local – deseja que a sua segurança seja garantida. Assim, o traficante, representando a figura do Estado no território, é reconhecido como aquele que “faz viver”, uma vez que garante a ordem na comunidade e é o encarregado de promover a vida daquela população, vida que sobrevive, fundamentalmente, sob a égide da segurança a qualquer custo. Ao mesmo tempo, é o traficante a figura que “deixa morrer”, uma vez que muitos pagam com a vida a consequência decorrente de uma infração no tráfico de drogas. É aquele que dá as ordens de vida e de morte e que

⁴⁹ Foucault (1979) diferencia lei da norma, sendo esta geradora de um código de condutas que não está no campo jurídico, mas sim no social.

autoriza quem pode matar e aqueles que devem morrer. Ou seja, o traficante permite morrer aqueles que poderiam perturbar a ordem social estabelecida pelos mecanismos de poder do tráfico de drogas.

Como a comunidade das favelas não reconhece a proteção na polícia, já que esta não está presente no dia a dia do bairro – a não ser pela repressão –, os moradores transferem a responsabilidade protetiva para o tráfico local, que é constante no seu cotidiano. Numa entrevista realizada com um adolescente de 15 anos, que cumpria medida socioeducativa em meio aberto no Creas, no dia 20 de abril de 2016, ele deixa pistas de que não se trata somente da presença diária do tráfico na comunidade, mas também dos vínculos decorrentes das redes de sociabilidade entre traficantes e moradores. Os traficantes não são figuras externas à comunidade, mas fazem parte dela, lugar onde nasceram, cresceram e criaram laços de amizade. Laços que podem até ser esgarçados em função da carreira criminal, mas não rompidos de fato, pois há um conhecimento.

Pesquisadora: Como você vê a polícia?

Adolescente: Ähn, polícia... polícia não faz a segurança de ninguém não. Pra vocês, vocês acham né, que faz segurança?

Pesquisadora: Por que você fala “vocês”?

Adolescente: Vocês porque, tipo, você não mora na favela... não é mesma coisa de rua e favela. Porque quem faz a segurança no morro é os cara [sic]. Que tá ali vendendo, quem faz a segurança é eles. Que tipo, se chegar um doidão lá, pagar de louco comigo lá, “qual é rapaz, você me roubou lá, não sei o que”, ele já tá me acusando de uma prova que não foi eu. Aí, fi, eu já vou chegar pros cara e vou falar “aí, esse cara tá dando uma ideia errada, aí,oh”. Eles vão me defender porque eu sou morador e conheço os cara. (Adolescente em conflito com a lei, de 15 anos)

Foi recorrente no campo que a resistência em confiar na polícia está relacionada à conduta negativa exercida por muitos agentes policiais. Relatos de sujeição criminal durante abordagens policiais, esculachos, agressões, situações em que drogas são plantadas por policiais com objetivo incriminatório favorecem a degradação da imagem da polícia enquanto instituição protetiva. Por outro lado, no lugar da ausência de uma figura estatal que age na contramão de seu dever, surge o traficante, personagem da marginalidade e que é temido pelo poder que possui de tirar a vida, mas que ganha a roupagem de herói por ser aquele que vai socorrer moradores nos momentos de dificuldades.

[...] nois fortalece eles grandão. Gás, remédio, tudo! Se tiver uma família ali com umas três criança, e ela tá fazendo um almoço ali pra botar as criança pra ir pra escola, o gás dela acaba e ela num tem dinheiro, ainda mais uma pessoa que trabalha, recebe

por mês. Ela num fica o mês todo com o dinheiro dela. Fica uns certo dias e depois acaba. Aí tem que fazer um almoço, uma parada... ou a criança dela passa mal, ela num tem o dinheiro pra comprar. Ela traz a receita aqui pra nois, nois já dá o dinheiro na hora. Gás, nois paga! Num tem? Nois fortalece os morador grandão! (Jovem do tráfico, de 21 anos)

Fortalecer o morador é uma expressão recorrente no campo de estudo. Para os jovens e adolescentes entrevistados, é a contrapartida positiva que o tráfico oferece, como o auxílio financeiro, alimentício e farmacêutico nos momentos de falta, além da garantia da segurança ao patrimônio pessoal, que favorece para que grande parte da comunidade não denuncie os traficantes à polícia, uma vez que o comércio de drogas acontece durante as 24 horas diárias, no fluxo cotidiano dos becos e escadarias.

Mas não é somente a garantia da segurança o elo que une moradores e traficantes, mas também a resolução de conflitos que essa população, pela via legal, não consegue solucionar em função de uma série de burocracias e entraves. Na visão de uma psicóloga do Creas, ao mesmo tempo em que o traficante é temido em função da violência que decorre do comércio de drogas, ele é a figura acolhedora local, estando à disposição dos moradores para atendê-los caso passem por alguma situação em que são impedidos pelos trâmites legislativos. Ela exemplificou com o caso de uma família que estava aflita porque a filha adolescente estava sendo ameaçada de morte por outra colega do bairro em função de um triângulo amoroso envolvendo um traficante local. O município tentou acionar, na época, o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAM), no entanto, não houve sucesso porque a família não aceitava se afastar dos parentes e da comunidade. Conforme a técnica de referência, nem a família nem o governo conseguiram exercer o seu papel protetivo para garantir a segurança da vida daquela adolescente que estava em risco. Até que a mãe dela buscou auxílio no tráfico e foi atendida. “Então, a proteção que se esperava da família, que se esperava do Estado, aconteceu do próprio tráfico que, da mesma forma, ameaçou” (Psicóloga 1).

Um jovem de 18 anos do comércio de drogas local relatou que sua família recorreu ao tráfico para que ele conseguisse frequentar a escola no período da infância, tendo em vista que ele já havia sido expulso de três instituições de ensino e nenhum colégio público da região queria aceitar sua matrícula. Assim, ele só conseguiu ser matriculado na escola municipal do bairro porque a mãe solicitou uma intervenção do chefe do tráfico na comunidade. “[...] Ninguém queria me aceitar na escola, não. Minha mãe foi e deu umas [sic] ideia aí, aí ele [diretor do colégio] foi lá a acolheu” (Jovem de 18 anos).

Isto posto, pode-se analisar que o comércio de drogas não está representado apenas numa relação de soberania, em que o chefe do tráfico manda e os seus trabalhadores obedecem, mas sim numa relação de poder que ocorre nas relações de troca entre traficantes, trabalhadores a serviço do comércio de drogas e moradores, sendo que estes últimos são peças fundamentais – mesmo que não participem diretamente – para o bom funcionamento da *firma milionária*, já que esta necessita do consentimento de toda a comunidade para o pleno desenvolvimento de suas atividades ilícitas.

Contudo, não devem ser esquecidas as relações afetivas implicadas nessa rede de sociabilidade. Sentimentos de medo e temor para com aqueles que têm o poder de tirar a vida se confundem com os laços de gratidão e afeição adquiridos diante dos mesmos que garantem a segurança e o alimento quando a política pública não cumpre o seu papel. Na mesma medida, ações de solidariedade resultantes de uma estratégia cujo objetivo principal é se manter no poder são perpassadas por sentimentos de zelo e apego a uma comunidade da qual se faz parte. Relações que envolvem o fenômeno complexo que é o tráfico de drogas nas comunidades.

4.4. Traficar na favela: fonte de renda para adolescentes e a garantia do lanche para crianças

O tráfico é forma de inserção ilegal no mundo do “trabalho” e este tem servido para a acumulação de capital.

(FEFFERMANN, 2006, p.209)

O discurso moralista e legalista que recai sobre o tráfico de drogas esconde o saber que movimenta o comércio de drogas nas comunidades. Quem reconhece o traficante a partir da ótica do discurso dominante não percebe que a lei a qual dita a vida dos jovens que estão morrendo a serviço do tráfico de drogas é a mesma que controla a sociedade como um todo: a lei do capital.

Ademais, o jovem “traficante” eleito como protagonista da violência urbana na atualidade não constitui o personagem que deveria ser combatido neste cenário. De acordo com Misse (2007, p.141), os jovens integrantes do tráfico nas periferias que não passam de trabalhadores do varejo

das drogas são o alvo principal da acusação social e ganham o mesmo título de “traficante”, termo que é aplicado aos que operam a serviço do tráfico internacional de drogas. Assim, “o que parece demarcar a diferença não é tanto o tipo de mercadoria ou a rede de comercialização, mas os efeitos diferenciais de violência que seu comércio pode produzir”. Dessa maneira, o tráfico nas favelas incomoda porque é ali que o mesmo está visível, onde os jovens estão no *front* da batalha, expostos a todo o tipo de risco e à sujeição criminal⁵⁰.

No entanto, para os jovens entrevistados no decorrer da pesquisa etnográfica, eles não são pessoas más ou desonestas pelo fato de traficar drogas. Nas palavras de um patrão de uma “boca de fumo” “eu não coloco a arma na cabeça de ninguém e mando vim [sic] comprar droga cum [sic] nois”. O traficante viu no comércio ilícito de drogas uma maneira de ganhar dinheiro e se sentir, portanto, inserido na sociedade de consumo, pois é com o dinheiro advindo da venda de drogas que ele pode comprar uma roupa de marca, ir ao shopping e possibilitar acesso da sua família aos bens de consumo. Inclusive, esse patrão do tráfico afirmou que tem uma filha de 3 anos, da qual precisa estar distante durante os dias úteis, tendo em vista que só vai ao bairro aos finais de semana. O costume, segundo ele, é decorrente de sua ficha criminal extensa, logo, ele não pode circular livremente pela comunidade já que é procurado pela polícia e considerado um dos 10 criminosos mais perigosos do Estado. Para ele, o tráfico se transformou no seu trabalho:

Pô, virou um trabalho pra mim. Eu não posso ficar aqui, durante a semana, só venho final de semana, porque dá segunda feira os *homi* [policias] já começa a ficar aqui de bicho atrás de mim. Aí eu não posso ficar com minha filha, ligo pra ela, ela chora querendo saber onde eu to, aí eu falo “filha, papai tá trabalhando, to fazendo meus corre pra você ter as coisas”. Ela acha que eu to trabalhando mesmo, hoje ela tem três anos, ainda não sabe o que eu faço, mas daqui a pouco vai saber.

A estrutura de organização do tráfico de drogas em Vitória é semelhante a de uma empresa legal. Cada integrante do tráfico possui uma carga horária de trabalho a cumprir que, no caso das bocas de fumo nesta comunidade, é de 12 horas por plantão semanal. A função principal, que é executada pelo cargo de vapor, exige rigor e disciplina e, caso o jovem não possa trabalhar no plantão o qual está escalado ele pode até solicitar uma troca com outro colega, no entanto, é preciso passar a devida informação ao gerente da “boca de fumo”, pois tudo é anotado e

⁵⁰ Sujeição criminal é um conceito desenvolvido por Misse (2010), cuja afirmação é de que existem indivíduos que são julgados como criminosos mediante determinados atributos físicos, tais como a cor da pele e estilos de vestimentas e linguagem, julgamento que os coloca numa posição de sujeitos criminosos diante da sociedade e não simplesmente agentes de práticas criminais.

controlado pelo gerente do comércio de drogas, responsável por prestar contas das finanças ao patrão. Se ocorrer de o trabalhador do tráfico faltar o dia do plantão sem aviso prévio, ele está sujeito ao *balão*, punição que prevê até três meses de afastamento do cargo. Caso o *vapor* desrespeite algum procedimento interno do tráfico, ele pode ser rebaixado, retornando ao cargo de *atividade*.

Atividade traduz a função que a criança, adolescente ou jovem tem de não deixar que os traficantes sejam vistos pela polícia. Quem fica na atividade recebe um valor mais baixo do que o vapor, um valor que é fixo e pago por diária. Nesta comunidade, o valor atual da diária para o cargo de atividade é de R\$ 250 enquanto a renda diária do vapor pode variar de R\$ 1.000 a R\$ 3.000, dependendo do cumulativo das vendas. O trabalhador da atividade geralmente recebe um radiocomunicador e fica instalado em pontos estratégicos do morro, sempre alerta, caso ocorra alguma movimentação que coloque em risco os vapores que estão na *pista*. Das funções no tráfico, a *atividade* é a que mais carece de trabalhadores, os também chamados *olheiros* ou *escoltas*, responsáveis pela vigia dos becos e escadarias.

Diante do que foi explanado até aqui, o que significa para o jovem, adolescente ou criança assumir uma função no tráfico de drogas? Para os interlocutores, traficar é a sua ferramenta de trabalho, meio pelo qual adolescentes e jovens conquistam a fonte de renda que desejam. Desejos que perpassam a ideia da ostentação em resposta aos investimentos publicitários da indústria cultural, mas que também expressam o suprimento de necessidades básicas de alimentação e saúde para a família.

Não se pretende aqui estabelecer um discurso determinista, associando pobreza à motivação de entrada de adolescentes no tráfico de drogas. Como já alertou Cerqueira Filho (1993), é preciso tomar cuidado para não associar a miséria como fator condicionante para a violência e, assim, tratar o pobre como agente de práticas criminais. Mas também não é adequado, segundo Cerqueira Filho (1993, p.41), “aceitar a ideia simplista de que as condições de miserabilidade não atuam na configuração da delinquência”. Conforme já apontou Rodrigues (2010), o fenômeno da violência urbana no Brasil é complexo por ser multifacetado. Desse modo, é relevante analisar o discurso de adolescente/jovem que é atraído para trabalhar no comércio de drogas, considerando os aspectos sociais, econômicos, subjetivos e simbólicos.

Para o jovem e adolescente de uma comunidade pobre, o tráfico é, portanto, um trabalho, só que situado na via ilegal, na medida em que possibilita uma inserção na sociedade de consumo, mas que requer uma vida sem possibilidades de planejamento ou previsões, riscos e perigos.

Pra mim é um serviço, é um trabalho, cada um tem sua ferramenta, uns trabalha honestamente, outros... cada um tem sua ferramenta. Cada um tem uma função que trabalha. Pra gente, nois trabalha também, aqui nois tá trabalhando. Fica aqui o dia todo, corre de bicho... se precisar até trocar tiro com polícia, nois tem que trocar, pra garantir nossa liberdade, nossa vida. Então, pra mim isso aqui é um serviço, vei. É um trampo! (Jovem do tráfico, de 18 anos)

Batista (2003) traz uma importante análise sobre a criminalização da juventude em prol do *mito da droga* (OLMO apud BATISTA, 2003, p.81), que difunde nos veículos midiáticos um discurso preconceituoso e estigmatizante em torno dos jovens pobres rotulados de traficantes, discurso que gera um pânico moral na sociedade e classifica essa juventude como pertencente a uma classe perigosa. Assim, Batista (2003, p.81) acredita que “o problema da droga está situado no nível econômico e ideológico”. Para a autora, a demonização de determinadas substâncias psicoativas, sobretudo os amplamente comercializados nas periferias para um público de consumidores de classe média e alta – como a cocaína –, favorece o controle social sobre a juventude pobre, bem como o enriquecimento dos fornecedores desse mercado que se tornam invisíveis e não constituem um alvo em potencial das políticas de repressão.

Logo, todo esse discurso em torno do *mito da droga* mascara o real discurso de jovens que são arregimentados no varejo do comércio de drogas como trabalhadores em busca de uma renda que possa dar conta da satisfação de seus desejos enquanto consumidores, uma vez que essa juventude acaba por se tornar escrava do fetiche da mercadoria (MARX, 2013). Diante dos depoimentos coletados em campo, pode-se observar que os trabalhadores do beco e das escadarias são filhos do capitalismo, escravos do seu desejo. Desejos provocados pela cultura do consumo, pelo discurso neoliberal, de que o indivíduo é o que possui. Durante os diálogos estabelecidos na pesquisa etnográfica com jovens e adolescentes, muitos deles levantaram as seguintes indagações: Do que adianta ser trabalhador, honesto, se o salário que você ganha não te possibilita consumir o que precisa para não te olharem *torno* na rua? Se você não pode sentar numa padaria da Praia do Canto e comprar um pão com bolo, tomar uma *Coca Cola*, comer um lanche do *MC Donalds*? Se você não pode usar um chinelo da *Reef*?

Os discursos proferidos pelos trabalhadores dos becos e escadarias estão permeados pelas marcas publicitárias, além de estarem demarcados pelo bairro nobre de Vitória, *Praia do Canto*, lugar frequentado pelas pessoas ditas “da sociedade”, aquelas que circulam no asfalto, e não na favela. É o desejo X mercado na configuração da violência, contexto no qual é pertinente a análise de Rodrigues (2010), de que o fenômeno da violência associado ao consumo constitui

uma variável importante para compreendermos a subjetividade e as relações de poder no mundo contemporâneo. Para a autora, o fetiche atinge a todos, seja o jovem rico, seja pobre. A diferença é que enquanto o jovem de classe média ou alta pode conquistar a mercadoria que deseja pelas vias legais, o jovem marginalizado acaba por satisfazer o seu fetiche pelas vias ilegais, por não encontrar outro meio de fazê-lo. Por isso, Rodrigues (2010, p.302) considera que o consumo é uma forma de violência que “não se reduz ao aspecto econômico ou estético, diz respeito também à dimensão psíquica do sujeito.”

Uma carreira no tráfico de drogas é vista pelos entrevistados como uma carreira semelhante a que se assume numa empresa formal. Tanto que sempre o tráfico aparece no campo associado ao emprego e à empresa, de modo que, para os interlocutores, traficar não está distante do universo do trabalho. Só que o trabalho no tráfico de drogas, embora implique uma renda maior do que no trabalho formal, exige que o jovem ou adolescente esteja preparado para: atirar, sofrer um atentado, matar, morrer, correr da polícia, trocar tiro com policiais e obedecer aos procedimentos da *firma milionária*. Ao entrar no tráfico de drogas, é preciso estar ciente da contrapartida que se exige do trabalhador ilegal.

Desse modo, o adolescente ou jovem não aceita se candidatar a uma vaga no comércio de drogas ingênuo dos riscos que tal atividade implica. Antes de assumir um posto de trabalho no tráfico, lhe são transmitidas todas as regras de convivência e os preceitos exigidos do *andar pelo certo na favela*, além da ciência de que é necessário estar disposto a tudo para ser um trabalhador dos becos e escadarias.

Eu já falei já, várias vezes com os cara, “*rapaiz*, vocês quer entrar na vida do crime, você tem disposição? Cê tá disposto a dar pelo crime o que você não tem?” “Não tem o quê?” “Sua vida, pra começar”. “Tá disposto a dar a sua vida pelo crime?” “Como assim?” “Se entrar ali no beco pra trocar tiro com os cara, se os cara vier ali, você vai trocar tiro? Tá disposto a trocar tiro com os cara? Tem disposição? Sabe atirar? Sabe usar pelo menos um oitão? Uma pistola? Uma 12? Uma metralhadora, um fuzil, uma AK 15?” (Ex gerente do tráfico, de 29 anos)

Ao que parece, a produção do discurso de que o indivíduo precisa estar disposto a dar a própria vida em troca de uma carreira no crime não produz efeitos somente negativos, na medida em que os mecanismos de poder do tráfico, por meio dos processos de normalização, geram “discursos de verdade” que se tornam atrativos aos trabalhadores do tráfico.

Isto posto, as questões que envolvem o tráfico de drogas nas comunidades são muito mais amplas e complexas do que pressupõe a esfera visível desse sistema. Além de o tráfico

funcionar como uma solução na vida daqueles que não tiveram outra oportunidade na vida, o comércio ilícito de drogas envolve jovens que são filhos da lei (NEDER, 2004) mas que não foram reconhecidos enquanto cidadãos, logo, não reconhecem nas figuras de autoridade governamentais a responsabilidade parental, o que reforça o seu posicionamento a favor do tráfico enquanto pertencente ao campo do trabalho, além de trazer um discurso que remete à ignorância simbólica da lei (CERQUEIRA FILHO, 1993).

[...] eu acho que bandido é quem tá na câmara dos deputados... esses bando [sic] de ladrão. Isso daí que é bandido. Os cara, os cara tá lá só ganhando o dinheiro deles, rapá, os cara não quer problema com ninguém, mano. Você acha que se tivesse várias oportunidade, essas coisas... várias coisa, mano, se os cara pelo menos fizesse metade do que eles fala nessas parada de televisão, mano, tá ligado? Só que os cara não faz nem 10 por cento, mano! Aí quer acabar com o tráfico, acabar com não sei o quê, nunca vai acabar, fi. Só vao piorar, fi. [...] Ele [traficante] não é um trabalhador normal, porque tráfico não é trabalho. Mas ele é um ... um ganhador do pão dele. Ele é um correria, corre atrás da vida, fi!

Contudo, como estão situadas as crianças dentro desse contexto de consumo e publicização das mercadorias? As crianças que crescem em um contexto de periferia, normalmente, as condições financeiras das famílias não permitem suprir os desejos considerados “supérfluos”, que seriam os trocados para comprar um lanche, chips, balas, sorvetes, alimentos que permeiam o universo de desejo alimentício geral das crianças. É claro que não se pode afirmar que um cenário de pobreza é determinante para que a criança tenha uma inclinação para o tráfico, mas não se pode negar que as crianças também são alcançadas diariamente pelas propagandas do MC Lanche Feliz e, humanamente, são atingidas pelo desejo, pelo fetiche da mercadoria, como toda criança. A diferença entre o filho da classe média e o do morador da periferia é que o primeiro tem, geralmente, o seu desejo imediatamente atendido em função do alto poder aquisitivo de familiares, o que não ocorre no segundo caso.

Nesse contexto, em que a criança já está frustrada por não ter o seu desejo de consumo atendido pela família, o comércio de drogas surge com a oportunidade atrativa e, aparentemente, ingênua, de ela conseguir comer o biscoito ou o doce que tanto deseja, sendo “convidada” a fazer parte do grupo das *formiguinhas*, que são as crianças que não fazem parte do tráfico de drogas, mas ajudam o comércio ilegal por meio dos pequenos favores. No cotidiano dos morros, sobretudo onde o território geográfico é marcado pelas escadarias e becos, de difícil incursão policial, o comércio de drogas não para. Na comunidade onde se desenvolveu a pesquisa etnográfica, as crianças, ainda uniformizadas, brincavam e passavam no meio dos traficantes,

aparentando indiferença, demonstrando que vivenciar aquele ambiente já faz parte do cotidiano comunitário. Os trabalhadores do tráfico, já conhecidos dos policiais, não podem descer para ir à padaria ou a qualquer loja do comércio local porque correm o risco de serem detidos. Assim, na impossibilidade de o traficante descer a comunidade e a eventualidade de a criança estar no mesmo local quando ele precisa se alimentar ou comprar alguma mercadoria, começa a vivência da criança no tráfico de drogas por meio dos favores, também chamados de *corres*.

Um trabalhador do tráfico, de 26 anos, que cedeu entrevista durante a observação de campo, contou que sua aproximação com o tráfico local começou aos 10 anos porque a família dele não tinha condições financeiras de satisfazer os seus desejos de consumo da infância. Ele contou que comprava marmiteix, sacolinhas de chup-chup (usadas para embalar drogas), entre outros produtos para os traficantes e ficava com o troco do dinheiro que davam a ele. “Tipo, se ele me dava R\$ 100 pra comprar tudo, o troco era meu. Igual, se tudo dava R\$ 50, o troco de R\$ 50 ficava pra mim.”

Na visão do traficante, ele não pede que a criança faça os favores na intenção de atraí-las para o tráfico, mas sim de servirem como uma ajuda, um “fortalecimento”, para eles que já estão estigmatizados e restritos ao perímetro dos becos e escadarias. Já para alguns atores institucionais, os favores fazem parte das estratégias de alguns traficantes para atrair as crianças para a “boca de fumo”, de modo que os favores representariam um meio de seduzir e mostrar que por meio do comércio de drogas elas podem ter os desejos de consumo atendidos. Para os familiares que acompanham hoje os adolescentes em conflito com a lei, a história de aproximação com o tráfico começa de fato na realização desses pequenos favores.

Começou a fazer favor, “aí moleque, vai ali compra um refrigerante, compra pão com salame pra gente”, aí ele ia lá. Aí dava um trocado, começava dava alguma coisa, então começou assim. E de tanto ficar ali, sentado, perto deles, vendo eles usar, aí ele começou a usar. Creio eu que veio aquela proposta, “usa aí, é massa, você vai ver como é”. Logo, logo já estava no tráfico.
(Familiar 2)

Do que se observa dos casos registrados nos prontuários de atendimento nos CT e Creas, das falas dos atores institucionais e dos familiares, é que é mais recorrente entre as crianças mais novas, a partir de 7 anos, a realização de pequenos favores, que podem ter como moeda de troca lanches ou usualmente pequenas quantias em dinheiro, como os valores de R\$ 5 e R\$ 10. Os atores institucionais também relatam casos de crianças entre 8 e 10 anos utilizadas como

aviãozinho para o transporte de pequenas quantidades de droga na mochila, a caminho da escola.

4.5. Dos relacionamentos ao uso de drogas: o início do envolvimento

Se o tráfico de drogas está dentro das comunidades, presume-se que os seus participantes não são externos a ela. A maioria deles nasceu e cresceu no território e, portanto, faz parte da rede de sociabilidade dos moradores, sejam eles trabalhadores do tráfico, sejam eles trabalhadores do mercado formal de trabalho. Assim, as relações de amizade entre crianças, adolescentes e jovens surgem nesse contexto.

No trabalho de Freitas (2016), o autor descreve que as relações de amizade nas periferias são demarcadas por um bom relacionamento entre a comunidade como um todo. Com isso, seria ainda na infância que teria início o envolvimento com o tráfico de drogas, fase em que a criança ainda não é integrante do tráfico, mas já está no contexto de convivência com os trabalhadores do comércio de drogas e partilha dos momentos do lanche, dos passeios, das rodas de conversa. É o que se denomina aqui neste trabalho a fase da vivência, que se diferencia do envolvimento de fato.

Cara, minha infância, eu sempre fui um moleque hiperativo, que eles falam. Eu sempre gostei muito de brincar, minha mãe nunca ligou pra mim não, eu sempre fiquei solto na rua, vamos dizer assim. Meu pai era aquele tipo de cara que vinha assim e dava uma olhada: “ta bem? Tá” e saía fora, nunca foi de me dar muita atenção. Então, como eu fui criado? Na rua mais com os caras lá do movimento, soltando pipa... Os caras me davam tudo, me levavam pra praia. Então, eu me apeguei muito aos caras. Desde moleque, eu sempre estava com eles, ia comprar marmita com eles, ia comprar pipa pra eles, eles me davam coisa de comer, me levava pra passear na praia. Então, minha infância foi toda ali naquela área com os caras do movimento mesmo. (FREITAS, 2016, p.134)

O depoimento acima é muito recorrente ao que se constatou neste campo de estudo. O desejo das crianças em estar próximo aos traficantes e a sua inserção da rede de “amigos do tráfico” foram questões visíveis, tanto nas falas dos entrevistados, quanto na percepção decorrente da observação de campo.

Para grande parte dos atores institucionais, a maneira de acolher as crianças em sua rede de relacionamentos consiste em uma das estratégias dos trabalhadores do tráfico em atrair os mais

novos para o comércio de drogas. A criança ganha o codinome “de menor” e passa a ser aquele que fortalece os amigos, com os favores, e daqui a pouco é convidada a participar da roda para partilhar do cigarro de maconha e, ao chegar ao ponto demarcado pelo uso abusivo de drogas, passa a se submeter a outros tipos de serviços, como o transporte de drogas, para conseguir bancar o próprio consumo.

Já para os trabalhadores do tráfico, não é a partir da ótica do aliciamento que as crianças se aproximam do tráfico. É como se o envolvimento das crianças fosse algo inevitável, já que o tráfico acontece no seio da comunidade, na vivência da rua, lugar onde as crianças dividem o território com os traficantes. Muitas vezes, a criança não está precisamente no meio da “boca de fumo”, mas a *pista* fica na rua, mesmo espaço onde ela, enquanto brinca, observa a movimentação de armas e venda de drogas. A sua imaginação passa a ser acionada a partir do que ela vê diariamente, pois é o cenário do tráfico de drogas que ela tem acesso. No momento das brincadeiras, ela passa a reproduzir o seu cotidiano quando, de repente, surge a curiosidade de experimentar o cigarro que “dá onda” naqueles que ela elegeu como espelho. Para os interlocutores, as crianças se espelham neles, da mesma forma que eles se espelharam nos traficantes do passando ainda no período da infância. Na sociedade do consumo, são os traficantes o exemplo de sucesso na comunidade, aqueles que conquistaram dinheiro, roupas e acessórios de marca, que tem o poder de ostentar e se afirmarem enquanto consumidores.

A criança cresce aqui no meio de nois, vê nois aqui, nois num pode descer pra fazer nada, aí o menor faz um corre pra nois, ganha R\$ 10, R\$ 20, ganha um trocado deles porque eles tá [sic] fazendo um favor, tem que ganhar alguma coisa, nada é de graça nessa vida. Aí ele já vai se espelhando, igual nois que tá hoje se espelhou ni [sic] outros que tava aqui no passado. (Patrão do tráfico, 35 anos)

O campo revela que ainda na faixa etária dos 7 a 9 anos, as crianças não bem vindas entre os traficantes, e por várias vezes são convidadas a se retirarem do meio deles. Nessa fase, então, entre elas, começam a reproduzir o cenário do tráfico nas suas brincadeiras, utilizando a imaginação para se aproximar do contexto em que elas se projetam para um dia participar quando estiverem na adolescência. Tanto que uma das brincadeiras comuns no campo de estudo foi a *boquinha de toddy*. Consiste em uma brincadeira onde grupos de crianças se reúnem para simular o ambiente da “boca de fumo”, onde elas colocam chocolate em pó e leite em pó em saquinhos e vendem entre eles, a R\$ 0,50, R\$ 1. Segundo os interlocutores que participavam

dessa brincadeira, na época, eles vendiam esses saquinhos nos arredores do bairro para outras crianças, “como se fosse um traficozinho”. Nas palavras do patrão do tráfico, de 35 anos, “a gente não pensa em colocar eles no tráfico, mas os mesmos que brincava [sic] de boquinha de toddy antigamente tá tudo aí na boca hoje trabalhando”.

Um aspecto interessante que surgiu em campo foi que ao questionar o motivo pelo qual os jovens e adolescentes de hoje se envolveram no tráfico ainda crianças, uma fala bastante comum a todos é que foi em função da falta de acesso aos bens de consumo que os familiares não tinham condições de financeiras de proporcionar. Certamente, este não foi um fator isolado na história de vida desses trabalhadores e, junto a essa motivação, havia um conjunto de questões sociais e subjetivas associadas. Entretanto, ao que parece, há um desejo dos trabalhadores do tráfico em fazer um movimento contrário: proporcionar lanches, brinquedos, lazer, trocados para a compra da pipa ou sorvete, ou seja, os itens que fazem parte do universo de desejo de consumo das crianças para que não haja a necessidade de se envolver no crime pela falta do acesso.

É a comunidade que nois vive, num tem jeito. Nois coloca pula pula pra eles, nois damo [sic] brinquedo pra eles não precisar entrar no crime, mas hoje em dia as criança vê um negócio e fala eu quero, e chora e a gente tem que dar. Igual, eu não nego nada pra minha filha, tudo que ela pede eu dou. Eu já recebi muito não da minha mãe porque ela não tinha pra me dar. Então a gente dá tudo pra eles. Se eles entrar no crime e falar que foi por que passou necessidade, é mentira porque teve de tudo. (Patrão do tráfico, 35 anos)

Dessa maneira, a fala recorrente entre os atores institucionais e alguns familiares de que os traficantes convidam as crianças para estar no meio deles é considerada um mito entre os trabalhadores do tráfico. Mas ao mesmo tempo, como impedir que as crianças circulem nos espaços de convivência da comunidade, que são os mesmos espaços onde é realizada a comercialização das drogas? Obviamente, muitas crianças crescem na periferia e não se tornam traficantes. Inclusive, durante a observação de campo, os interlocutores foram questionados sobre quais questões, então, motivariam algumas crianças a ter uma inclinação para o crime e a outras não. As respostas não foram precisas. No entanto, os trabalhadores do tráfico deixaram pistas no histórico da infância de cada um de que um dos grandes facilitadores teria sido o fato de que nada de diferente lhes foi apresentado.

Ao serem questionados sobre os lugares que frequentaram no período da infância, normalmente eles estavam locados no território de origem ou em bairros próximos. O acesso à cultura e ao lazer se resumia ao parque ou pracinha existente no bairro, jogar bola, soltar pipa e “brincar de tráfico de drogas” com os vizinhos, pelas ruas da comunidade. Um jovem de 21 anos, que era vapor no tráfico local, na época da entrevista, contou que só teve acesso ao cinema e ao teatro, uma única vez, aos 9 anos, com a turma de colegas da escola. “Mas cinema e teatro não são muito minha praia, não”. Assim que foi indagado por que ele afirmava aquilo com tanta certeza, ele ficou em silêncio durante aproximadamente 20 segundos e respondeu que, talvez, seja por que ele não tenha tido oportunidades de frequentar esses espaços mais vezes.

A ausência de políticas públicas nas comunidades de periferia é inegável. E é na falta do governo que o tráfico administra a favela. Não se pode generalizar como se dá essa administração em todos os bairros periféricos de Vitória porque a forma de atuação do tráfico pode variar para cada localidade. Há bairros em que o comércio de drogas vai se revelar mais violento e, portanto, provocar maior temor nos moradores, em função das disputas pela venda de drogas entre vários grupos distintos em um mesmo território. Assim, são frequentes os tiroteios, toque recolher, homicídios, cenas do cotidiano de favelas que nós acompanhamos diariamente nos jornais. Contudo, na comunidade onde foi desenvolvida a pesquisa etnográfica, caracterizada pelo fechamento entre os bairros próximos, e onde o padrão do tráfico tem um controle maior sobre as duas bocas de fumo que chefia, a percepção é que os traficantes administram o território. Andam armados pelos becos e escadarias, comercializam as drogas, realizam os bailes de música Funk nos finais de semana sem o risco de serem surpreendidos pela polícia e tudo isso com o silêncio de moradores que não fazem parte do tráfico. Nas datas comemorativas, o tráfico local promove eventos para a comunidade, com a distribuição de presentes e barraquinhas de comida, como ocorreu no dia 12 de outubro de 2016, Dia das Crianças, quando o tráfico investiu R\$ 7 mil para a promoção do evento no bairro, onde colocaram cama elástica e barraquinhas de pipoca e cachorro quente para as crianças terem o seu momento de lazer.

Os trabalhadores do tráfico afirmam que as crianças têm conhecimento de que são eles os promotores desses eventos. Não existe um convite formal para as crianças entrarem para o tráfico, mas que tipo de simbolismo essas ações de traficantes locais representam para o universo imaginativo dessas crianças? O traficante que proporciona o lanche da tarde, o sorvete, os doces, os biscoitos é o mesmo que anda com a arma na cintura, está bem vestido e tem

dinheiro para consumir. E, nos intervalos que tem na pista entre uma venda e outra de drogas, está na roda de colegas fumando um cigarro de maconha.

Para grande parte dos interlocutores, fumar maconha é a primeira etapa para o início do envolvimento no tráfico. É como se o cigarro de maconha tivesse a função de um grande socializador, o elemento que vai definir no plano simbólico que aquela criança deixou a inocência para aprender a *andar pelo certo na favela*. E depois de fumar o primeiro cigarro de maconha, já começa a fazer parte do ciclo de amizade dos trabalhadores do tráfico e a cada *corre* que a criança faz, ganha um trocado e, junto com esse dinheiro, ganha também conceito na “boca de fumo”.

CONCLUSÃO

Quando iniciei esta pesquisa de campo, comecei pelas teorias contemporâneas acerca da violência urbana para depois percorrer a perspectiva histórica sobre a infância no Brasil. E quando fui para o campo da pesquisa documental e, por fim, ao campo empírico, com as entrevistas em profundidade e a observação de campo, percebo que há permanências históricas no que compete à criança marginalizada no Brasil.

Essa criança e adolescente que teve a infância marcada pela vivência no tráfico, antes de ser vítima desse tipo de exploração, teve seu contexto demarcado por uma série de violações, que dizem respeito aos seus direitos básicos, tais como saúde e educação, direitos esses que são preconizados no Estatuto e na constituição como direitos fundamentais e que são, legalmente, garantidos. Essa criança marginalizada contemporânea tem uma trajetória de violações que é muito similar a da criança marginalizada, que, desde o período da colonização, não foi adotada pelo Estado. Essa criança sempre foi, no período da história da infância brasileira, delegada como problema das instituições religiosas e privadas. E quando essa criança/juventude marginalizada passou a ser um problema social, na medida em que passou a incomodar a população por conta do envolvimento com as práticas ilícitas, ela foi criminalizada, e, portanto, adotada pela lei, que a pune e age com viés puramente repressivo, e não pelo Estado, que deveria assumi-la como um problema seu e, assim, ser alvo de políticas públicas efetivas.

Contudo, se há 25 anos temos um Estatuto da Criança e do Adolescente, por que essa legislação protetiva não alcança essa criança marginalizada que teve sua infância “perdida” para um contexto de exploração no tráfico de drogas? A primeira questão a se pensar é que não se muda o comportamento de uma sociedade a partir de uma lei, uma vez que a legislação está no âmbito discursivo. O Estatuto determina que a criança deve ser bem alimentada e cuidada e que esses direitos sejam garantidos, sobretudo, na convivência familiar. No entanto, o Estado falhou na garantia dos direitos básicos dos responsáveis por aquela criança e, ao não conseguirem garantir o direito dos filhos, são considerados negligentes e penalizados duplamente: primeiro, porque foram abandonados pelo Estado e segundo, por receberem o estigma de pais negligentes. Apesar de a ausência da figura do Estado ser reconhecida pelos atores institucionais, essa falta acaba sendo minimizada pela produção de saberes em torno da culpabilização da família, de modo que a conduta do pai ou da mãe, sobretudo, é colocada no centro das violações, quando, na verdade, as famílias pobres também são vítimas da negligência governamental.

Na ausência de políticas públicas nas comunidades que mais precisam delas surge uma organização ilícita que, com sua racionalidade neoliberal, dita normas e arregimenta trabalhadores para potencializar seu lucro. São os trabalhadores do tráfico que, conforme o campo revelou até aqui, cada vez mais novos no que compete à faixa etária são atraídos para fazer parte do quadro de funcionários da *firma milionária*, que foi frequentemente assim denominada pelos interlocutores, no entanto, só vem a ser lucrativa de fato para os distribuidores da droga e não para os trabalhadores do tráfico ouvidos neste estudo, que vivem do comércio das substâncias ilícitas e, portanto, estão no varejo. Enquanto a sociedade perde tempo com seu discurso moralista e legalista, colocando a criança e o adolescente envolvido no tráfico como protagonista da violência urbana, o mercado do tráfico de drogas se aproveita das brechas na lei para auferir ainda mais lucros. Afinal, as crianças e adolescentes que hoje estão envolvidos no tráfico de drogas são reflexo da sociedade capitalista. Em uma sociedade onde o ter representa ser cidadão, não poderíamos ter outro resultado que não este: um exército de crianças, adolescentes e jovens a serviço do mercado.

E os legisladores precisam estar atentos ao racionalismo neoliberal que motiva o tráfico de drogas nas comunidades a atrair pessoas cada vez mais jovens. Por um lado, o endurecimento da Lei de Drogas, a partir de 2006, provocou um encarceramento em massa, o que, obviamente, vem causando prejuízos ao comércio de drogas. De outro, existe o Estatuto que, com uma proposta de proteção e reinserção do adolescente em conflito com a lei na sociedade, traz caminhos alternativos às medidas de restrição de liberdade. O intuito da lei é trazer outras possibilidades e perspectivas ao adolescente, para que ele possa superar o ato infracional, e em um tempo reduzido, tendo em vista que está na passagem para a fase adulta. Mas o mercado do tráfico, buscando sempre se reestruturar para obter mais lucros, pode ter visto na lei protetiva a oportunidade de aumentar o seu quadro de funcionários a partir das crianças e adolescentes, já que investir nos adultos já não vale tanto a pena, tendo em vista os riscos do encarceramento. Compreendo que esta pesquisa não traz os embasamentos suficientes para a afirmação de que a inauguração do Estatuto da Criança e do Adolescente reestruturou o tráfico de drogas e o motivou a aceitar crianças e adolescentes como trabalhadores. Mas analiso que este estudo traz indícios e pistas de um sintoma que precisa ser melhor investigado, com pesquisas empíricas e estudos comparativos acerca do perfil do trabalhador do tráfico antes de 1990 e o perfil do trabalhador do tráfico após esse período.

Durante a observação de campo, nas conversas e entrevistas com os trabalhadores do tráfico, a maior parte expressa sobre o desejo de um dia sair do crime. Ao que parece, é um pensamento

que fica vagando no universo da utopia, porque ao refletir sobre as possibilidades de sair do tráfico, o adolescente/ jovem não vê boas perspectivas. Ele tem guerras, já adquiriu inimigos que o impossibilitam de esperar um ônibus às 5h, porque pode se deparar com algum parente que anseia por vingança em função do jovem que ele assassinou na guerra do tráfico. Assim, a questão que perpassa a vida desses meninos é sobre como seguir uma vida normal após vivenciar o tráfico de drogas.

Entrar para o tráfico, à primeira vista, é aparentemente fácil: o traficante não pede documento, não exige experiência, nenhum tipo de pré-requisito para fazer parte do comércio de drogas. A prerrogativa é andar pelo certo na favela e ter disposição: para matar, roubar, trocar tiro com policiais e até morrer. Tudo isso para ser reconhecido enquanto consumidor. E, assim, esses meninos vivem à mercê de seus desejos. Desejos provocados pela cultura do consumo, pelo discurso do capitalismo, pois o que adianta ser honesto e trabalhador se o salário que se ganha não possibilita sentar em uma padaria da Praia do Canto e comprar um pão com bolo, tomar uma Coca Cola ou comer um lanche no *MC Donalds*? É assim que pensam os trabalhadores do beco e das escadarias, filhos do capitalismo, escravos do seu desejo.

Assim, analiso que o tráfico de drogas seduz seus trabalhadores a partir da produção de discursos de verdade na rede de relações de poder, mediante o contexto em que os integrantes do tráfico inseridos. O primeiro deles está relacionado ao “dinheiro fácil”, pois o adolescente/criança imagina que terá altos ganhos em troca de algumas horas diárias atuando no comércio de drogas. Outro discurso está ligado à ascensão social, na medida em que o adolescente/jovem acredita que poderá chegar ao cargo de patrão, mas na prática, grande parte morre ou é preso ainda no cargo de vapor. Também são geradas práticas discursivas ligadas: à inserção social, o que os leva a acreditar que conseguirão se inserir na sociedade por meio do consumo; ao trabalho, na medida em que as normas da *firma milionária* são semelhantes às de uma empresa formal; à proteção, pois os jovens acreditam que, ao entrarem para o tráfico, serão praticamente “intocáveis” na comunidade; e ao fato de que o comércio de drogas não exige pré-requisitos, pois eles acreditam que é mais fácil conseguir emprego na *firma milionária* do que em uma empresa formal porque o traficante não exigiria nem experiência, nem estudos.

Nos dias em que estive na “boca de fumo”, entrevistando e coletando depoimentos dos trabalhadores do tráfico, crianças uniformizadas subiam o morro e passavam pelo beco, na volta da escola. Os meninos, com armas na cintura, radiocomunicadores, sacolas cheias de drogas e fogos de artifício nas mãos, cumprimentavam essas crianças. Era possível perceber que algumas

com menos idade, na faixa etária de 7, 8 anos, passavam de cabeça baixa, enquanto outras observavam os meninos, aparentando olhares de curiosidade. Essas crianças não participam do tráfico e nem ficam no meio dos traficantes, mas passam por ali todos os dias, para ir e vir da escola, porque o beco está no meio do caminho, entre a casa e a escola. É um meio de passagem. É a pedra do meio no caminho. Como disse Carlos Drummond de Andrade, no famoso verso “no meio do caminho tinha uma pedra, havia uma pedra do meio do caminho”. Talvez, a “boca de fumo” nos becos e vielas da favela seja a pedra no meio do caminho da criança que precisa ir e vir da casa para a escola todos os dias. Até chegar o momento em que ela experimenta o primeiro cigarro de maconha e essa tal pedra no meio do caminho a impede ou a convence de que é mais atrativo ficar ali, naquela pedra, do que seguir em frente, na sua rotina de ir e vir da escola.

Afinal, o que representa a escola na vida dessas crianças? Pelo que pude apreender das conversas com os trabalhadores do tráfico que no período da infância frequentaram a escola, o ambiente escolar representava um local de socialização, onde eles iam para brincar, rever os amigos, ter o lazer do recreio, paquerar as colegas e perseguir o sonho de ser jogador de futebol. A escola pública, para eles, é onde o futuro de ser alguém reconhecido socialmente, que está em nível de competir a uma vaga numa Universidade Federal, não lhes é apresentado. Todos os adolescentes que eu conversei nunca cogitaram passar no vestibular. Muitos não sabiam o que era uma biblioteca, além daquela que conhecem na escola de ensino regular. Não tinham contato com cinema e teatro.

Com as *formiguinhas*, as crianças que hoje fazem os pequenos favores para os traficantes, eu não consegui estabelecer diálogos. Duas tentativas de chegar até elas, conforme foi descrito no prólogo e no segundo capítulo, foram frustradas, já que elas queriam dinheiro em troca de seus depoimentos. Essa experiência mostra que essas crianças, no início de sua aproximação com o tráfico de drogas, já incorporaram a lógica do mercado: a de somente investir naquilo que pode retornar algum lucro.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Tradução de Dora Flaksman. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

ADORNO, Sérgio. A experiência precoce da punição. cap. 7. p. 181-208. In: MARTINS, José de Souza (coord.). **O massacre dos inocentes: a criança sem infância no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1991.

ARANTES, Esther Maria de Magalhães. Rostos de crianças no Brasil. Cap.3. p.153-202. In: RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (orgs). **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

AZAMBUJA, Maria Regina Fay de. O processo histórico do reconhecimento dos direitos da criança. p.41-49. In: GURSKI, Roselene; DALPIAZ, Sônia; SPALDING, Verdi (Orgs). **Cenas da infância atual: a família, a escola e a clínica**. Iúji: Ed. Unijuí, 2006, 232 p.

AZEVEDO, Maria Amélia, GUERRA Viviane N. de Azevedo. **Um cenário em (des) construção**, 2005. Disponível em: Acesso em: 27 abr. 2016.

BARBOSA, Lohaine Jardim. Reflexões acerca do valor simbólico do “mundo do crime”: “a outra família”. **Sinais**. Vitória: CCHN, UFES, ed. n. 11, v. 1, junho, 2012. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufes.br/sinais/article/viewFile/4575/3559>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

BASSETTE, Fernanda. Brasil tem 5,5 milhões de crianças sem pai no registro. **Exame**, São Paulo, 11 de agosto de 2013. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/brasil-tem-5-5-milhoes-de-criancas-sem-pai-no-registro>>. Acesso em: 21 de jul. 2016.

BATISTA, Vera Malaguti. **Difíceis ganhos fáceis: drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. **Vidas desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BERLINK, Manoel Tosta. **Psicanálise da clínica cotidiana**. São Paulo: Escuta, 1988.

BOCCO, Fernanda. **Cartografias da infração juvenil**. Aprovada em agosto de 2006. 174 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense (UFF). Niterói. 2006.

BUCHER-MALUSCHKE, Júlia Sursis Ferro. Revisitando questões sobre Lei, Transgressão e Família em suas interações com a Psicologia, a Psicanálise, o Direito e a Interdisciplinaridade Possível. **Psicologia: Teoria e Pesquisa** – v.23, número especial, p.89-96, 2007.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Planalto**, Brasília, 13 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em 15 de abril de 2016.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos (SDH). **Levantamento anual dos/as adolescentes em conflito com a Lei, 2012**. Brasília, 2013. Disponível em:

<<http://www.sdh.gov.br/assuntos/criancas-e-adolescentes/pdf/levantamento-sinase-2012>>. Acesso em: 15 fev. 2017.

CALLIGARIS, Contardo. **Hello Brasil**: notas de um psicanalista europeu viajando ao Brasil. São Paulo: Escuta, 1991.

CERQUEIRA FILHO, Gisálio. **A ideologia do favor & a ignorância simbólica da lei**. Rio de Janeiro: Vice-Governadoria do Estado do Rio de Janeiro, 1993.

CERQUEIRA FILHO, Gisálio; NEDER, Gizlene. **Brasil violência & conciliação no dia a dia**. Porto Alegre: Fabris, 1987.

COQUITO, Antônio. A infância mais cedo no mundo do crime. Recanto das letras, 1º maio 2009. Disponível em: <<http://www.recantodasletras.com.br/artigos/1570546>>. Acesso em: 26 set. 2014.

CRIANÇAS e adolescentes mergulhados no mundo do crime. Repórter Alagoas, Alagoas, 28 abr. 2013. Disponível em: <<http://reporteralagoas.com.br/novo/?p=58381>>. Acesso em: 26 set. 2014.

DEL PRIORI, Mary (org). **História das crianças no Brasil**. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2000.

DEL PRIORI, M. A criança negra no Brasil. In JACÓ-VILELA, AM., and SATO, L., orgs. **Diálogos em psicologia social** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2012. p. 232- 253. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/vfgfh/pdf/jaco-9788579820601-16.pdf>> Acesso em: 15 abr. 2016.

FALEIROS, Vicente de Paula. Políticas para a infância e adolescência e desenvolvimento. **IPEA**, 11 de agosto de 2005. Disponível em: <<http://twingo.ucb.br/jspui/bitstream/123456789/75/1/Pol%C3%ADticas%20para%20a%20inf%C3%A2ncia%20e%20adolesc%C3%A2ncia%20e%20desenvolvimento.pdf>> Acesso em: 14 abr. 2016.

FALEIROS, Vicente de Paula. Infância e processo político no Brasil [capítulo 1]. In: RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (orgs). **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

FARIELLO, Luiza de Carvalho. Especial Pai Presente: crianças realizam sonho de registro de paternidade. **Conselho Nacional de Justiça – CNJ**. 13 de agosto de 2015. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/80135-especial-pai-presente-criancas-realizam-sonho-de-registro-de-paternidade>>. Acesso em: 21 jul. 2016.

FEFFERMANN, Marisa. **Vidas arriscadas**: o cotidiano dos jovens trabalhadores do tráfico. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 1987, 288p.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. Tradução de Maria Ermantina Galvão. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Ditos & Escritos V - Ética, Sexualidade, Política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FRANÇA, Alexandre Miguel. O Estado e manipulação do medo: crianças e menores no contexto da política criminal da cidade do Rio de Janeiro. **Passagens** – Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica. Rio de Janeiro: v.2, n. 5, p.117-139, setembro-dezembro de 2010.

FREITAS, Amílcar Cardoso Vilaça de. **E isso é bandido?** Engajamentos à vida do crime na Região Metropolitana da Grande Vitória. 248 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro/Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Rio de Janeiro, 2016.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51ª edição, rev. São Paulo: Global, 2006a.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos**: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano. 16ª ed. – São Paulo: Global, 2006b.

GADELHA, Sylvio. Empresariamento da sociedade e governo da infância pobre. In: RESENDE, Haroldo de (org). **Michel Foucault: o governo da infância**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

GINZBURG, Carlo. Sinais: Raízes de um paradigma indiciário. In:_____. **Mitos, emblemas e sinais**: morfologia e história. Tradução: Frederico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 143-180.

GURSKI, Roselene. O lugar simbólico da criança no Brasil: uma infância roubada? In: **Educação em Revista**, Belo Horizonte, vol.28, n. 01, março 2012. Disponível em:< http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982012000100004>. Acesso em: 7 out. 2014.

INVENÇÃO da Infância, A. Direção: Liliana Sulzbach. M. Schmiedt Produções Porto Alegre – RS, 2000. 26 min. Son, Color, Formato: 16 mm.

KEHL, Maria Rita. **A fratria órfã**: conversas sobre a juventude. São Paulo: Olho d'Água, 2008.

LAJOLO, Marisa. Infância de papel e tinta. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org). **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2011. 8ª ed.

LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. **O óbvio e o contraditório da roda**. p.98-111. In: DEL PRIORE, Mary. **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto: CEDHAL, 1991. 176p.

LONDOÑO, Fernando Torres. A origem do conceito menor. p.129-145. In: DEL PRIORE, Mary. **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto: CEDHAL, 1991. 176p.

LUZ, Vladimir de Carvalho. Neopositivismo e teoria pura do direito. **Sequência**, UFSC, Florianópolis, SC, v. 24, n. 47, 2003. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/15276/13880>>. Acesso em: 02 fev. 2016.

LYRA, Diogo. **A república dos meninos**: juventude, tráfico e virtude. Rio de Janeiro: Mauad X FAPERJ, 2013.

MARCILIO, Maria Luiza. A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil. 1726-1950. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org). **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2011. 8ª ed.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. v. 1, livro I, São Paulo: Boitempo, 2013.

MAUAD, Ana Maria. A vida das crianças de elite durante o império. p.137-176. In: DEL PRIORI, Mary (org). **História das crianças no Brasil**. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2000.

MISSE, Michel, WERNECK, Alexandre (orgs). **Conflitos de (grande) interesse**: estudos sobre crimes, violências e outras disputas conflituosas. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

MISSE, Michel. Mercados ilegais, redes de proteção e organização local do crime. **Revista Estudos Avançados da USP**, vol. 21, no. 61, pp. 139-158, 2007.

MISSE, Michel. Crime, Sujeito e Sujeição Criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria “bandido”. **Lua Nova**, São Paulo, v. 79, p. 15-38, 2010.

MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de. Crianças operárias na recém-industrializada São Paulo. p.259-288. In: DEL PRIORI, Mary (org). **História das crianças no Brasil**. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2000.

NEDER, Gizlene. Em nome de Tântatos, aspectos do sistema penitenciário no Brasil. In. NEDER, Gizlene. **Violência e cidadania**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1994.

NEDER, Gizlene. Sentimentos e ideias jurídicas no Brasil: pena de morte e degredo em dois tempos. p.79-108. In: MAIA, Clarissa Nunes (org.)... [et al]. **História das prisões no Brasil**. v.1. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

NEDER, Gizlene. **Discurso jurídico e ordem burguesa no Brasil**. UFF: Rio de Janeiro, 2012.

NEDER, Gizlene. **Cidade, Identidade e Exclusão Social**. Tempo – Rio de Janeiro: v.2, n.3, 106-134, 1997.

NEDER, Gizlene. Entre o dever e a caridade: assistência, abandono, repressão e responsabilidade parental do Estado. **Discursos Sediciosos. Crime, Direito e Sociedade**, ano 9, n. 14, p. 199-231, 2004.

NEDER, Gizlene. Criminalização da Miséria e Imagens do Terror: uma abordagem transdisciplinar. In: **Confluências** – Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito, vol. 3, n. 1, Niterói, p. 6-15, 2005.

NEDER, Gizlene; CERQUEIRA FILHO, Gisálio. Os filhos da lei. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 16, n. 45, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v16n45/4333.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2016.

OIT; MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Crianças no narcotráfico: um diagnóstico rápido**. Brasília: OIT, 2002. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/ipecc/pub/criancas_no_narcotrafico_334.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2017.

OLIVEIRA, Josiane Toledo. **O código de menores Mello Mattos de 1927: a concepção de menor e de educação no período de 1927 a 1979**. 44 f. Trabalho de Conclusão de curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina. 2014.

PASSETTI, Edson. Crianças carentes e políticas públicas. p.347-375. In: DEL PRIORI, Mary (org). **História das crianças no Brasil**. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2000.

PEREIRA, Néli. Lei de Drogas é fator chave para elevar população carcerária, diz ONG. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 12 jan. 2017. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/01/1849182-lei-de-drogas-e-fator-chave-para-elevar-populacao-carceraria-diz-ong.shtml>>. Acesso em: 3 fev. 2017.

POSSEBOM, Ademar; BELLO, Elisangela; MILL, Ana Paula. Número de adolescentes internados no Estado cresce 171% em 4 anos. **A Gazeta**, Vitória, p.4, 27 fev. 2007.

PORTAL BRASIL. **Em 1927, o Brasil ganhou o primeiro Código de Menores**. Publicado em 08 de junho de 2015. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/07/em-1927-o-brasil-ganhou-o-primeiro-codigo-de-menores>>. Acesso em: 01 maio 2016.

POSTMAN, Neil. **O desaparecimento da Infância**. Tradução de Suzana Menescal de Alencar Carvalho e José Laurenio de Melo. Rio de Janeiro: Graphia, 2012.

POTENGY, Gisélia. A descentralização do atendimento de jovens em conflito com a lei no Rio de Janeiro. In: SENTO-SÉ, João Trajano, PAIVA, Vanilda [org]. **Juventude em conflito com a lei**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. p.57-106.

RAMOS, Fábio Pestana. A história trágico-marítima das crianças nas embarcações portuguesas do século XVI. p. 19-54. In: DEL PRIORI, Mary (org). **História das crianças no Brasil**. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2000.

RIBEIRO, Wesley. Conselhos tutelares sofrem com problema de estrutura. **Gazeta On-line**, Vitória, 4 jun. 2015. Disponível em: <http://www.gazetaonline.com.br/_conteudo/2015/06/noticias/cidades/3898934-conselhostutelares-sofrem-com-problemas-de-estrutura.html>. Acesso em: 28 abr. 2016.

RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (orgs). **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

RIZZINI, Irma. Pequenos trabalhadores do Brasil. p.376-406. In: DEL PRIORI, Mary (org). **História das crianças no Brasil**. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2000.

RODRIGUES, Márcia B. F. Consumo e violência: o fetiche no jogo de dominação da juventude. In: PIMENTA, Solange Maria; CORRÊA, Maria Laetitia; DADALTO, Maria Cristina; VELOSO, Henrique Maia (Coord.). **Sociedade e consumo: múltiplas dimensões na contemporaneidade**. Curitiba: Juruá, 2010. p. 301-315.

RODRIGUES, Márcia Barros Ferreira; CRUZ, Davison Souza. Políticas públicas e gestão urbana: o caso da região metropolitana da grande vitória no estado do espírito santo. **Dimensões** – Revista de História da UFES, Vitória: Centro de Ciências Humanas e Naturais, v.27, p.23-39, 2011.

ROSA, Pablo Ornelas. **Juventude Criminalizada**. 2 ed. Florianópolis: Insular, 2013.

SANTOS, João Diógenes Ferreira dos. As diferentes concepções de infância e adolescência na trajetória histórica do Brasil. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.28, p.224 –238, dez. 2007. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/28/art15_28.pdf> Acesso em: 17 abr. 2016.

SANTOS, Marco Antonio Cabral dos. Criança e criminalidade no início do século. p.210 – 230. In: DEL PRIORI, Mary (org). **História das crianças no Brasil**. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2000.

SILVEIRA, Diogo Soares da. Governamentalidades, saberes e políticas públicas na área de Direitos Humanos da criança e do adolescente. In: RESENDE, Haroldo de (org). **Michel Foucault: o governo da infância**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

SUTHERLAND, Edwin H. A criminalidade de colarinho branco. **Rev. de Direito Penal e Política Criminal** – UFRGS, v. 2, n.2, 2014. Disponível em: <<file:///D:/Downloads/56251-229569-4-PB.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

UNICEF. **ECA 25 anos: Avanços e desafios para a infância e adolescência no Brasil**. 2015.

VENTURA, Zuenir. **Cidade Partida**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

VELOSO NETO, Sabrina Duraes. Sistemas prisionais. **Web Artigos**, 21 abr. 2013. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/sistemas-prisionais/107276/>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza**. São Paulo: Braziliense, 2000.

ZALUAR, Alba. Pesquisando no perigo: etnografias voluntárias e não acidentais. **Mana**, vol. 15, n. 2, Rio de Janeiro, p.557-584, out. de 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/mana/v15n2/a09v15n2.pdf>>. Acesso em: 27 de nov. 2016.

ANEXO – TERMO DE COMPROMISSO

CESSÃO GRATUITA DE DIREITOS DE DEPOIMENTO ORAL E COMPROMISSO ÉTICO DE NÃO IDENTIFICAÇÃO DO DEPOENTE

Pelo presente documento, **eu**

Entrevistado (a): _____,

RG: _____ emitido pelo(a): _____,

domiciliado/residente em (Av./Rua/nº./complemento/Cidade/Estado/CEP):

declaro ceder à Pesquisadora:

_____,
CPF: _____ RG: _____, emitido pelo (a): _____,

domiciliado/residente em (Av./Rua/nº./complemento/Cidade/Estado/CEP):

sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental que prestei à pesquisadora/entrevistadora aqui referida, na cidade de _____, Estado _____, em ____/____/____, como subsídio à construção de sua dissertação de Mestrado em Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo, cujo tema refere-se à vivência de crianças no tráfico de drogas no município de Vitória e está sob orientação da professora Márcia Barros Ferreira Rodrigues. A pesquisadora acima citada fica consequentemente autorizada a utilizar, divulgar e publicar, para fins acadêmicos e culturais, o mencionado depoimento, no todo ou em parte, com a ressalva de garantia da integridade do seu conteúdo, bem como da omissão das informações necessárias à preservação da identidade das crianças e seus familiares que serão objetos desta pesquisa no decorrer da investigação, cujo término está previsto para fevereiro de 2017. A pesquisadora se compromete a preservar meu depoimento no anonimato.

Local e Data:

_____, _____ de _____ de _____

(assinatura do entrevistado/depoente)